

**Turismo e recursos naturais nos Açores**  
**Caso de estudo – ilha de São Jorge**

**Carlos Filipe Bettencourt Ávila**

**Dissertação de Mestrado em Gestão do Território**  
**Ambiente e Recursos Naturais**

**setembro de 2019**



## **AGRADECIMENTOS**

À minha família e amigos, que me apoiaram em todas as etapas da minha vida

Ao meu pai, à minha mãe e à minha irmã

À Carolina que me faz querer aceitar novos desafios todos os dias

Aos meus que já não estão entre nós, mas sempre presentes.

## **RESUMO**

### **TURISMO E RECURSOS NATURAIS NOS AÇORES**

#### **CASO DE ESTUDO – ILHA DE SÃO JORGE**

**Carlos Filipe Bettencourt Ávila**

O Arquipélago dos Açores pertence à região biogeográfica da Macaronésia, constituído por 9 ilhas, das mais ricas em biodiversidade da Europa e das mais isoladas do mundo (Lima, 2009). Neste território distribuem-se diversas paisagens de elevado valor ecológico, que se distinguem pelas suas características físicas, nomeadamente a sua reduzida dimensão, dispersão e distanciamento aos continentes e sobretudo ao seu clima, permitindo que este arquipélago tenha uma conjugação perfeita de geodiversidade e biodiversidade.

Sendo este território considerado relevante no que diz respeito à diversidade de ecossistemas, é necessário haver medidas de gestão, conservação e preservação. É, então, essencial uma consideração acrescida pelas características naturais do arquipélago, para salvaguardar o seu potencial e valor. Estas características naturais geram fluxos turísticos que originam pressões, pondo em causa alguns sistemas naturais.

O aumento gradual da procura turística nos Açores, faz com que o setor do turismo se destaque como uma das principais apostas para o crescimento económico da região. O Governo Regional dos Açores tenciona fazer deste setor uma ferramenta de desenvolvimento e dinamização regional.

No entanto, é fundamental implementar medidas que visem o desenvolvimento sustentável que não se traduza apenas em controlar o desenvolvimento da atividade, mas sobretudo na promoção de formas de turismo adequadas. Em ambos os casos, um planeamento de gestão sustentável deve desenvolver um turismo economicamente viável que não ponha em causa quer seja os recursos, quer seja o setor turístico ou o território em si.

Portanto, para que o arquipélago dos Açores continue a manter estas especificidades e recursos, é essencial aliar a conservação ao desenvolvimento, adotando práticas de turismo sustentável, onde se potenciam os recursos endógenos em harmonia com as atividades humanas.

A ilha de São Jorge, a mais central do arquipélago, apresenta particularidades relativamente à sua estrutura geológica. Por ser constituída por altas e extensas encostas, a ilha de São Jorge é conhecida pela “ilha das fajãs”. Estas fajãs constituem um património natural, paisagístico e cultural único e de rara beleza.

A crescente oferta turística na ilha tem sido notória, no entanto é essencial que a sua expansão seja controlada e de encontro ao desenvolvimento sustentável, para que a ilha de São Jorge continue a ser procurada pelas suas paisagens e cultura.

**PALAVRAS-CHAVE:** biodiversidade; conservação; preservação; turismo; arquipélago dos Açores; Ilha de São Jorge; desenvolvimento sustentável.

## **ABSTRACT**

### **TOURISM AND NATURAL RESOURCES IN THE AZORES**

#### **CASE STUDY - ISLAND OF JORGE**

**Carlos Filipe Bettencourt Ávila**

The Archipelago of the Azores belongs to the biogeographic region of Macaronesia, made up of 9 islands, the richest in biodiversity in Europe and the most isolated in the world (Lima, 2009). In this territory diverse landscapes of high ecological value are distributed, distinguished by their physical characteristics, in particular their small size, dispersion and distancing to the continents and especially their climate, allowing this archipelago to have a perfect combination of geodiversity and biodiversity.

Since this territory is considered relevant with respect to the diversity of ecosystems, it is necessary to have management, conservation and preservation measures. An increased consideration of the natural characteristics of the archipelago is essential to safeguard its potential and value. These natural characteristics generate tourist flows that give rise to pressures, calling into question some natural systems.

The gradual increase in tourist demand in the Azores makes the tourism sector stand out as one of the main bets for economic growth in the region. The Regional Government of the Azores intends to make this sector a tool for regional development and dynamism.

However, it is essential to implement measures aimed at sustainable development that do not only result in controlling the development of the activity, but especially in the promotion of appropriate forms of tourism. In both cases, sustainable management planning should develop economically viable tourism that does not question whether the resources, whether the tourism sector or the territory itself.

Therefore, in order for the archipelago of the Azores to continue to maintain these specificities and resources, it is essential to combine conservation with development, adopting sustainable tourism practices, where endogenous resources are harnessed in harmony with human activities.

The island of São Jorge, the most central of the archipelago, presents particularities regarding its geological structure. Due to its high and extensive slopes, the island of São Jorge is known as the "island of the fajãs". These fajãs constitute a unique natural, landscape and cultural heritage and of rare beauty.

The growing tourist offer on the island has been well-known, but it is essential that its expansion be controlled and against sustainable development, so that the island of São Jorge continues to be sought after for its landscapes and culture.

**KEYWORDS:** biodiversity; conservation; preservation; tourism; Azores archipelago; São Jorge Island; sustainable development.

## ÍNDICE

<b>PARTE I – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1. PROBLEMÁTICA.....	2
2. OBJETIVOS .....	4
3. METODOLOGIAS.....	5
<b>PARTE II – TURISMO E RECURSOS NATURAIS NOS AÇORES.....</b>	<b>6</b>
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES .....	7
1.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO.....	7
1.2 CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL.....	8
2. IMPORTÂNCIA DOS ECOSISTEMAS AÇORIANOS .....	11
3. OS AÇORES NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO .....	17
3.1 MOTIVAÇÕES DA PROCURA DO DESTINO “AÇORES” .....	18
3.2 PROCURA E OFERTA TURÍSTICA .....	22
3.3 PRESSÕES ASSOCIADAS AO CRESCIMENTO TURÍSTICO .....	30
4. MEDIDAS DE GESTÃO RUMO AO TURISMO SUSTENTÁVEL .....	36
<b>PARTE III - CASO DE ESTUDO – A ILHA DE SÃO JORGE .....</b>	<b>45</b>
1. A ILHA DE SÃO JORGE NO CONTEXTO DO ARQUIPÉLAGO .....	46
2. PATRIMÓNIO NATURAL JORGENSE.....	52
2.1 ANÁLISE À CANDIDATURA A RESERVA DA BIOSFERA DAS FAJÃS DE SÃO JORGE .....	56
3. ATIVIDADE TURÍSTICA NA ILHA DE SÃO JORGE.....	69
4. VALORIZAÇÃO DO TURISMO RESPONSÁVEL.....	76
5. ANÁLISE DE DADOS .....	81
5.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....	81
5.2 MATRIZ SWOT – CRESCIMENTO DO TURISMO NA ILHA DE SÃO JORGE.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	106
ANEXOS .....	109

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Ilha das Flores.....	1
<b>Figura 2:</b> Ilha do Corvo. ....	6
<b>Figura 3:</b> Enquadramento geográfico do arquipélago dos Açores.....	7
<b>Figura 4:</b> Fajã de João Dias, São Jorge.....	10
<b>Figura 5:</b> Fajã da Caldeira de Sto. Cristo, São Jorge. ....	10
<b>Figura 6:</b> Lagoa do Caldeirão do Corvo, Corvo. ....	12
<b>Figura 7:</b> Lagoa das Sete Cidades, São Miguel. ....	12
<b>Figura 8:</b> Urze. ....	15
<b>Figura 9:</b> Myosotis maritima. ....	15
<b>Figura 10:</b> Pau-branco. ....	15
<b>Figura 11:</b> Morcego-dos-açores. ....	16
<b>Figura 12:</b> Cagarro. ....	16
<b>Figura 13:</b> Cachalote.....	16
<b>Figura 14:</b> Avaliação da atratividade do destino na perspetiva dos agentes turísticos. 19	
<b>Figura 15:</b> Produtos Estratégicos para o Destino.....	21
<b>Figura 16:</b> Número de estabelecimentos hoteleiros nos Açores.....	23
<b>Figura 17:</b> Distribuição do número de estabelecimentos hoteleiros por ilha em 2017. 24	
<b>Figura 18:</b> Capacidade dos alojamentos turísticos dos Açores.....	24
<b>Figura 19:</b> Distribuição da capacidade dos alojamentos turísticos por ilha em 2017. ..	25
<b>Figura 20:</b> Total de receitas dos hotéis. ....	26
<b>Figura 21:</b> Total de receitas dos estabelecimentos de turismo em espaço rural. ....	26
<b>Figura 22:</b> Total de hóspedes nos Açores.....	27
<b>Figura 23:</b> Distribuição do total de hóspedes por ilha em 2018. ....	28
<b>Figura 24:</b> Distribuição mensal das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em 2010, 2014 e 2018. ....	29
<b>Figura 25:</b> Turismo sustentável versus turismo não-sustentável. ....	40
<b>Figura 26:</b> Programas e metas.....	42
<b>Figura 27:</b> Ponta dos Rosais, ilha de São Jorge. ....	45
<b>Figura 28:</b> Enquadramento da tectónica do arquipélago dos Açores.....	46

<b>Figura 29:</b> Enquadramento geográfico da ilha de São Jorge.....	47
<b>Figura 30:</b> Carta de hipsometria da ilha de São Jorge.....	48
<b>Figura 31:</b> Carta vulcanológica simplificada da ilha de São Jorge.....	49
<b>Figura 32:</b> Áreas classificadas de São Jorge.....	55
<b>Figura 33:</b> Zonas da Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge.....	57
<b>Figura 34:</b> Zonas Núcleo Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge.....	58
<b>Figura 35:</b> Ilhéu da Ponta dos Rosais.....	59
<b>Figura 36:</b> Ponta dos Rosais.....	59
<b>Figura 37:</b> Ponta dos Rosais.....	59
<b>Figura 38:</b> Fajã dos Cubres.....	61
<b>Figura 39:</b> Fajã da Caldeira de Santo Cristo.....	61
<b>Figura 40:</b> Morro de Lemos.....	62
<b>Figura 41:</b> Morro de Velas.....	62
<b>Figura 42:</b> Topo e ilhéu do Topo.....	63
<b>Figura 43:</b> Ilhéu do Topo.....	63
<b>Figura 44:</b> Cordilheira vulcânica central.....	65
<b>Figura 45:</b> Turfeiras.....	65
<b>Figura 46:</b> Zonas Tampão Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge.....	65
<b>Figura 47:</b> Zonas de Transição Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge.....	66
<b>Figura 48:</b> Número de hóspedes na ilha de São Jorge.....	70
<b>Figura 49:</b> Número de hóspedes na ilha de São Jorge, por país de residência.....	71
<b>Figura 50:</b> Número de dormidas na ilha de São Jorge.....	72
<b>Figura 51:</b> Estada média na ilha de São Jorge.....	72
<b>Figura 52:</b> Número de estabelecimentos turísticos na ilha de São Jorge.....	73
<b>Figura 53:</b> Capacidade de alojamento na ilha de São Jorge.....	74
<b>Figura 54:</b> Matriz SWOT.....	96

## PARTE I – INTRODUÇÃO



**Figura 1:** Ilha das Flores

Fonte: <http://siaram.azores.gov.pt>

## 1. PROBLEMÁTICA

No âmbito do mestrado de Gestão do Território, com especialização em Ambiente e Recursos Naturais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, pretende-se com a presente dissertação, abordar o tema do turismo e os recursos naturais no arquipélago dos Açores. Como caso de estudo, foi escolhida a ilha de São Jorge no grupo central do arquipélago, que tem vindo a apresentar desenvolvimento no que diz respeito ao setor do turismo. Foi, então, essencial fazer um estudo de modo a entender como compatibilizar o desenvolvimento turístico com a conservação e preservação dos ecossistemas jorgenses.

A parte II da dissertação “Turismo e recursos naturais nos Açores”, procede à caracterização do arquipélago em si, para compreender a sua situação geográfica, assim como o património natural, cultural e paisagístico que as nove ilhas apresentam.

Em virtude da diversidade de ecossistemas nos Açores, procedeu-se a uma análise da sua importância, por serem uma das mais valias e potenciais dos Açores, por representarem uma diversidade de fauna e flora, assim como ecossistemas marinhos e terrestres de elevada importância ambiental.

Dada essa mesma importância ambiental, que o arquipélago dos Açores apresenta, tem sido cada vez mais alvo de procura turística, originando fluxos crescentes de entrada e saída de pessoas e bens. Assim, no tópico “Os Açores no contexto do desenvolvimento turístico”, aborda as razões pelas quais os turistas escolhem o destino Açores, e tratam-se dados relativos à procura e oferta da região em geral. Ainda dentro do mesmo tópico, revelou-se fundamental fazer uma análise referente às pressões causadas pelo crescimento turístico.

O último tópico da parte II da dissertação aborda as “Medidas de gestão rumo ao desenvolvimento sustentável”, ou seja, de que modo se pode aliar o desenvolvimento à conservação dos recursos endógenos da região, sem originar pressões ambientais num arquipélago tão rico em biodiversidade como os Açores.

A parte III da dissertação refere o caso de estudo – “A ilha de São Jorge”, no qual se realizou uma análise da posição da ilha no contexto do arquipélago, assim como de todo o património natural jorgense, desde as áreas protegidas, às reservas da biosfera da UNESCO, aos Sítios RAMSAR, entre outros. Esta contextualização tem como objetivo promover a perceção de como estes ecossistemas são importantes, num contexto de valor ambiental e paisagístico. Além disso, foi realizada uma análise à Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, pelo facto de esta apresentar valor para a ilha de São Jorge tanto a nível económico, social e ambiental.

Portanto, torna-se essencial haver uma conjugação dos dois tópicos anteriores, referentes aos valores ambientais, assim como ao desenvolvimento turístico na ilha. É, então, fundamental referir boas práticas de turismo sustentável, em que haja a compatibilização destes dois fatores, de modo a encontrar um rumo para o desenvolvimento sustentável, atualmente tão relevante.

O terceiro tópico da segunda parte da dissertação, “Análise de dados”, permite a perceção da opinião de atores locais, assim como proprietários de empreendimentos turísticos em São Jorge, da forma como veem o turismo atualmente e as suas perspetivas futuras neste setor. Neste mesmo tópico realizou-se, também, uma análise SWOT (Pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças), para estudar o setor turístico e a sua relação com a preservação e conservação na ilha de São Jorge.

Por último surge o tópico “Considerações finais”, onde se aborda o passado, o presente e as perspetivas futuras de desenvolvimento nos Açores e na ilha de São Jorge.

## 2. OBJETIVOS

A abordagem escolhida para o estudo, pretende compreender e promover a necessidade essencial da compatibilização do desenvolvimento do turismo com a salvaguarda e proteção dos recursos naturais, no arquipélago dos Açores e mais especificamente, na ilha de São Jorge.

Primeiro, foi necessário o esclarecimento da importância ambiental que o arquipélago apresenta, para que posteriormente e após a análise do desenvolvimento turístico, seja possível conjugar os dois tópicos. Assim, é essencial que estes estejam intimamente ligados para se obter um desenvolvimento sustentável.

O caso de estudo “A Ilha de São Jorge”, avaliou todas as componentes naturais, ou seja, a sua diversidade ambiental, paisagística e cultural, conjugada com o desenvolvimento que tem vindo a ser notório ao longo dos últimos anos.

Desta forma, foi fundamental avaliar os pontos fortes e fracos deste desenvolvimento, assim como as oportunidades e ameaças que este pode vir a trazer ao futuro ambiental da ilha de São Jorge. Avaliou-se de que forma se podem colmatar as pressões associadas ao desenvolvimento turístico, através de práticas de turismo sustentável, que não ponham em causa os recursos naturais da ilha.

### **3. METODOLOGIAS**

Como base metodológica da presente dissertação, procedeu-se à consulta de bibliografia, para suportar o estudo e o seu desenvolvimento, assim como à consulta de dados estatísticos, com o objetivo de uma melhorar a perceção das análises realizadas, principalmente no que diz respeito ao turismo, tanto a nível da procura como da oferta.

Assim, revelou-se pertinente a elaboração de uma matriz SWOT, para sistematizar os conteúdos relativos ao desenvolvimento turístico, compatibilizado com a conservação e preservação da natureza, com o objetivo de esquematizar as análises realizadas.

Relativamente à fase final da dissertação, procedeu-se à realização de uma entrevista, aplicado a proprietários de empreendimentos turísticos e empresas ligados ao setor do turismo com o objetivo principal de perceber as opiniões no que diz respeito ao passado, ao presente e perspectivas futuras do desenvolvimento do turismo na ilha.

## PARTE II – TURISMO E RECURSOS NATURAIS NOS AÇORES



**Figura 2:** Ilha do Corvo.

Fonte: <http://siaram.azores.gov.pt>

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

### 1.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

O arquipélago dos Açores está localizado no Oceano Atlântico Norte, a cerca de 1 430 km de distância do continente europeu e a 3 900 km da América do Norte, fazendo com que este território seja considerado isolado. A insularidade está fortemente associada à região, assim como à sua reduzida dimensão, sendo que o seu desenvolvimento e as suas acessibilidades estão condicionadas pelas suas características geográficas.

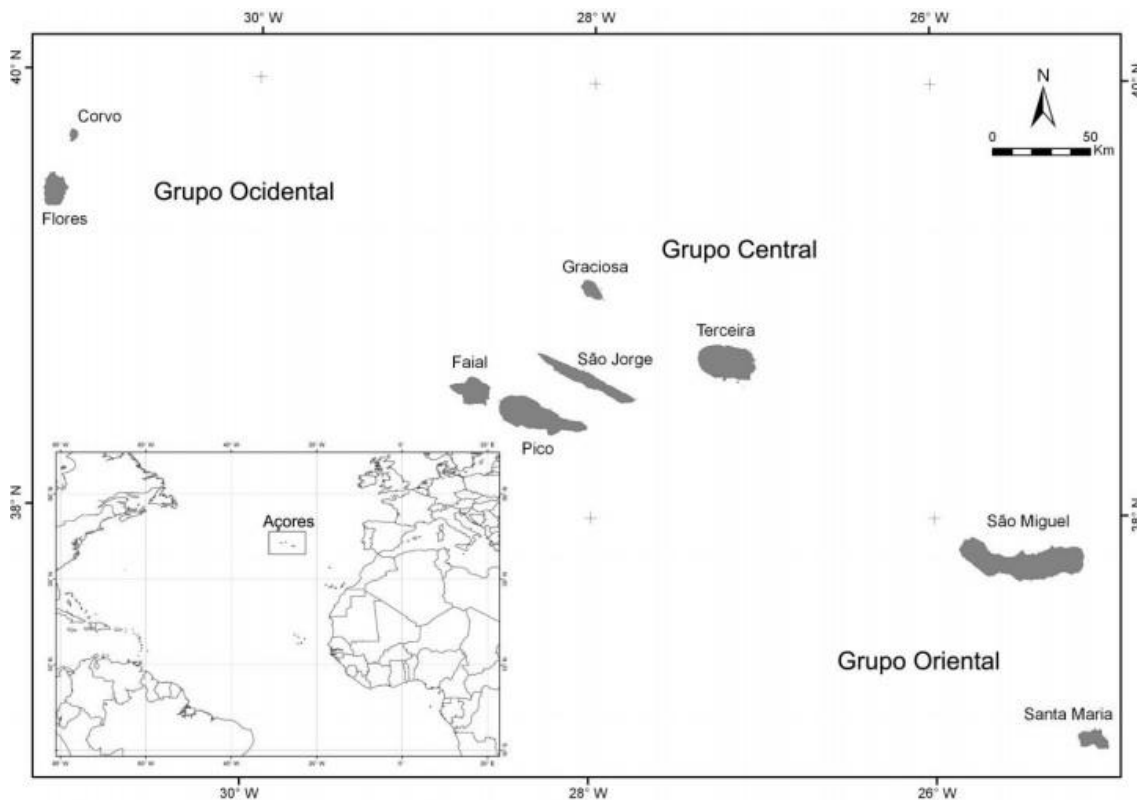


Figura 3: Enquadramento geográfico do arquipélago dos Açores.

Fonte: <http://siaram.azores.gov.pt>

A região é constituída por nove ilhas, distribuídas por três grupos (Oriental, Central e Ocidental) que representam 2,5% da superfície territorial de Portugal. O arquipélago tem uma orientação WNW-ESSE, devido à tectónica onde se insere, esta

formada por uma junção de três placas litosféricas, a Euroasiática, a Norte Americana e a Africana (Lima, 2009).

Relativamente ao seu enquadramento político-administrativo: “O arquipélago dos Açores constitui uma Região Autónoma da República Portuguesa, criada pela Lei n.º 39/80, de 22 de Agosto. O estatuto político-administrativo foi consagrado na Constituição da República de 1976 (artigo 229º). Trata-se de uma entidade jurídica de direito público dotada de poderes legislativos e executivos. Constituem órgãos de governo próprio a Assembleia Legislativa Regional, sediada na cidade da Horta, e o Governo Regional, com departamentos nas cidades de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. A Assembleia Legislativa Regional e as estruturas governamentais, possuem delegações em várias ilhas. Em relação à administração local, existem 19 concelhos e 150 freguesias.” (Atl & Europeu, 2005).

No que diz respeito à economia e desenvolvimento, a região está condicionada devido à sua dispersão aos continentes assim como às acessibilidades, sendo este o problema de maior parte de regiões insulares. A economia tradicional e os recursos naturais são a base da economia destes territórios, no entanto pode considerar-se que os serviços e os setores financeiros e o turismo têm-se tornando uma ferramenta importante de desenvolvimento económico (Silva, 2013).

Tal como referido anteriormente, o turismo é uma aposta tanto do Governo Regional como das próprias entidades privadas para um crescimento económico da região, que têm vindo a ser alvo de procura durante os últimos anos e assim constituírem um dos principais setores de desenvolvimento económico e social.

## **1.2 CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL**

“As nove ilhas do arquipélago dos Açores elevam-se na crista média-atlântica rompendo o imenso azul do oceano com os verdes dos campos e os negros das rochas vulcânicas.” (Silva, 2013).

Os Açores são importantes representações de ruralidade, do mar que circunda as nove ilhas e pela natureza com uma beleza mística que, hoje já um pouco alterada pelo Homem. As florestas, os campos de pastagem, e os arbustos floridos são constituintes da paisagem açoriana em harmonia com as atividades humanas (Silva, 2013).

O clima é um fator determinante na paisagem açoriana, que possibilita e condiciona algumas atividades na região, como é o caso do turismo ou da agricultura. “O clima dos Açores é temperado de transição entre o mediterrâneo e o oceânico, caracterizado por baixas amplitudes térmicas, elevada humidade, chuvas regulares, ventos rigorosos e fraca insolação” (Silva, 2013).

O facto de que no arquipélago dos Açores a precipitação ser frequente e a insolação ser reduzida na maior parte do ano, faz com que a sazonalidade turística seja mais elevada do que na maior parte dos destinos insulares em que o visitante procura o produto associado aos 3S (*Sea, Sand and Sun*).

O arquipélago açoriano está inserido na região biogeográfica da Macaronésia, considerada das zonas mais ricas em biodiversidade da Europa. A flora dos Açores continua em estado de perigo, visto que as espécies endémicas são ameaçadas constantemente pela proliferação de espécies invasoras (Geoparque Açores, 2012).

A fauna marinha é também um fator relevante no ambiente açoriano, sendo este considerado um importante recurso, que não só na atividade piscatória, mas também por ser um ecossistema deslumbrante para quem pratica mergulho e para a observação de cetáceos. A nível da fauna terrestre, os Açores são um ótimo destino para os observadores de aves, tanto pela avifauna residente, assim como de aves migratórias que se deslocam sazonalmente entre a Europa e América (Silva, 2013).

Relativamente ao património cultural do arquipélago dos Açores, é de destacar os vários prémios a nível internacional que a região tem vindo adquirir. Os mais recentes indicam que a região foi eleita entre os dez destinos líderes mais sustentáveis do mundo e o melhor destino do Atlântico, assim como considerada a região mais bela do mundo

pela revista *National Geographic Traveler* (é ainda possível encontrar todos os outros prémios no site [www.visitazores.com](http://www.visitazores.com)) (VISITAZORES, 2018).

Além dos prémios obtidos pelo arquipélago, é de destacar a Paisagem da Cultura da Vinha do Pico, eleita Património Mundial da Unesco pela “(...) valia paisagística e histórico-cultural do património natural e edificado desta Paisagem, aliada ao seu carácter único e universal” (SIARAM, 2019).

As Reservas da Biosfera são também um elemento de destaque no que diz respeito à preservação e conservação dos ecossistemas terrestres e marinhos dos Açores em que se promove o desenvolvimento sustentável e boas práticas ambientais. Como tal, a mais recente conquista do arquipélago dos Açores na Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO, pertence à ilha de São Jorge, em que se candidatou pelas Fajãs de São Jorge, no ano de 2016.

“Na orla costeira surgem pontualmente superfícies planas, designadas fajãs (fajãs de talude e fajãs lávicas) que constituem uma característica diferenciadora da ilha, pela relação equilibrada entre o homem e a natureza e pelas vivências únicas, paisagens e biodiversidade.” (azores.gov. pt).



**Figura 4:** Fajã de João Dias, São Jorge.

**Fonte:** <http://siaram.azores.gov.pt>



**Figura 5:** Fajã da Caldeira de Sto. Cristo, São Jorge.

**Fonte:** <http://siaram.azores.gov.pt>

O património cultural e arquitetónico é, também, um elemento característico da região. A cidade de Angra do Heroísmo foi classificada Património Mundial pela Unesco no ano de 1983, representando, até à atualidade, valor histórico e a beleza do urbanismo aqui identificado, seja pelos museus, fortalezas, conventos, palácios ou igrejas.

## 2. IMPORTÂNCIA DOS ECOSISTEMAS AÇORIANOS

O arquipélago dos Açores tem uma elevada importância ambiental, relativamente aos ecossistemas que possui, sejam terrestres ou marinhos.

“As zonas húmidas são dos ecossistemas mais ricos e produtivos do mundo, em termos de diversidade biológica, possuindo grandes concentrações de aves aquáticas, mamíferos, répteis, anfíbios, peixes e invertebrados, sendo a água o elemento estruturante destes ecossistemas.”

(SIARAM, 2019).

Estas zonas húmidas podem ser encontradas em todas as ilhas dos Açores, e como foi referido anteriormente, apresentam um elevado valor ambiental. Retêm os excessos de água das chuvas e ao mesmo tempo repõem as águas subterrâneas, fazem o regulamento do ciclo hidrológico, produzem biomassa e, atualmente tão relevante, são mitigadores das alterações climáticas, visto que através da fotossíntese, captura dióxido de carbono da atmosfera e liberta oxigénio (SIARAM, 2019).

Na região, é possível observar a existência de zonas húmidas costeiras assim como de zonas húmidas terrestres, sendo que destas, 13 foram designadas como sítios RAMSAR. Foi designada “Convenção de Ramsar” o tratado intergovernamental sobre as Zonas Húmidas e revela-se com o primeiro dos tratados globais sobre a conservação (ICNF, 2019). “Os sítios Ramsar designados nos Açores valem pela sua raridade no contexto internacional, nomeadamente as zonas húmidas do tipo geotérmico ou turfeiras com vegetação arbórea. Estes sítios enquadram-se plenamente nos objetivos da Convenção Ramsar por serem exemplos representativos de cada tipo de zona húmida presente nesta região biogeográfica e desempenharem um papel importante, ao nível hidrológico, no funcionamento de sistemas completos de bacias hidrográficas ou de costa, como as fajãs de São Jorge e os complexos vulcânicos do Fogo, Sete Cidades e Furnas e ainda, o planalto central das Flores, que engloba as lagoas mais emblemáticas.”

(SIARAM, 2019).

Assim, torna-se essencial continuar a ter em conta as estratégias e medidas ambientalmente sustentáveis, desenvolvidas pelo Governo Regional, que revelem a importância desta tipologia de ecossistemas singulares, como é o caso da elaboração dos planos de ordenamento de bacias hidrográficas de lagoas e planos de ordenamento da orla costeira (SIARAM, 2019).



**Figura 6:** Lagoa do Caldeirão do Corvo, Corvo.

**Fonte:** <http://siaram.azores.gov.pt>



**Figura 7:** Lagoa das Sete Cidades, São Miguel.

**Fonte:** <http://siaram.azores.gov.pt>

As áreas protegidas do arquipélago dos Açores, são um importante fator para a conservação e preservação dos ecossistemas da região. Os territórios associados às áreas protegidas, dividem-se em terrestres e marítimos, com a área de 477,08 km<sup>2</sup> e 669,14 km<sup>2</sup>, respetivamente (SIARAM, 2019).

Assim, torna-se essencial que haja modelos de monitorização e gestão das áreas protegidas adjacentes ao arquipélago dos Açores, para isso o Governo dos Açores: “Atendendo à diversidade de situações resultantes da implementação da Rede Natura 2000 na Região Autónoma dos Açores e à necessidade de adotar um modelo assente em critérios de gestão que uniformizem a diversidade de designações das áreas classificadas como protegidas e concentrem competências numa unidade territorial de ilha enquanto unidade base de gestão, procedeu-se a uma reformulação do regime jurídico da classificação, gestão e administração das Áreas Protegidas da Região, através do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, de 25 de junho, posteriormente retificado pela Declaração de Retificação n.º 79/2007, de 21 de agosto. Este Decreto Legislativo foi revogado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade.”

O principal objetivo deste documento é a gestão, preservação e conservação de áreas com importância ambiental tanto para a biodiversidade como para a geodiversidade, de modo a que a sustentabilidade seja assegurada e continuada.

A gestão de base da Rede Regional de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores, é feita pelos Parques Naturais das nove ilhas assim como pelo Parque Marinho do Arquipélago dos Açores, de modo assegurar o bom funcionamento desse território e encarregar-se da sustentabilidade ecológica da região. Essa mesma rede tem também como objetivo classificar o território, segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza “(...) adaptando-a às particularidades geográficas, ambientais, culturais e político-administrativas do território do arquipélago dos Açores, sendo que estão contempladas as seguintes categorias:

- a) Reserva natural (Categoria I - IUCN)
- b) Monumento natural (Categoria III - IUCN)
- c) Área protegida para a gestão de habitats ou espécies (Categoria IV - IUCN)
- d) Área de paisagem protegida (Categoria V - IUCN)
- e) Área protegida de gestão de recursos (Categoria VI - IUCN)”

(azores.gov.pt).

Conforme tem vindo a ser referenciado, o arquipélago dos Açores apresenta um elevado valor ambiental, e assim sendo, foi instituída uma rede ecológica com os objetivos da conservação da diversidade biológica e ecológica, no ano de 1989, pelos Estados Membros da Comunidade Europeia. A Rede Natura 2000, assim designada é aplicada conforme (...)” as exigências económicas, sociais e culturais das diferentes regiões que a constituem.”

A Rede Natura 2000 é constituída por Sítios de Interesse Comunitário com o total de 30.659,69 hectares; Zonas de Especial Conservação com o total de 33.582,11 hectares; e Zonas de Proteção Especial com o total de 16.192,35 hectares.

Assim, a Comunidade Europeia elaborou este instrumento a fim de conseguir uma proteção e gestão mais eficaz do seu património natural, no qual instituiu uma política ambiental para a conservação da natureza e da biodiversidade, que se dividem em duas diretivas comunitárias, “Aves” e “Habitats” (azores.gov.pt).

“A Diretiva Aves (Diretiva 79/409/CEE) tem por objetivo a conservação e gestão das populações de aves (terrestres e marinhas), vivendo no estado selvagem, bem como dos respetivos habitats. Requer o estabelecimento de Zonas de Proteção Especial (ZPE), tendo sido aplicada nos Açores em 1989 com a criação de 15 ZPE, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2004/A, de 1 de julho, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2005/A, de 19 de abril.”

“A Diretiva Habitats (Diretiva 92/43/CEE) é destinada à preservação dos habitats naturais (terrestres e marinhos), da flora e da fauna selvagens (terrestres e marinhas) considerados ameaçados, raros ou vulneráveis, e complementa a legislação comunitária iniciada com a diretiva “Aves”. Esta diretiva prevê a criação de uma rede de Zonas Especiais de Conservação (ZEC). Nos Açores, em 2002, foram declarados 23 Sítios de Interesse Comunitário (SIC) que em 2009 foram classificados como ZEC, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2009/A, de 3 de junho. Em 2009 e 2013 foram ainda designados 3 novos SIC, 2 marinhos e 1 terrestre, respetivamente.”

(azores.gov.pt).

Portanto, é fundamental referir que a Rede Natura 2000 é um instrumento importante para a política da União Europeia, relativamente à conservação e gestão da natureza e biodiversidade.

“Para esse efeito, aquele diploma previu a elaboração de um plano sectorial destinado a estabelecer o âmbito e o enquadramento dessas mesmas medidas, tendo em conta os valores ambientais a proteger e o desenvolvimento económico e social das áreas integradas no processo da Rede Natura 2000.” (azores.gov.pt).

Conforme tem vindo a ser referido ao longo da presente dissertação, o arquipélago dos Açores é considerado uma região de excelência perante todos os

elementos que apresenta relativamente à sua diversidade e aos seus ecossistemas. A flora açoriana, é constituída por cerca de 900 vasculares, sendo que apenas 59 são espécies endémicas da região, estando estas ameaçadas pela constante proliferação de espécies invasoras (Cardoso, 2010).

A Floresta Laurissilva é também um ecossistema relevante no que diz respeito à vegetação da Era do Terciário, sendo que esta desapareceu na sua quase totalidade no continente europeu devido ao período glacial. É possível encontrar manchas da floresta Laurissilva nas nove ilhas do arquipélago, no entanto é no Planalto Central do Pico, na Serra de Santa Bárbara na Terceira e no Nordeste da ilha que São Miguel que se encontram manchas mais consideráveis.

Relativamente às espécies endémicas florestais presentes no arquipélago dos Açores, podem ser consideradas as mais relevantes o Louro (*Laurus azorica*), o Queiró (*Daboecia azorica*), a Urze (*Erica azorica*), o Cedro (*Juniperus brevifolia*) ou o Pau-Branco (*Picconia azorica*). Enquanto as flores endémicas que mais se destacam são a Vidália (*Azorina vidalii*) ou a Não-me-esqueças (*Myosotis Maritima*) (azoresgeopark.com).



**Figura 8:** Pau-branco.

**Fonte:** <http://siaram.azores.gov.pt>



**Figura 9:** Não-me-esqueças.

**Fonte:** <http://siaram.azores.gov.pt>



**Figura 10:** Urze.

**Fonte:** <http://siaram.azores.gov.pt>

Foram introduzidas algumas espécies no arquipélago para uso ornamental que também são usadas para dividir prados, são como a exemplo as hortênsias (*Hydrangea macrophylla*) ou as azáleas (*Rhododendron*). Árvores como a Acácia (*Acacia melanoxylon*) ou a Criptoméria (*Cryptomeria japonica*), foram também introduzidas por todo o arquipélago e hoje em dia têm um valor comercial considerável (azoresgeopark.com).

A Fauna é também um elemento de elevada relevância dos ecossistemas da região. Relativamente à fauna marinha, é possível observar variadas espécies de

cetáceos, sendo das mais relevantes os cachalotes (*Physeter macrocephalus*), baleias-de-bico (*Mesoplodon densirostris*) e golfinhos (*Delphinus delphis*). É, também, possível identificarem-se grandes variedades de peixes, como o mero (*Epinephelus marginatus*), o atum-rabilo (*Thunnus thynnus*) e o peixe-espada (*Trichiurus lepturus*).

Relativamente à avifauna do arquipélago dos Açores “(...) destacam-se o milhafre (única ave de rapina presente no arquipélago), o pombo torcaz e da rocha, o priolo (ave terrestre endémica, cujo habitat se limita à Floresta Laurissilva do nordeste de São Miguel), o canário-da-terra e diversas aves marinhas como o cagarro (cuja maior parte da população mundial nidifica no arquipélago), o garajau rosado (cuja maior parte da população europeia nidifica nos Açores), o painho-das-tempestades-de-monteiro (ave marinha endémica presente nos Ilhéus da Praia e de Baixo, na ilha Graciosa) e gaivotas.” (azoresgeopark.com).

Na fauna terrestre são variadas as espécies que se encontram, no entanto é de destacar o morcego-dos-açores (*Nyctalus azoreum*), sendo este o único mamífero terrestre endémico da região.



**Figura 11:** Morcego-dos-açores.

Fonte: <http://siaram.azores.gov.pt>



**Figura 12:** Cagarro.

Fonte: <http://siaram.azores.gov.pt>



**Figura 13:** Cachalote.

Fonte: <http://siaram.azores.gov.pt>

### 3. OS AÇORES NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

“O turismo constitui uma atividade produtiva com uma importância económica crescente no mundo contemporâneo. Apesar disso, a ciência económica só muito recentemente começou a tratar o fenómeno turístico de acordo com essa importância crescente na economia mundial. Na verdade, esta é uma área da atividade económica em que o mercado se tem mostrado historicamente à frente da ciência.

Basta, contudo, atentarmos a alguns números essenciais, quer a nível global, quer a nível nacional, para se constatar o óbvio, i. e., a cada vez maior importância económica do fenómeno turístico e a decorrente necessidade a fazer acompanhar de uma melhor compreensão do fenómeno ao nível do seu enquadramento teórico estruturante e fundamental.”

(Matias, 2007:15).

O setor do turismo tem alcançado novos recordes durante os últimos anos, sendo que no ano de 2017 o número de chegadas de turistas internacionais cresceu cerca de 7%, a maior subida desde 2010. Segundo os dados do relatório anual da Organização Mundial do Turismo, no ano de 2017, o setor do turismo é considerado o terceiro maior setor de exportação do mundo, gerando cerca de 1.6 triliões de dólares.

De acordo com a Comissão Europeia do Turismo, a Europa continua a ser a região mais visitada do mundo por turistas internacionais. Portugal tem registado valores em constante crescimento de ano para ano, sendo que no ano de 2018 as receitas turísticas representaram cerca de 7,8% no PIB nacional.

No contexto do arquipélago dos Açores a tendência mantém-se, visto que em 2017 foi a região do país com maior crescimento turístico face ao ano anterior, com cerca de 16% de aumento. Conforme tem vindo a ser mencionado, o património natural e cultural da região tem gerado interesse por parte de turistas internacionais e nacionais, fazendo com que este setor se tornasse relevante para a economia da região, considerado um motor para o desenvolvimento económico e social.

Assim, o objetivo do presente tópico, pretende analisar o processo do desenvolvimento turístico na região, assim como necessário investigar quais são as pressões associadas a esse crescimento, de modo a entender como é possível combater os constrangimentos relacionados com o turismo.

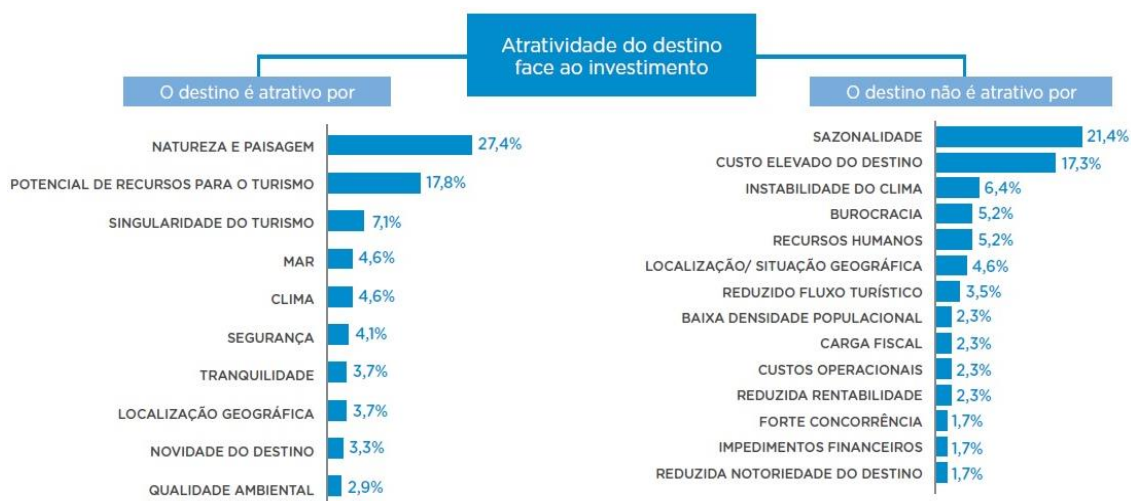
### **3.1 MOTIVAÇÕES DA PROCURA DO DESTINO AÇORES**

Como tem vindo a ser mencionado ao longo da presente dissertação, o arquipélago dos Açores tem apresentado valores em constante crescimento no que diz respeito aos fluxos turísticos, e por isso, torna-se relevante exprimir quais as motivações que levam o turista a procurar o destino Açores.

Segundo o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores (PEMTA), lançado em 2016 pelo Governo Regional dos Açores, no qual refere a atratividade do destino Açores numa perspetiva da oferta, os agentes turísticos regionais consideram que os Açores são, pelos seus recursos e pelas características físicas do território, atrativos para o investimento neste setor, apesar de considerarem que existe algumas contrariedades, entre as quais a sazonalidade. Apesar de estarem a ser feitos alguns esforços para combater a sazonalidade, esta ainda está muito presente no setor turístico, o que acaba por conduzir a constrangimentos não só para o turista, como para os atores locais, que necessitam de aumentar os preços para garantir que cobrem os custos operacionais de todo o ano.

O clima está equilibrado, visto que, por um lado, é considerado atrativo pelas temperaturas amenas durante o ano todo, o que pode ser um motivo de procura deste destino ao longo dos doze meses do ano. No entanto, pode ser uma contrariedade, por ser um clima instável em que se diz que as quatro estações podem acontecer no mesmo dia. Relativamente às características físicas da região, são a principal motivação da procura do destino Açores, assim como a atratividade ao investimento no arquipélago, pelos seus recursos naturais e paisagens únicas.

A seguinte figura retirada do PEMTA, onde se refere a avaliação da atratividade do destino na perspetiva dos agentes turísticos, permite observar que a natureza e paisagem, o potencial de recursos para o turismo, assim como a singularidade do turismo, são considerados os mais relevantes no que diz respeito à atratividade do destino. Contudo, a sazonalidade, o custo elevado do destino e a instabilidade do clima, são considerados os que mais apresentam contrariedades para o investimento na região.



**Figura 14:** Avaliação da atratividade do destino na perspetiva dos agentes turísticos.

**Fonte:** Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores.

Segundo a análise SWOT realizada a partir de inquéritos aos agentes turísticos, operadores turísticos e residentes na região, apresentada no PEMTA, é possível identificar que as forças do arquipélago açoriano estão representadas pelos seus recursos endógenos e pela diversidade ambiental. No que diz respeito às oportunidades deste setor na região, destacam-se o turismo de natureza que, apesar de já estar a ser explorado, detém capacidades para se desenvolver ainda mais. Além disso, o turismo náutico e o turismo em espaço rural constituem um motor a desenvolver na região e com grande potencial de crescimento no arquipélago dos Açores.

No entanto, o setor turístico apresenta alguns pontos fracos que representam alguns entraves ao seu desenvolvimento, como os elevados preços do destino (alojamentos, transportes e outros serviços), assim como a fraca qualificação e

formação dos recursos humanos, que podem acabar por afetar a qualidade da oferta dos seus serviços. É, também, importante ter em conta as ameaças que o setor do turismo pode vir a ter, sendo que a ameaça principal do desenvolvimento do setor na região é a do turismo de massas, que pode ser posta em causa pela liberalização do espaço aéreo.

Como foi referido anteriormente, o turismo de natureza, os recursos naturais e a biodiversidade do arquipélago, são os principais elementos para a criação de valor do destino Açores. Contudo, ainda existem algumas limitações face ao desenvolvimento do setor turístico que, apesar de estarem a ser feitos alguns esforços para ultrapassar as barreiras associadas à rede de transportes inter-ilhas, continua a ser um aspeto considerado insuficiente face à procura.

Os turistas que procuram os Açores como destino, encontram características capazes de os distinguir dos seus concorrentes, como por exemplo a proximidade do mercado, as particularidades e essências de cada ilha, assim como a segurança e tranquilidade que a região apresenta. O Governo Regional dos Açores tem trabalhado no sentido de promover os Açores como destino sustentável, com a principal prioridade de melhorar e preservar o património natural e cultural, garantindo que as condições e qualidade de vida das comunidades locais, não sejam comprometidas.

Segundo os estudos para o diagnóstico do Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, o turismo de natureza é de facto considerado o produto prioritário do destino Açores, sendo este constituído por várias atividades que permitem o turista usufruir dos ecossistemas açorianos de forma ativa, de como são caso: passeios a pé, passeios equestres, turismo em espaço rural, *birdwatching*, geoturismo, BTT, canoagem, *downhill*, parapente, rapel e escalada, *trekking* e observação das reservas da biosfera.

Como produtos complementares, estão identificados o turismo náutico, que permite ao turista usufruir de atividades associadas ao mar dos Açores, como por exemplo: mergulho, iatismo, pesca desportiva, vela, *whale watching*, *surf* e *bodyboard*, passeios de barco e cruzeiros. O *touring* cultural e paisagístico é, também, considerado um produto complementar do turismo nos Açores, em que o turista usufrui de *tours*

associadas à cultura açoriana, a eventos, à gastronomia e vinhos, ao património mundial e à religião. A saúde e bem-estar também se apresenta como um produto complementar, em que o turista usufrui de serviços associados ao bem-estar físico e psíquico, aproveitando para a descontração, relaxamento e descanso. Estes produtos estão já em desenvolvimento na região, no entanto ainda têm margem para continuar a desenvolver-se, visto que apresentam capacidades e facilidades para integrar-se como subprodutos do turismo de natureza, captando nichos de mercado importantes para o desenvolvimento do setor turístico no arquipélago dos Açores.

Segundo o PEMTA, o turismo de sol e mar, congressos e incentivos e o golfe, são considerados produtos secundários, por apresentarem pouca expressão na região, contudo permitem diversificar a oferta pelas suas facilidades, serviços e potenciais que apresentam. A seguinte figura apresentada no PEMTA, permite identificar os produtos associados ao turismo nos Açores.



**Figura 15:** Produtos Estratégicos para o Destino.

**Fonte:** Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores.

É importante destacar que a definição e organização do sistema de produtos turísticos do arquipélago dos Açores têm como principal objetivo, distinguir-se e diferenciar-se de outros destinos, afim da sua valorização. As nove ilhas do arquipélago são consideradas como um todo na definição dos produtos mencionados

anteriormente, contudo é de realçar que cada ilha apresenta características e particularidades concretas e valiosas para os visitantes.

Os Açores querem afirmar-se como um destino em que a preservação ambiental, a sustentabilidade natural e a calma e tranquilidade façam parte do leque de oferta, sendo que estas características aliadas ao facto de atrair nichos de mercado e excluir a vocação para a massificação do destino, tornem a viagem única e diferente dos destinos concorrentes. Assim, o PEMTA definiu mensagens que o destino Açores deve transmitir: “Um destino (europeu) no meio do atlântico; ilhas vulcânicas preservadas (no seu estado original), de natureza exuberante – harmonia dos quatro elementos: água, terra, fogo e ar; exclusivo; beleza mística; o visitante é recebido como um convidado especial; segurança; variedade e qualidade de atividades de terra e mar.” (PEMTA, pp:106).

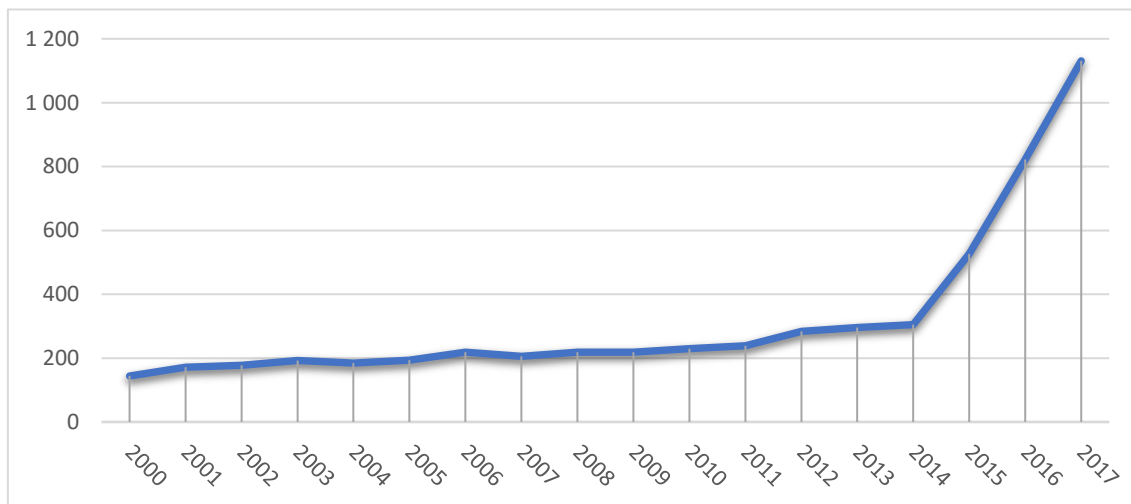
Assim, após a análise referente às motivações da procura do destino Açores, torna-se essencial realizar a análise da oferta e da procura turística na região, de modo a perceber de que modo o turismo nos Açores tem vindo a desenvolver-se ao longo dos anos.

### **3.2 PROCURA E OFERTA TURÍSTICA**

Conforme tem vindo a ser mencionado, o setor do turismo tem apresentado valores em constante crescimento ao longo dos anos, sendo este considerado um importante motor para o desenvolvimento da região a nível económico e social. Além disso, é de destacar a sua relevância no panorama nacional e internacional, por apostar em tipologias de turismo alternativas, onde a sustentabilidade e a ruralidade são o principal enfoque para a valorização do produto Açores.

O desenvolvimento da oferta turística nos Açores, deve-se ao aumento da procura constante do destino, por parte dos mercados emissores. No que concerne aos indicadores da oferta e da procura, foram realizados gráficos que facilitam a compreensão da evolução do turismo nos Açores, em que foram utilizados dados estatísticos da Secretaria Regional de Estatística dos Açores.

Relativamente aos indicadores da oferta, elaborou-se um gráfico que permite analisar a evolução do crescimento do número de estabelecimentos hoteleiros, como se pode observar na figura 16.

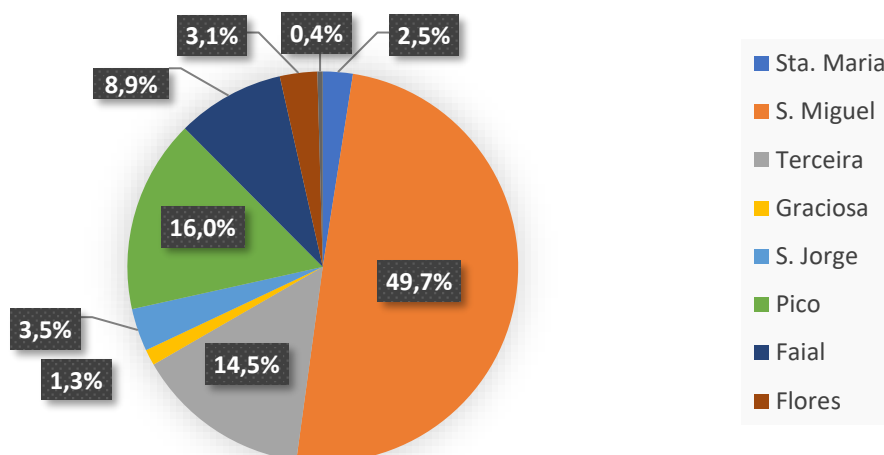


**Figura 16:** Número de estabelecimentos hoteleiros nos Açores.

**Fonte:** Secretaria Regional de Estatística dos Açores

Segundo a figura 16 é possível observar um crescimento constante do número de estabelecimentos hoteleiros nos Açores e é importante realçar que desde o ano de 2014 até ao ano de 2017 (dados mais recentes) houve um crescimento exponencial, que pode ser explicado pelo aumento da procura turística nesses anos, tendo por isso a necessidade de aumentar a oferta.

De acordo com os dados relativos à figura 17, que representa a distribuição do número de estabelecimentos hoteleiros por ilha no ano de 2017 em valores percentuais, é possível destacar a ilha de São Miguel que apresenta quase metade do número total, seguindo-se da ilha do Pico com cerca de 16% e a ilha Terceira com 14,5%. Contudo, a ilha do Corvo é a que menos tem estabelecimentos hoteleiros, não só pela sua reduzida dimensão territorial, mas também por ter menos procura turística.

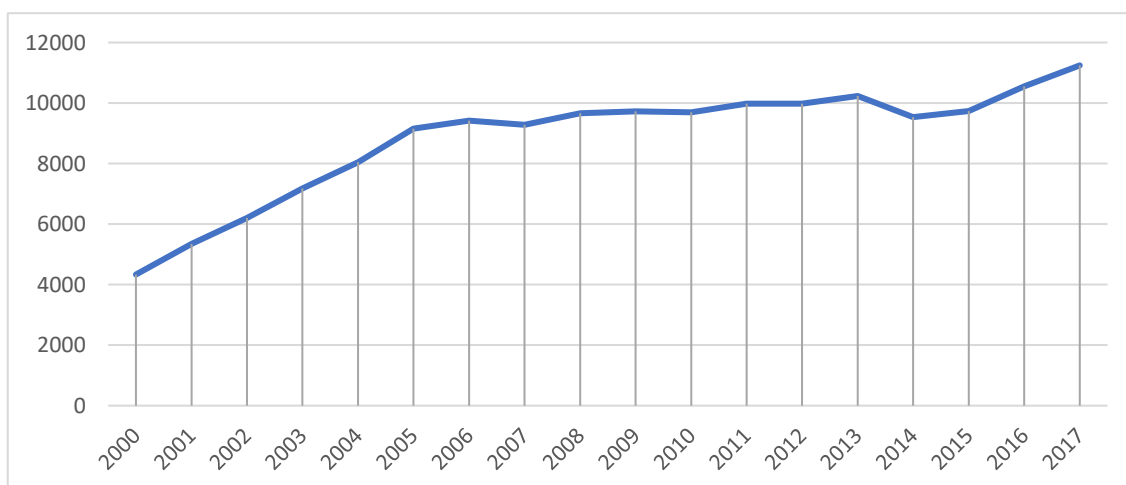


**Figura 17:** Distribuição do número de estabelecimentos hoteleiros por ilha em 2017.

**Fonte:** Secretaria Regional de Estatística dos Açores.

Numa abordagem às ilhas do triângulo (Pico, Faial e São Jorge), São Jorge ainda apresenta dados inferiores às ilhas do Pico e Faial, devido à grande aposta no turismo rural na ilha do Pico e pela componente hoteleira na ilha do Faial. Além disso, a ilha de São Jorge tem menos estabelecimentos hoteleiros que as ilhas vizinhas, por estar menos desenvolvida na atividade turística.

No que diz respeito à capacidade dos alojamentos turísticos dos Açores, como indica a figura 18, é possível observar um aumento constante ao longo dos anos com um ligeiro abrandamento nos anos compreendidos entre 2005 e 2013 e um ligeiro decréscimo no ano de 2014. Contudo, a partir desse ano torna a haver um crescimento da capacidade de alojamento até 2017.

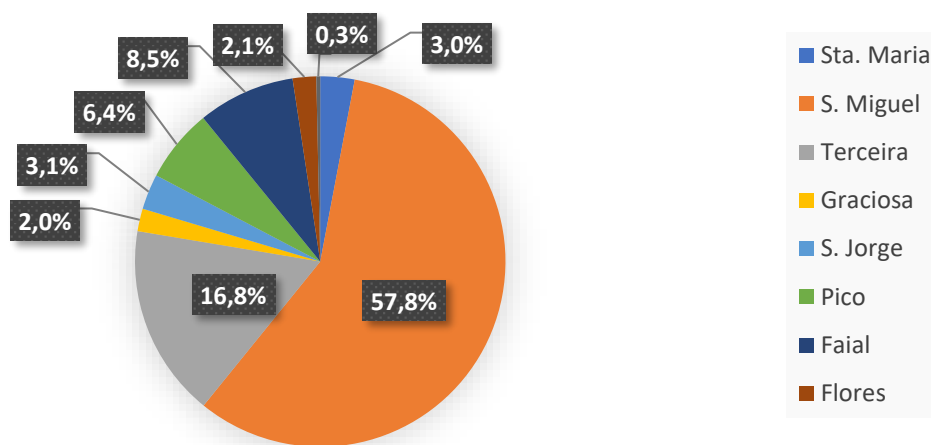


**Figura 18:** Capacidade dos alojamentos turísticos dos Açores.

**Fonte:** Secretaria Regional de Estatística dos Açores.

De acordo com os dados relativos à seguinte figura (19), onde demonstra a distribuição da capacidade dos alojamentos turísticos por ilha no ano de 2017 em valores percentuais, é de destacar novamente a ilha de São Miguel que apresenta mais de metade da capacidade para alojar turistas com cerca de 57,8%, podendo este facto ser explicado também por apresentar a maior percentagem de alojamentos. No entanto, a ilha do Corvo torna a ser novamente a que representa a menor fatia do total com cerca de 0,3% da capacidade de alojamento turístico, isto também por ser a ilha que menos estabelecimentos hoteleiros tem.

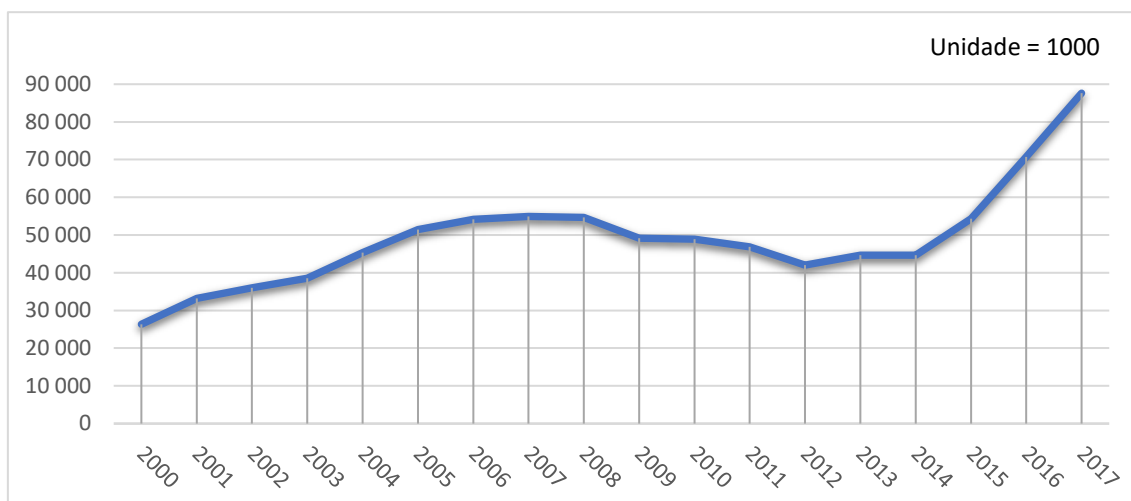
Relativamente às ilhas do triângulo, o Faial e o Pico encontram-se em posições diferentes em relação à análise da distribuição do número de estabelecimentos hoteleiros, isto porque, como referido anteriormente, o Faial dedica-se mais à componente hoteleira onde a capacidade de alojamento é superior e a ilha do Pico ao turismo rural onde a capacidade de alojamento é inferior. São Jorge está representado com cerca de 3,1% da fatia total, continuando com valores inferiores às ilhas vizinhas.



**Figura 19:** Distribuição da capacidade dos alojamentos turísticos por ilha em 2017.

**Fonte:** Secretaria Regional de Estatística dos Açores

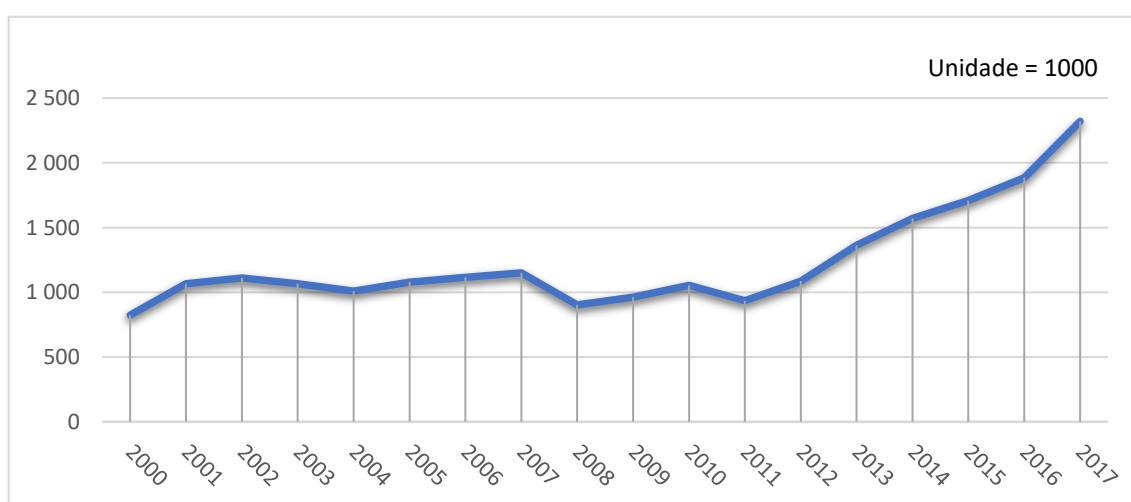
As seguintes figuras representam dados relativos à procura turística no arquipélago dos Açores, onde inicialmente se realizou uma análise às receitas dos hotéis assim como às dos estabelecimentos de turismo em espaço rural, permitindo compreender a evolução da procura na região ao longo dos anos.



**Figura 20:** Total de receitas dos hotéis.

**Fonte:** Secretaria Regional de Estatística dos Açores

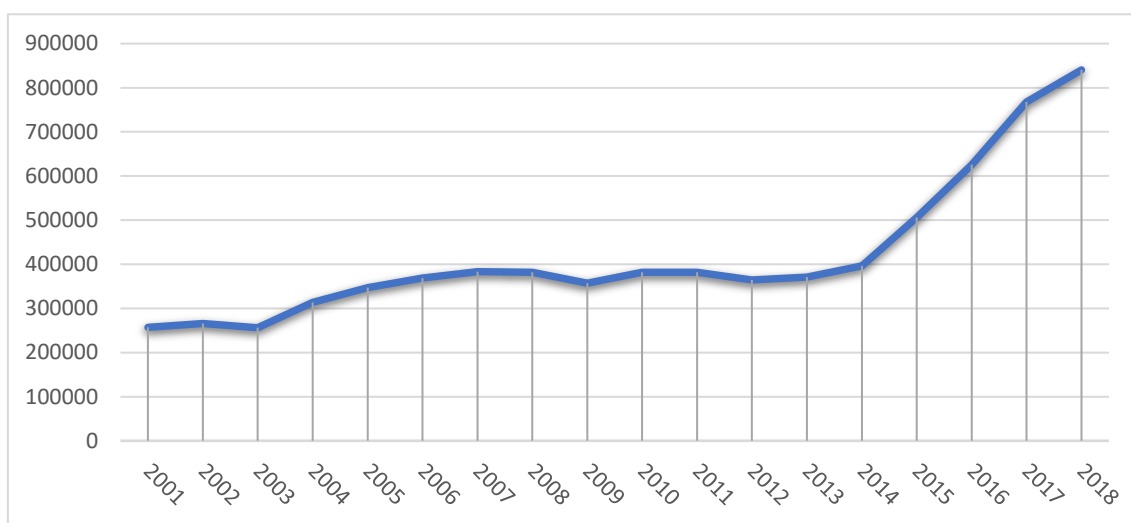
Assim, os dados relativos ao total de receitas dos hotéis apresentados na figura 20, apresentam um crescimento ao longo dos anos, no entanto a partir do ano de 2007 até ao ano de 2012 ocorre um decréscimo, que pode ser explicado pela crise económica que afetou o país traduzindo-se no abrandamento do desenvolvimento do setor turístico. Contudo, a partir de 2012 torna a haver um ligeiro acréscimo do total de receitas do setor hoteleiro na região até 2014 e, por conseguinte, a esse ano, a região consegue atingir um crescimento exponencial até ao ano de 2017, alcançando um total de quase 90 milhões de euros nesse mesmo ano.



**Figura 21:** Total de receitas dos estabelecimentos de turismo em espaço rural.

**Fonte:** Secretaria Regional de Estatística dos Açores

Relativamente às receitas totais dos estabelecimentos de turismo em espaço rural, nos anos compreendidos entre 2000 e 2017, é possível observar na figura 21 uma evolução nesse espaço temporal em que o ano de 2000 é o que apresenta o valor mais reduzido. No entanto, observou-se um ligeiro aumento desses valores, com alguns decréscimos, por exemplo dos anos de 2004, 2008 e 2011. A partir de 2011 as receitas voltam a subir atingindo o seu valor máximo no ano de 2017 quase alcançando os 2 milhões e meio de euros.



**Figura 22:** Total de hóspedes nos Açores.

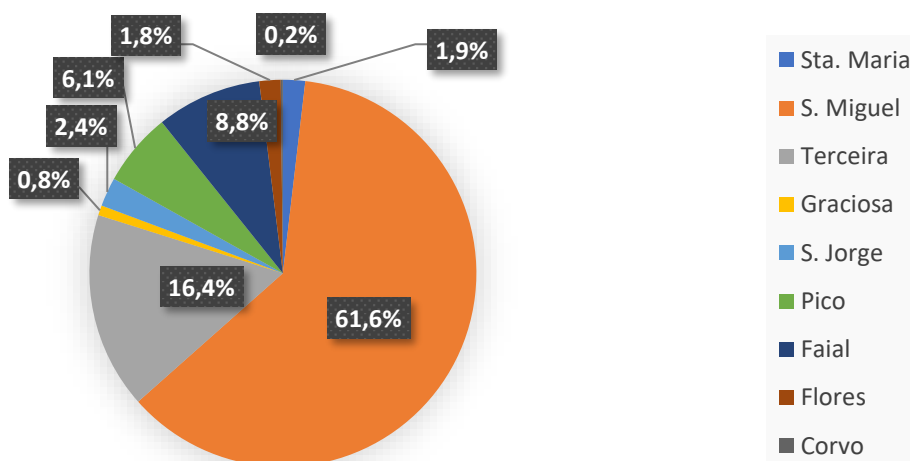
**Fonte:** Secretaria Regional de Estatística dos Açores

No que concerne ao total de hóspedes nos Açores no espaço temporal compreendido entre 2001 e 2018, como se observa a partir da figura 22, os anos de 2001, 2002 e 2003 são os que apresentam os valores mais reduzidos. No entanto, a partir desses anos começa a haver um crescimento com apenas um ligeiro decréscimo no ano de 2009 e 2012, mas que é recuperado nos anos seguintes, com destaque para os anos seguintes a 2014 que ocorre um crescimento exponencial do total de hóspedes na região, atingindo o valor máximo em 2018 com cerca de 840 mil hóspedes.

Na figura seguinte (23) está representada a distribuição do total de hóspedes no ano de 2018 em valores percentuais, na qual se pode observar uma vez mais a ilha de São Miguel com o maior valor de 61,6%, seguindo-se as ilhas Terceira e Faial com 16,4%

e 8,8%, respetivamente. As ilhas com menor percentagem de hóspedes no ano de 2018 no conjunto do arquipélago são o Corvo (0,2%), as Flores (1,8%) e Santa Maria (1,9%).

Numa abordagem às ilhas do triângulo, São Jorge arrecadou cerca de 20 355 hóspedes, equivalente aos 2,4% representado no gráfico, no entanto é necessário enfatizar que muitos turistas que visitam a ilha de São Jorge ficam hospedados na ilha do Pico e Faial e visitam São Jorge apenas por um dia, em que utilizam o ferry que liga as ilhas do triângulo. Além disso, as ilhas do Pico e Faial conseguem ter uma percentagem superior à ilha vizinha também pelo facto de terem *gateways* ligadas diretamente com o continente, traduzindo-se assim numa maior facilidade de entrada e saída de bens e pessoas, que a ilha de São Jorge não tem, necessitando sempre de fazer escala pelo menos numa ilha, Terceira ou São Miguel.



**Figura 23:** Distribuição do total de hóspedes por ilha em 2018.

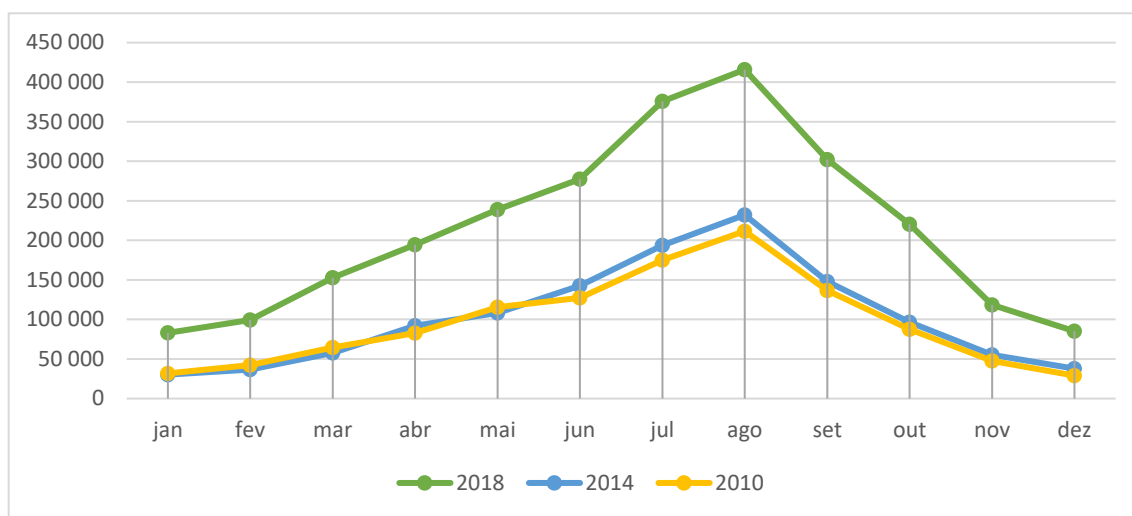
Fonte: Secretaria Regional de Estatística dos Açores

Relativamente à figura 24, em que está representada a distribuição mensal das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros nos anos de 2010, 2014 e 2018 é possível analisar que os meses mais procurados pelos turistas são na estação de verão em que julho e agosto são os que apresentam os valores mais elevados de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros. No entanto, os meses com valores mais reduzidos são dezembro, janeiro e fevereiro constituindo a época baixa.

Além disso, é possível analisar a partir da figura que os anos de 2010 e 2014 não apresentam diferenças significativas em relação às dormidas mensais, porém o ano de

2018 revela um crescimento exponencial em que quase duplicou os dados em relação aos anos de 2010 e 2014 demonstrados no gráfico.

É importante realçar que através da figura é também possível identificar que o arquipélago dos Açores e mais especificamente o setor do turismo enfrenta um obstáculo referente à sazonalidade, visto que nos meses de inverno a procura do destino diminui, constituindo um entrave ao desenvolvimento do turismo regional.



**Figura 24:** Distribuição mensal das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em 2010, 2014 e 2018.

**Fonte:** Secretaria Regional de Estatística dos Açores

Após a análise realizada aos diferentes indicadores da oferta e da procura, conclui-se que o turismo no arquipélago dos Açores tem conseguido desenvolver-se ao longo dos anos, passando a ser um dos principais setores não só para o crescimento económico da região, mas também para o desenvolvimento social.

Contudo, apesar da região apresentar resultados positivos relativos ao crescimento turístico é, ainda, possível observar alguns constrangimentos face ao seu desenvolvimento, como foi referido anteriormente, a sazonalidade desta atividade e a elevada concentração do turismo na ilha de São Miguel. Porém, é possível combater este facto através da captação de nichos de mercado que procurem explorar a natureza dos Açores não só nos meses de maior procura. É essencial que o setor turístico não pense apenas no crescimento, mas sobretudo no desenvolvimento dos produtos que fazem este destino destacar-se pela sua singularidade e pela sua conservação e

preservação dos seus ecossistemas, revertendo sempre a sua atividade para a sustentabilidade das ilhas açorianas, excluindo a massificação do destino Açores.

### **3.3 PRESSÕES ASSOCIADAS AO CRESCIMENTO TURÍSTICO**

As pressões associadas ao crescimento do setor do turismo estão intimamente ligadas à vulnerabilidade do território em questão. Segundo o PEMTA, o plano ambiental deve ser uma preocupação a ter em conta no desenvolvimento do destino, sendo que os recursos naturais dos Açores são as principais motivações e argumentos para a captação de visitantes, com vista sempre à continuidade da sustentabilidade turística. Além disso, o Governo Regional dos Açores tem promovido e incentivado projetos que visam a sua sustentabilidade e viabilidade, onde sejam abrangidas boas práticas ambientais, económicas e socioculturais.

Na verdade, o turismo contemporâneo tem vindo a sofrer alterações e, como refere Rushmann, é um grande consumidor da natureza e da sua evolução, que nas últimas décadas têm procurado cada vez mais destinos “verdes” como forma de escapar à pressão urbana, de modo a recuperarem o equilíbrio psicofísico em contacto com os ambientes naturais. Deste modo, o autor considera que o planeamento turístico é fulcral para a ordenação das ações antrópicas sobre o território que “ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem a sua atratividade” (Rushmann, 2016).

Assim, revela-se fulcral que o desenvolvimento do setor turístico esteja intimamente associado ao equilíbrio e à harmonia com os recursos naturais, culturais e sociais das regiões recetoras, de modo a que o turismo não vá ao desencontro daquilo que são as motivações para a sua procura. É referido por Rushmann que o desenvolvimento sustentável da atividade turística é um motor para o progresso satisfatório dos empreendedores, das comunidades recetoras assim como para os próprios turistas.

Para Rushmann “a inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui a matéria-prima da atividade. A deterioração das condições de vida dos aglomerados urbanos faz com que o número cada vez maior de pessoas procure, nas férias e nos fins de semana, as regiões com belezas naturais. O contacto com a natureza constitui, atualmente, umas das maiores motivações das viagens de lazer e as consequências do fluxo em massa de turistas para esses locais – extremamente sensíveis, tais como as praias e as montanhas – devem necessariamente ser avaliadas os seus efeitos negativos, evitados, antes que esse valioso património da humanidade se degrade irremediavelmente.”

Atualmente, a preocupação com o ambiente tem sensibilizado muitos daqueles que procuram o seu destino, sendo que os responsáveis pelo turismo e pelos recursos naturais estão consciencializados dos entraves e problemas que partilham, no entanto, devem trabalhar em conjunto de modo a planeá-los e a geri-los. O turismo de massas é a uma das pressões provocadas pelo turismo, caracterizado pela deslocação de um grande número de pessoas para os mesmos lugares nas mesmas épocas do ano, que acabam por provocar danos, não só socioculturais nas comunidades recetoras que vão vendo a sua identidade perder-se, mas também na origem de danos nos recursos naturais. Por isso, o autor revela que “os equipamentos e serviços instalados para atender o turismo de massa provocam uma série de efeitos negativos sobre o meio ambiente: a destruição da cobertura vegetal do solo, a devastação das florestas, a erosão das encostas, a ameaça de extinção de várias espécies de fauna e flora, a poluição sonora, a visual e a atmosférica, além da contaminação das águas de rios, lagos e oceanos.” (Rushmann, 2016).

Além disso, Rushmann refere também que o crescimento do turismo tem sido rápido principalmente a partir dos anos 50, o que originou na degradação ambiental de diversos recursos turísticos. A partir desse crescimento desenfreado que tem vindo a acontecer, os impactos também têm vindo a aumentar e a intensificarem-se, no entanto, os riscos são conhecidos pela maioria dos governos dos países recetores de turistas que necessitam de planear e gerir o setor turístico, de modo a tirarem proveito

dos aspetos benéficos do turismo assim como, preservar e conservar os sistemas naturais.

“Os impactos do turismo referem-se à gama de modificações ou à sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras. As variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidade, direções e magnitude diversas; porém, os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural.

Os impactos têm origem um processo de mudança e não constituem eventos pontuais, resultantes de uma causa específica, como, por exemplo, um equipamento turístico ou um serviço. Eles são a consequência de um processo complexo de interação entre os turistas, as comunidades e os meios receptores. Muitas vezes, tipos similares de turismo provocam impactos diferentes, de acordo com a natureza das sociedades nas quais ocorrem” (Rushmann, 2016).

Perante o impacto do turismo sobre os sistemas ambientais, foi revelado que este nunca será nulo, sendo assim Pierre Fiori (1978:16) apresentou uma fórmula que permite medir os impactos do turismo, em que a vulnerabilidade dos territórios e as pressões causadas dão origem ao impacto acarretado (Rushmann, 2016).

$$\text{Impacto turístico} = \frac{\text{Carga turística}}{\text{Vulnerabilidade}}$$

No entanto, Rushmann considera que a vulnerabilidade de um destino turístico depende da fragilidade dos seus ecossistemas e, por isso, é necessário que seja delimitada a capacidade de carga que o território suporta sem que altere as características atrativas. Sendo assim, o autor apresenta uma proposta de uma fórmula:

$$\text{Impacto turístico} = \frac{\text{Carga turística}}{\text{Capacidade de carga}}$$

(do local)

“A carga turística apresenta aspetos quantitativos e qualitativos: os quantitativos relacionam-se com o volume total dos fluxos turísticos e os qualitativos, com os tipos de atividades desenvolvidos pelos integrantes desses fluxos (turistas) e os equipamentos instalados para atendê-los. Encontrar o equilíbrio entre a carga turística imposta a determinados meios e a sua capacidade de suportá-la tem de se apresentar como um dos maiores desafios para os planeadores turísticos.” (Rushmann, 2016).

Portanto, é possível afirmar que os recursos naturais são os principais elementos tanto para a oferta turística como para a procura, no entanto estes recursos só podem ser considerados como turísticos aquando da sua exploração para tal fim, e como refere a autora Tulik (1993: 27) “Os recursos naturais correspondem às especificidades de determinadas áreas (condições geológicas, por exemplo) e constituem-se no fundamento para a identificação de sítios e regiões potencialmente favoráveis ao desenvolvimento turístico. A distribuição destes recursos tem servido como instrumento de explicação geográfica para compreender padrões de ocupação e de transformação de áreas turísticas. Embora a localização de recursos naturais capazes de se constituírem em atrativos possa ser acidental, a sua exploração, e consequente transformação em recursos turísticos, é sempre intencional.”

Sendo assim, existe claramente uma necessidade de investigar para se efetuar a análise do impacto ambiental do turismo, especialmente em territórios e ambientes onde esses trabalhos foram negligenciados anteriormente. Portanto, os indicadores ambientais devem ser desenvolvidos de modo a serem utilizados em análises custo-benefício, além de que permite que os padrões ambientais sejam estudados e planeados de modo a ajudar os consumidores na escolha do destino. O planeamento no contexto ambiental, social e cultural do destino turístico é fulcral, sendo que a interligação entre o turismo e o ambiente é de certa forma mediada pelo planeamento e gestão do território em questão (Archer, et al., 2005).

A intensificação e a natureza dos danos ambientais e ecológicos causados pelos turistas está intimamente relacionado com a magnitude do desenvolvimento e do volume dos visitantes, a natureza do território em questão assim como o planeamento

e as práticas de gestão adotadas antes e depois do desenvolvimento. Esse mesmo desenvolvimento se, de certa forma, for desenfreado e mal planeado, pode causar consequências ao ambiente físico dos destinos, que nalguns casos, a exploração comercial descontrolada do turismo resultou em construções de empreendimentos turísticos com design descaracterizador da paisagem e da cultura do território envolvente. Assim sendo, nesses casos, os projetos foram estritamente desenvolvidos apenas para considerar os supostos desejos dos visitantes, em vez de se inserir no território e na paisagem de modo característico (Archer, et al., 2005).

Além disso, o desenvolvimento do turismo desenfreado e mal planeado pode também destruir ambientes naturais insubstituíveis, onde as análises de custo-benefício não foram devidamente avaliadas. Por exemplo, os recursos hídricos utilizados por agricultores para o abastecimento das colheitas foram desviados para dar lugar a empreendimentos hoteleiros e a campos de golf, ou então, em regiões montanhosas, onde se viu a destruição de áreas de floresta para a criação de pistas de *ski*. Muitas vezes os turistas são os culpados por ajudar, de certa forma, a causar pressões sobre os ecossistemas sendo que, quanto mais atrativo é o local, mais elevada é a probabilidade de ser visitado, levando à degradação pela elevada pressão. Por vezes, acontecem situações em que o turista provoca pressões no destino sem que se aperceba, como são caso, a introdução de espécies vegetais exóticas em ecossistemas sensíveis, que são levados nos sapatos e nas roupas dos visitantes ou então, pela simples produção de lixo que é feita por cada turista no local (Archer, et al., 2005).

Contudo, é necessário ter em conta que o turismo, doméstico e internacional, é também um ponto positivo para a conservação e preservação dos ecossistemas dos próprios destinos turísticos. A partir do século XXI, principalmente, foram desenvolvidas novas formas de turismo, como por exemplo o turismo ecológico que, ajuda a combater as pressões associadas ao turismo de massas, que tem como principal objetivo a sustentabilidade local, em que o turista tem como pensamento deixar o destino igual ou melhor de como foi encontrado, deixando-o assim, num melhor estado ambiental. As desvantagens que foram mencionadas anteriormente, podem ser combatidas por um planeamento e gestão eficazes, além de que a educação ambiental e boas práticas

promovem o bem-estar do destino. Os turistas são atraídos por destinos em que a sustentabilidade deve ser o mote para o seu desenvolvimento e, assim sendo, as receitas retiradas das visitas podem ser utilizadas para ajudar na conservação e preservação do património natural (Archer, et al., 2005).

#### 4. MEDIDAS DE GESTÃO RUMO AO TURISMO SUSTENTÁVEL

As medidas de gestão, rumo ao turismo sustentável, são apresentadas de modo a dar continuidade ao tópico apresentado anteriormente. As pressões associadas ao desenvolvimento turístico representam impactos para os recursos naturais e para a sociedade recetora, assim sendo, torna-se essencial gerir e planear o desenvolvimento deste setor, de modo a combater essas nocividades.

A atividade humana provocou sobre os recursos naturais pressões que, são hoje consideradas irreversíveis, no entanto, até ao princípio do século XX, estas eram relativamente modestas. Como refere Moniz, “(...) especialmente no período do pós-guerra, a capacidade humana de destruição do habitat do planeta aumentou significativamente, em parte, como resultado de inovações tecnológicas radicais (que levaram à produção de grandes quantidades de poluentes do ar, da água e do solo, incluindo muitos materiais tóxicos) e, em parte, devido ao aumento da população mundial (e subsequente aumento do consumo e dos padrões de mobilidade). Por isso mesmo, nas últimas décadas, foi possível verificar o aumento pela preocupação e sensibilização da escassez dos recursos naturais, assim como a degradação ambiental.” (Moniz, 2006).

Essa preocupação com a degradação ambiental, deu origem à realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, no ano de 1972. Teve relativa importância por ter colocado o ambiente em destaque pelo mundo todo, além de ter inspirado os ecologistas. No ano de 1983, foi criada a Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento na Assembleia-geral das Nações Unidas, em que “o agravamento dos problemas ambientais e a consciência da natureza global dos mesmos, bem como da interdependência entre as problemáticas do ambiente e do desenvolvimento, leva à criação desta comissão.” (Moniz, 2006).

O conceito de desenvolvimento sustentável, tornou-se relevante com a publicação do relatório *Our Common Future*, mais conhecido por Relatório de Brundtland, que tinha como principais objetivos conciliar a proteção do ambiente com

a o desenvolvimento económico. Posto isto, a definição de desenvolvimento sustentável apresentado neste relatório, ficou até hoje difundida em todo o mundo *“Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs”* (Moniz, 2006).

O desenvolvimento sustentável tem como principal objetivo a limitação das capacidades que o ecossistema global sustenta. Os limites devem estar presentes tanto nos recursos não renováveis como nos renováveis, assim como a assimilação de resíduos, a regulação climática, o ar e água limpos, os recursos alimentares, entre outros. Segundo o relatório de Brundtland, Moniz revela que *“os limites variam em função do tipo de recursos. Os recursos renováveis, como espécies animais ou plantas, podem ser preservados para as gerações futuras se for assegurado o seu uso sustentável, ou seja, se o ritmo de utilização não exceder a sua capacidade de regeneração e crescimento natural (rendimento sustentável). No que toca ao ritmo de extração dos recursos não renováveis, tais como combustíveis fósseis e minerais, estes não devem ser esgotados antes de se encontrar um substituto ou alternativa aceitável, enfatizando-se uma economia de uso eficiente, reutilização e reciclagem. Quanto aos sistemas de suporte da biosfera, como a atmosfera, a água, o solo etc., a Comissão Mundial propõe que se minimizem os impactos sobre estes elementos, para assegurar as suas funções ambientais básicas, como por exemplo a manutenção da camada do ozono ou da temperatura do planeta.”* (Moniz,2006).

No ano de 1992, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida pela Cimeira da Terra, onde o conceito de desenvolvimento sustentável se destacou a nível mundial, ganhando cada vez mais importância. Esse conceito, foi reconhecido e passou a incluir-se na Agenda 21, no qual visava garantir a sustentabilidade do planeta futuramente. Desde aí, as autoridades nacionais dos vários países integrados na Cimeira da Terra, procuram encontrar um rumo para as políticas de desenvolvimento de acordo com os princípios da sustentabilidade (Moniz, 2006).

Relativamente ao setor do turismo, Moniz (2006) considera que durante muito tempo, este não era considerado como uma ameaça à natureza e ao ambiente, no entanto, com o passar do tempo, isso alterou-se devido à sua evolução exponencial. Muitos autores consideram que existe uma relação expressiva entre o setor turístico e a qualidade ambiental. Por isso mesmo, foram desenvolvidas políticas ambientais e económicas, como por exemplo o Relatório da Comissão Europeia e o plano de ação relativo ao quinto programa de política e ação em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável, denominado “Em Direção a um Desenvolvimento Sustentável”, sendo considerados como objetivos principais a inclusão dos aspetos ambientais no setor turístico, a proteção de áreas vulneráveis, a informação dos turistas e a gestão das correntes turísticas. Assim, a adaptação do conceito de desenvolvimento sustentável ao setor do turismo, deu origem à noção de turismo sustentável (Moniz, 2006).

O conceito de turismo sustentável surgiu com a influência dos debates realizados sobre o desenvolvimento sustentável, principalmente a partir dos finais da década de 80, em que o setor turístico começa a ser considerado como um instrumento para o desenvolvimento das populações locais, assim como para a conservação da natureza. Após esse período, houve uma crescente preocupação com a sustentabilidade do setor turístico e por isso várias organizações mundiais, como a Organização Mundial do Turismo (OMT) mostraram interesse em desenvolver as práticas ao turismo sustentável. Segundo a OMT, o desenvolvimento da sustentabilidade turística, é intermediário do desenvolvimento sustentável, sendo que o desenvolvimento do turismo sustentável é um meio para diminuir as assimetrias regionais existentes entre os países e no interior dos mesmos, na medida em que o turismo sustentável vai de encontro às necessidades destas regiões turísticas, visto que aumenta e preserva as oportunidades para o desenvolvimento. Segundo a mesma organização, Oliveira (2010) refere também que “(...) as diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo e as práticas de gestão aplicam-se a todas as formas de turismo. Nesse sentido, em todas as formas de turismo, deve-se:

- Otimizar-se o uso dos recursos ambientais, mantendo-se os processos ecológicos essenciais;
- Ajudar a conservar os recursos naturais e a biodiversidade biológica;
- Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades recetoras, conservar as suas culturas arquitetónicas e seus valores tradicionais; e
- Assegurar atividades viáveis a longo prazo, que reportem benefícios socioeconómicos a todos os agentes.”

Além disso, é necessário que a prática do turismo sustentável seja promovida mundialmente e para que este segmento seja desenvolvido de modo sustentável, é necessário estar assente em quatro pilares fundamentais, como refere Oliveira (2010):

- Sustentabilidade ambiental: considerada a principal fonte de matéria-prima do setor, é necessário que haja um equilíbrio entre a atividade antrópica, e desenvolvimento e a proteção e conservação do ambiente, de modo a aumentar os recursos naturais e diminuir os impactos sobre o meio natural;
- Sustentabilidade económica: é necessário ter em conta todos os meios produtivos e para isso, é indispensável uma gestão eficiente dos recursos;
- Sustentabilidade social: com a elevada abrangência da atividade turística, é necessário ter em conta a comunidade recetora, aos patrimónios históricos e culturais, assim como a interação com os visitantes, de modo a não prejudicar os padrões de vida das sociedades locais, respeitando as tradições culturais;
- Sustentabilidade política: é importante haver uma coordenação e gestão eficiente de todas as iniciativas, com o âmbito nacional e local, de modo a permitir que todas as regiões beneficiem e favoreçam do desenvolvimento sustentável como um todo, diminuindo deste modo, as assimetrias regionais.”

Portanto, com o desenvolvimento do turismo sustentável, pretende-se que os países e, mais especificamente Portugal, seja um país competitivo e moderno, em que a qualidade ambiental seja o mote para o seu desenvolvimento, assim como criar condições para o equilíbrio e a coesão territorial, onde os cidadãos se encontrem com

qualidade de vida e as atividades económicas se consigam desenvolver com o principal mote de respeito pelos valores ambientais e pela sustentabilidade (Oliveira, 2010).

A seguinte figura (25), apresentada por Moniz (2006), aborda as diferenças entre o turismo sustentável e o turismo não-sustentável, no qual pode observar-se os conceitos gerais, as estratégias de desenvolvimento e o comportamento dos turistas.

Turismo sustentável	Turismo não-sustentável
<p><u>Conceitos gerais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento lento;</li> <li>• Desenvolvimento controlado;</li> <li>• Escala apropriada;</li> <li>• De longo prazo;</li> <li>• Qualitativo;</li> <li>• De controlo local.</li> </ul>	<p><u>Conceitos gerais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento rápido;</li> <li>• Desenvolvimento descontrolado;</li> <li>• Escala não apropriada;</li> <li>• De curto prazo;</li> <li>• Quantitativo;</li> <li>• De controlo remoto.</li> </ul>
<p><u>Estratégias de desenvolvimento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planear antes de desenvolver;</li> <li>• Orientadas por conceitos;</li> <li>• Preocupação com a integração na paisagem;</li> <li>• Pressão e benefícios diluídos;</li> <li>• Agentes de desenvolvimento locais;</li> <li>• Emprego de residentes locais;</li> <li>• Arquitetura vernacular.</li> </ul>	<p><u>Estratégias de desenvolvimento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver sem planear;</li> <li>• Orientadas por projetos;</li> <li>• Concentração em pontos-chave;</li> <li>• Aumento da capacidade;</li> <li>• Agentes de desenvolvimento externos;</li> <li>• Importação de mão-de-obra;</li> <li>• Arquitetura não vernacular.</li> </ul>
<p><u>Comportamento dos turistas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• De baixo valor;</li> <li>• Alguma preparação psicológica;</li> <li>• Aprende língua local;</li> <li>• Cuidadoso e sensível;</li> <li>• Silencioso;</li> <li>• Repete a visita.</li> </ul>	<p><u>Comportamento dos turistas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• De alto valor;</li> <li>• Pouca ou nenhuma preparação psicológica;</li> <li>• Não aprende a língua local;</li> <li>• Intensivo e insensível;</li> <li>• Barulhento;</li> <li>• Não repete a visita.</li> </ul>

**Figura 25:** Turismo sustentável versus turismo não-sustentável.

**Fonte:** Adaptado de Swarbrooke, 1999 (citado por Moniz, 2006:30).

Segundo Silva (2013), a necessidade de adotar modelos que promovam o desenvolvimento sustentável do setor turístico, apresenta questões discutíveis e outras conflitantes, sendo que existem abordagens diferentes ao conceito de sustentabilidade, “nomeadamente as baseadas numa perspetiva de sustentabilidade forte ou, em oposição, de sustentabilidade fraca e segundo uma abordagem mais antropocentrista ou ecocentrista.” (Silva, 2013).

O planeamento e a gestão turística de um território, apresenta por vezes alguns conflitos relacionados com as abordagens anteriormente referidas, o que torna difícil a implementação das decisões. Segundo Silva (2013), “o conflito entre planos setoriais distintos e entre organizações governamentais é comum em muitos países, nomeadamente entre o setor do ambiente e o do turismo”. Ou seja, o conceito de turismo sustentável pode diferir da abordagem, no entanto Silva (2013) cita a partir da Organização Mundial do Turismo que “o turismo sustentável significa também que a prática do turismo não acarrete sérios problemas ambientais ou socioculturais, que a qualidade ambiental da área seja preservada ou melhorada, que um alto nível de satisfação do turista seja mantido, de forma a conservar os mercados para o turismo e expandir amplamente as suas vantagens pela sociedade.”

Assim sendo, a necessidade de apostar num modelo em que a sustentabilidade do desenvolvimento da atividade turística deve ser o motor de progresso, é exigido que o planeamento e gestão seja adequado e integrado em todos os outros setores, de modo a que o território em questão seja abordado como um todo (Silva, 2013).

Relativamente ao arquipélago dos Açores, o Governo Regional tem apresentado vários programas que visam um desenvolvimento do setor turístico com vista à sustentabilidade do território. Assim sendo, o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores (PEMTA), elaborou 4 programas de ação para integrar na estratégia a desenvolver para o turismo dos Açores. Cada programa tem várias ações a desenvolver e muitas delas são baseadas no Plano de Ordenamento dos Açores, no entanto, será desenvolvido apenas o programa referente à preservação do território. A

seguinte figura (26), apresentada no PEMTA é referente aos programas e objetivos do arquipélago no contexto da estratégia e do marketing.

PROGRAMAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO			
	O1: Melhorar e enriquecer a qualidade da experiência turística do visitante	O2: Contribuir para a preservação e conservação dos espaços naturais e culturais	O3: Contribuir para o desenvolvimento económico da região	O4: Melhorar o desempenho dos setores do turismo
P1: Qualificação da Oferta Turística				
P2: Preservação do Território				
P3: Comunicação do Destino				
P4: Monitorização do Destino e dos Mercados				

Figura 26: Programas e metas.

Fonte: Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores.

Relativamente ao “Programa 2: Preservação do Território”, são apresentadas várias ações, em que a primeira se refere ao “Levantamento de casos de boas práticas na região e desenvolvimento do guia de boas práticas para o turismo regional”. Esta ação tem como objetivo, apresentar as boas práticas ou modelos de negócios em contexto de desenvolvimento sustentável, em que os motes para o seu desenvolvimento seja a sustentabilidade ambiental, sociocultural e económico. Este tópico também tem como objetivo a elaboração de um guia de boas práticas na região, de modo a incentivar os atuais ou futuros empreendedores a gerir as suas práticas no setor (PEMTA,2015).

A segunda ação deste programa, “Utilizar a Marca Açores como certificado de qualidade ambiental no setor do turismo”, pretende definir critérios centrados na sustentabilidade ambiental, económica e sociocultural, para os vários segmentos do setor turístico, no qual se dá a possibilidade às empresas de utilizarem o certificado Marca Açores, de modo representativo ao certificado de qualidade das empresas ou

produtos, através do selo “Certificado pela Natureza”. Esta marca tem sido reconhecida pela qualidade e sustentabilidade, pelos visitantes (PEMTA, 2015).

A terceira ação deste programa, remete para a “Limpeza e manutenção dos lugares turísticos”, no qual se pretende em parceria com as entidades públicas adjacentes ao território, efetuar a manutenção e limpeza dos locais atrativos ao turismo, de modo a que o padrão de qualidade e sustentabilidade seja mantido ao longo do ano (PEMTA, 2015).

Relativamente à quarta ação “Reabilitação e manutenção dos centros históricos e melhoria do ambiente urbano das cidades e vilas dos Açores”, pretende, como o nome indica, reabilitar e melhorar os centros históricos, de modo a melhorar a visita assim como promover a cultura e história do património açoriano. Além disso, esta ação também tem como objetivo melhorar a qualidade de vida da população local, afim da melhoria do ambiente urbano (PEMTA, 2015).

A quinta ação, “Promover, incentivar e premiar a implementação de boas práticas que reúnam os três planos do desenvolvimento sustentável: económico, ambiental e sociocultural”, tem como objetivo identificar os casos de boas práticas relativamente à sustentabilidade, no qual se pretende premiar e divulgar as empresas que adotaram os princípios do desenvolvimento sustentável. Assim, esta ação não só permite dar valor ao que está a ser feito, mas também incentivar e desafiar as empresas turísticas a adotarem boas práticas.

“Eficiência energética e utilização de energias renováveis em empresas turísticas”, representa mais uma ação deste programa, no qual se pretende apoiar as empresas que pretendam diminuir a sua pegada ecológica, a partir de projetos relativos à melhoria de equipamentos mais eficientes ou à produção de energias renováveis (PEMTA, 2015).

Por último, a ação “Eficiência energética, gestão inteligente da energia e utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas de apoio ao turismo”, tem como objetivo ajudar as iniciativas, e como é referido pelo PEMTA: “realização de auditorias energéticas e apoio à elaboração de Planos de racionalização do consumo;

Investimentos para a reabilitação energética dos edifícios e equipamentos da Administração Local e Regional, bem como para a melhoria da eficiência energética da iluminação pública.” (PEMTA, 2015).

Além deste programa aqui mencionado, existem mais três que podem ser consultados no Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, no sítio da internet do Governo Regional dos Açores ([azores.gov.pt](http://azores.gov.pt)).

Deste modo, a sustentabilidade do setor turístico depende muito das medidas tomadas e implementadas, não só pelas entidades regionais, mas também pelas próprias empresas e atores locais. O turismo sustentável é apresentado hoje, como um rumo a seguir no arquipélago dos Açores e, por isso, é essencial haver uma consciencialização das boas práticas ambientais, tanto para os visitantes como para a comunidade recetora.

## PARTE III - CASO DE ESTUDO – ILHA DE SÃO JORGE

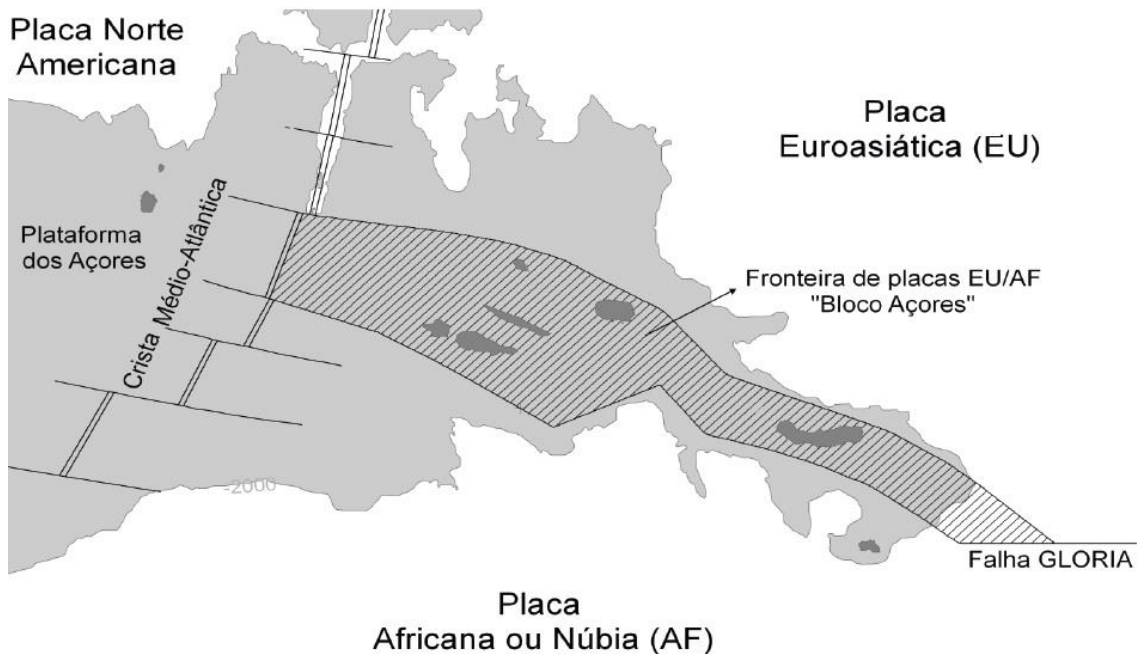


**Figura 27:** Ponta dos Rosais, ilha de São Jorge.

**Fonte:** <http://siaram.azores.gov.pt>

## 1. A ILHA DE SÃO JORGE NO CONTEXTO DO ARQUIPÉLAGO

O arquipélago dos Açores é formado por nove ilhas vulcânicas e alguns ilhéus, sendo que do ponto de vista geológico este é formado por uma grande diversidade de rochas, formas, estruturas e paisagens, que se foram moldando ao longo dos anos, no entanto, a geologia das nove ilhas deriva de vários fatores, como a natureza dos magmas, a tipologia de vulcanismo e principalmente ao posicionamento no Atlântico Norte, no qual existe a junção de três placas litosféricas: Euroasiática, Norte Americana e Núbia, como se pode identificar na figura seguinte (Lima, *et al*, 2012).



**Figura 28:** Enquadramento da tectónica do arquipélago dos Açores.

**Fonte:** Lima, E., Nunes, J. C., Medeiros, S., & Ponte, D. (2012). Geodiversidade e Geossítios da Ilha de São Jorge. XV Expedição Científica do Departamento de Biologia-São Jorge 2011., 40, 19-43.

Relativamente à ilha de São Jorge, esta tem uma área de cerca de 243,8 Km<sup>2</sup> e é a ilha mais central do arquipélago, no qual apresenta particularidades relativamente à sua estrutura geológica. Esta é distinguida das restantes ilhas pela ausência de qualquer edifício vulcânico poligenético e por ter uma forma alongada, com 54 Km de comprimento e 6,9 Km de largura máxima (Lima, *et al*, 2012).

Localização	38° 38' 53'' N 28° 02' 48'' W
Área (km <sup>2</sup> )	243,8
Perímetro (km)	139,3
Altitude máxima (m)	1053
Comprimento máximo (km)	54,0
Largura máxima (km)	6,9
População (Censos 2011) (habitantes)	8998
Concelhos	2
Freguesias	11
Distância à ilha mais próxima	Pico / 18 km

**Figura 29:** Enquadramento geográfico da ilha de São Jorge.

**Fonte:** Lima, E., Nunes, J. C., Medeiros, S., & Ponte, D. (2012). Geodiversidade e Geossítios da Ilha de São Jorge. XV Expedição Científica do Departamento de Biologia-São Jorge 2011., 40, 19-43

Por ser constituída por altas e extensas encostas, a ilha de São Jorge é conhecida pela “ilha das fajãs”. Estas fajãs constituem um património natural, paisagístico e cultural único e de rara beleza. “Para além da peculiar forma alongada, controlada pela tectónica regional e que juntamente com o vulcanismo basáltico e as ações erosivas têm contribuído para a configuração atual da ilha, a morfologia de São Jorge é também marcada pela presença de altas e alcantiladas falésias costeiras. Estas estão frequentemente debruadas na base, quer por depósitos de vertente mais ou menos extensos, que constituem as fajãs detríticas da ilha, quer por áreas aplanadas rochosas constituídas por escoadas lávicas (e.g. fajãs lávicas). Refira-se, ainda, que a ilha de São Jorge tem a segunda faixa costeira mais extensa do arquipélago, com 128 km, o que representa 15,2% do total do litoral açoriano” (Lima, *et al*, 2012).

Relativamente à hipsometria da ilha de São Jorge, é possível observar perante a seguinte figura (30), que a zona ocidental apresenta relevos mais acidentados devido a vulcanismo mais recente, sendo que o ponto mais alto atinge os 1053 m de altitude no Pico da Esperança, situado no planalto central. Na parte noroeste, é possível encontrar arribas entre os 300 m e 400 m, enquanto na encosta sudoeste os valores de altitude são quase todos superiores a 100 m. A parte mais oriental da ilha de São Jorge, é representada por ser a mais antiga, ou seja, a que foi mais moldada ao longo dos anos, sendo a sua morfologia mais suave, no entanto com a rede de drenagem mais

evoluída e encaixada. Nesta zona, as fajãs são principalmente detríticas na base das arribas, visto que a ação erosiva e a alteração dos materiais vulcânicos foram mais prolongadas. O litoral nordeste é representado por altas arribas (mais altas do que no nordeste), em que não é possível encontrar fajãs lávicas, sendo que esta zonas não apresenta vulcanismo recente. As linhas de água da zona nordeste estão mais encaixadas e extensas “(...) por se desenvolverem obliquamente à ilha, e o grau de hierarquização das respetivas bacias hidrográficas é maior do que na zona ocidental”. (Lima, *et al*, 2012).



**Figura 30:** Carta de hipsometria da ilha de São Jorge.

**Fonte:** Lima, E., Nunes, J. C., Medeiros, S., & Ponte, D. (2012). Geodiversidade e Geossítios da Ilha de São Jorge. XV Expedição Científica do Departamento de Biologia-São Jorge 2011., 40, 19-43.

No que concerne à geologia da ilha de São Jorge, esta é principalmente de natureza basáltica e fissural no seu vulcanismo. A formação desta ilha foi formada por erupções vulcânicas consecutivas, ao longo de uma faixa eruptiva de direção geral WNW-ESSE, na qual se podem observar vários edifícios vulcânicos monogenéticos assim como a emissão de escoadas lávicas basálticas, que se deslocaram em direção ao litoral (Lima, *et al*, 2012).

Em São Jorge, foram identificados três complexos vulcânicos que representam parte da história eruptiva da ilha, sendo estes o Complexo Vulcânico do Topo, o mais antigo, de seguida o Complexo Vulcânico dos Rosais e por fim, o mais recente o Complexo Vulcânico das Manadas, conforme é possível observar na seguinte figura (31).



Figura 31: Carta vulcanológica simplificada da ilha de São Jorge.

Fonte: Adaptado de Forjaz, 2004 (citado por Lima, et al, 2012:6)

O Complexo Vulcânico do Topo tem cerca de 1,3 milhões de anos e representa a parte mais oriental da ilha de São Jorge. De vulcanismo fissural e efusivo, em que as escoadas lávicas prevalecem sobre os piroclastos, estes últimos normalmente são alterados e com uma coloração avermelhada, "(...) associados a cones de escórias na sua maioria de formas desgastadas e suavizadas pela erosão. As escoadas lávicas, bem como os diversos filões de orientação geral NW-SE e WNW ESSE presentes na região do Topo, são de composição basáltica, havaítica e mugearítica. Nas zonas mais altas (acima dos 700 m) existem espessos solos de cobertura, dados os elevados teores de humidade na zona e a presença de níveis piroclásticos de cobertura" (Lima, et al, 2012:6).

O Complexo Vulcânico dos Rosais tem cerca de meio milhão de anos, no qual exhibe diversos cones piroclásticos basálticos alinhados conforme uma direção WNW-

ESSE, sendo morfológicamente erodido e suave. Alguns destes alinhamentos estão truncados pela falésia junto à costa, de como é caso o alinhamento da Ponta Ruiva a sul dos Rosais. “(...) as escoadas lávicas são na sua maioria do tipo aa, basálticas e havaíticas e estão presentes alguns filões e uma chaminé vulcânica, na Ponta dos Rosais.” (adaptado de França *et al.*, 2003; Madeira, 1998 (citado por Lima *et al.*, 2012:7)). Além disso, este complexo vulcânico está incluído no cone de tufos surtseiano (vulcão submarino, associado a atividade hidrovulcânica basáltica) do Morro de Lemos, que se encontra bastante erodido.

O Complexo Vulcânico das Manadas resulta do episódio vulcânico de formações geológicas mais recentes na ilha de São Jorge, de idade Holocénica. Este complexo, é constituído por alinhamentos de cones estrombolianos com a direção WNW-ESSE e NNW-SSE, além disso apresenta algumas fissuras eruptivas, assim como escoadas lávicas de natureza basáltica e havaítica. Dado ser o mais recente complexo vulcânico, é possível observar uma morfologia mais vigorosa e no geral bem preservadas.

Relativamente ao enquadramento histórico da ilha de São Jorge, a data do desembarque dos primeiros povoadores é desconhecida, no entanto a política da ocupação humana dos Açores ocorre nos anos de 1430, por D. Henrique. Segundo os estudos históricos recentes, o primeiro núcleo populacional fixou-se na enseada das Velas. “Certo é que a ilha já estava povoada quando João Vaz Corte Real, Capitão-donatário de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, obteve a capitania da ilha de São Jorge, por carta de 4 de Maio de 1483. Em 1500, a povoação das Velas é elevada a vila e sede de concelho.” (Cardoso, 2010:55).

Assim, os primeiros povoadores encontraram algumas dificuldades para a sua estabilização na ilha visto que, a terra estava quase toda por desbravar e onde se verificava a ausência de caminhos, complicando assim a deslocação por terra. Por isso, as primeiras populações fixaram-se junto ao mar, pela facilidade em deslocarem-se por meio da cabotagem entre os vários pontos da ilha (Cardoso, 2010).

Foi possível observar um crescimento populacional exponencial na ilha, em que na segunda metade do século XVI, já tinha cerca de 3000 habitantes distribuídos na sua

maioria pelas três vilas das Velas, Calheta e Topo. A economia da ilha de São Jorge, foi vital para o seu desenvolvimento, sendo o cultivo de vinha, trigo, milho e inhame o mote para a prosperidade. Além disso, as exportações para Flandres e outros países europeus do cultivo de pastel e a colheita de urzela, contribuíram em muito para esse desenvolvimento. Os anos seguintes à prosperidade económica da ilha de São Jorge, trouxeram períodos de crises, muito por conta de anos de más colheitas assim como a ocorrência de catástrofes naturais, especialmente terremotos e erupções vulcânicas nos anos de 1580, 1757, 1808 e 1899, levando à escassez de alimentos e à fome. Além disso, nos anos de 1850 a vinha da ilha sofreu um grave problema, em que a filoxera se propagou, devastando a maior parte do cultivo, acentuando os entraves ao desenvolvimento. No entanto, anos mais tarde, por volta dos anos de 1860, a exportação de laranja veio trazer um alívio para a economia jorgense (Cardoso, 2010).

A ilha de São Jorge, considerada das mais isoladas do arquipélago, viu apenas no século XX serem realizados trabalhos e construções nos principais portos marítimos das Velas e Calheta, facilitando a entrada e saída de bens e pessoas. Além disso, a construção do aeroporto, realizada apenas no ano de 1982, também foi uma data marcante para o combate ao isolamento geográfico. Face a esses desenvolvimentos, a ilha também usufruiu dos recursos naturais, através do desenvolvimento e expansão da atividade pecuária e piscatória, do fabrico do queijo de São Jorge e mais atualmente do turismo (Cardoso, 2010).

O povoamento realizado ao longo dos anos na ilha de São Jorge, foi desenvolvido de modo concentrado, principalmente nas vilas das Velas e Calheta. Predominantemente linear, esta tipologia de povoamento surge principalmente ao longo das estradas e caminhos presentes, onde os declives são mais suaves. Em São Jorge existem aglomerados populacionais fixados acima dos 350 m, atingindo mesmo os 500 m no Toledo e os 530 m em Santo António, revelando-se o mais alto aglomerado do arquipélago açoriano. Isto deve-se à topografia da ilha, que é formada por altas e extensas encostas, que em São Jorge e nas Flores, surgem aglomerados populacionais sem qualquer ligação direta com o mar (Cardoso, 2010).

## 2. PATRIMÓNIO NATURAL JORGENSE

Os valores ambientais da ilha de São Jorge são representados pela singularidade da sua biodiversidade e habitats, paisagens, geologia e fatores culturais. A configuração alongada da ilha com uma extensa linha de costa, faz com que tenha o terceiro maior perímetro do arquipélago. Além disso, a formação montanhosa de São Jorge deve-se essencialmente, às altas e extensas arribas, situadas principalmente na costa norte da ilha, com uma paisagem mais abrupta. Na orla costeira, podem encontrar-se superfícies planas, designadas de fajãs (fajãs detríticas e fajãs lávicas), representando uma das principais características da ilha de São Jorge. Nas zonas mais altas, o clima é mais ventoso e com índices de humidade elevados, onde a pluviosidade e nevoeiros são frequentes, dando origem a um potencial hidrológico vantajoso, no qual podem-se encontrar extensas zonas húmidas (turfeiras de altitude) com elevado valor ambiental (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

Os ambientes naturais da ilha de São Jorge foram modificados desde o início do seu povoamento, através da alteração de habitats e da introdução de espécies exóticas de fauna e flora. A paisagem jorgense está fortemente humanizada no presente, no entanto, é possível encontrar áreas com habitats pouco intervencionados pelo Homem, principalmente em zonas interiores de altitude e em zonas litorais de difícil acesso, assim sendo, são os locais onde os valores naturais se permanecem intactos (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

O Planalto Central da ilha de São Jorge é a zona mais alta da ilha, onde a diversidade de comunidades húmidas representa a vitalidade e o equilíbrio do ciclo hidrológico da ilha, assim como a concentração de vários endemismos e espécies raras. Relativamente às zonas costeiras, o seu difícil acesso permitiu que a intervenção antrópica fosse limitada, fazendo com que as aves marinhas, uma das grandes riquezas biológicas da ilha, não fosse prejudicada. A avifauna encontra em São Jorge, falésias e ilhéus para a nidificação e descanso das suas populações, sendo as principais espécies o Cagarro (*Calonectris Borealis*), Garajau-comum (*Sterna hirundo*), Garajau-rosado (*Sterna*

*dougallii*) e o Painho (*Hydrobates castro*) (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

Além disso, nas zonas costeiras é também possível observar espécies de flora de elevado nível de conservação, nomeadamente a Labaça-das-ilhas (*Rumex azoricus*), a Pé-de-pomba (*Ammi trifoliatum*) e *Scabiosa nitens* e o Dragoeiro (*Dracaena draco*). Estes estão presentes nos Anexos II e IV da Diretiva Habitats da Rede Natura 2000 (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

As nove ilhas do arquipélago açoriano são constituídas pela alargada diversidade de fungos, plantas e animais no qual estão identificados no seu total cerca de 8 047 *taxa* (espécies e subespécies). O meio terrestre conta com 6 489 *taxa*, sendo que 452 são endémicos dos Açores. No que se refere a endemismos, a fauna terrestre conta com a maior percentagem, e no que se refere a espécies de peixes endémicos apenas contam com o Bodião (*Centrolabrus caeruleus*). A avifauna está representada com 13 *taxa* endémicos e relativamente aos mamíferos, é possível observar a ocorrência de duas espécies de morcegos, o morcego-dos-Açores (*Nyctalus azoreum*), sendo o único mamífero identificado dos Açores e o Morcego-da-Madeira (*Pipistrellus maderensis*), este endémico da Macaronésia (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

No meio terrestre, na ilha de São Jorge estão identificados 185 *taxa* endémicos (3 fungos, 60 plantas e 122 animais), correspondente a 41% do total dos Açores. Os artrópodes são o grupo que mais se destaca com 86 *taxa*, e neste grupo podem-se encontrar a Cigarrinha-das-árvores (*Cixius azopifajo*), a aranha (*Acorigone zebraneus*), a aranha caçadora de São Jorge (*Cheiracanthium jorgense*), entre outras espécies que constituem este património natural (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

A ilha de São Jorge detém cerca de 75% das plantas vasculares dos Açores, entre elas a Vidália (*Azorina Vidalii*). Além disso, foi descoberto recentemente uma espécie rara de orquídea, *Plantanthera azorica*, cuja população foi descoberta no Pico da Esperança, na cordilheira central de São Jorge. Além desta espécie de orquídea, estão

identificadas mais duas, a *Plantanthera micrantha* e a *Plantanthera pollosthantha*, com ocorrência na ilha de São Jorge e incluídas pela Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES) (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

A presença de áreas de turfeiras são um aspeto significativo, no qual estão incluídos no Anexo I da Diretiva Habitats e representam um papel fulcral para a captação de água e a sua libertação para os aquíferos, levando a um importante desempenho do ciclo hidrológico (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

Relativamente às zonas costeiras de São Jorge, está presente uma vegetação de originalidade florística e fitocenótica, sendo que na encosta norte prevalecem a urze (*Erica azorica*), a faia (*Morella faya*) e o pau-branco (*Picconia azorica*), enquanto na encosta do lado sul, predominam espécies exóticas, de como é caso o incenso (*Pittosporum undulatum*). É de destacar a presença de espécies introduzidas para uso ornamental como é o Dragoeiro (*Dracaena draco*) e de espécies florestais como a Criptoméria (*Cryptomeria japonica*) (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

As Fajãs da Caldeira de Santo Cristo e Fajã dos Cubres, representam locais de grande importância ecológica, no qual estão ao abrigo da Convenção RAMSAR onde se podem encontrar uma elevada diversidade de habitats, com condições vitais ao abrigo de diversas espécies endémicas e migratórias. A flora desta área constitui elevada importância por se encontrar um número considerável de espécies protegidas e de elevado valor biogeográfico, de como são caso a urze (*Erica Azorica*), o cedro-do-mato (*Juniperus brevifolia*), o brasel-da-rocha (*Festuca petraea*), a *Ruppia marítima*, o junco-agudo (*Juncos acutus*), o cubres (*Solidago azorica*), a faia (*Morella faya*), entre outros. No que se refere à zona marinha e costeira, existe uma elevada diversidade de organismos com importância conservacionista assim como comercial e cultural, como as lapas (*Patella aspera* e *Patella candei*), os meros (*Epinephelus marginatus*), e badejos (*Mycteroperca fusca*) (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

É importante destacar que a Região Autónoma dos Açores é dotada das estratégias e instrumentos para a preservação e conservação dos valores ambientais, em que estão compreendidas uma rede de áreas protegidas classificadas pela União Internacional para a Conservação da Natureza. Assim sendo, o Parque Natural da ilha de São Jorge é a entidade gestora das áreas classificadas, no qual estão compreendidas 13 áreas protegidas, sendo: 1 Monumento Natural, 7 Áreas Protegidas para a Gestão de Habitats ou Espécies, 1 área de Paisagem Protegida e 4 Áreas Protegidas de Gestão de Recursos. Além disso, a ilha de São Jorge tem áreas classificadas de importância internacional, por serem locais de nidificação para diversas espécies de aves assim como para a preservação de habitats e de espécies de fauna e flora. Assim, a ilha apresenta 3 áreas integradas na Rede Natura 2000, sendo: 1 Zona de Proteção Especial (ZPE) e 2 Zonas de Especiais de Conservação (ZEC) (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).



**Figura 32:** Áreas classificadas de São Jorge.

**Fonte:** Sistema de Informação Geográfica do Ambiente e do Mar dos Açores.

## 2.1 ANÁLISE DA CANDIDATURA A RESERVA DA BIOSFERA DAS FAJÃS DE SÃO JORGE

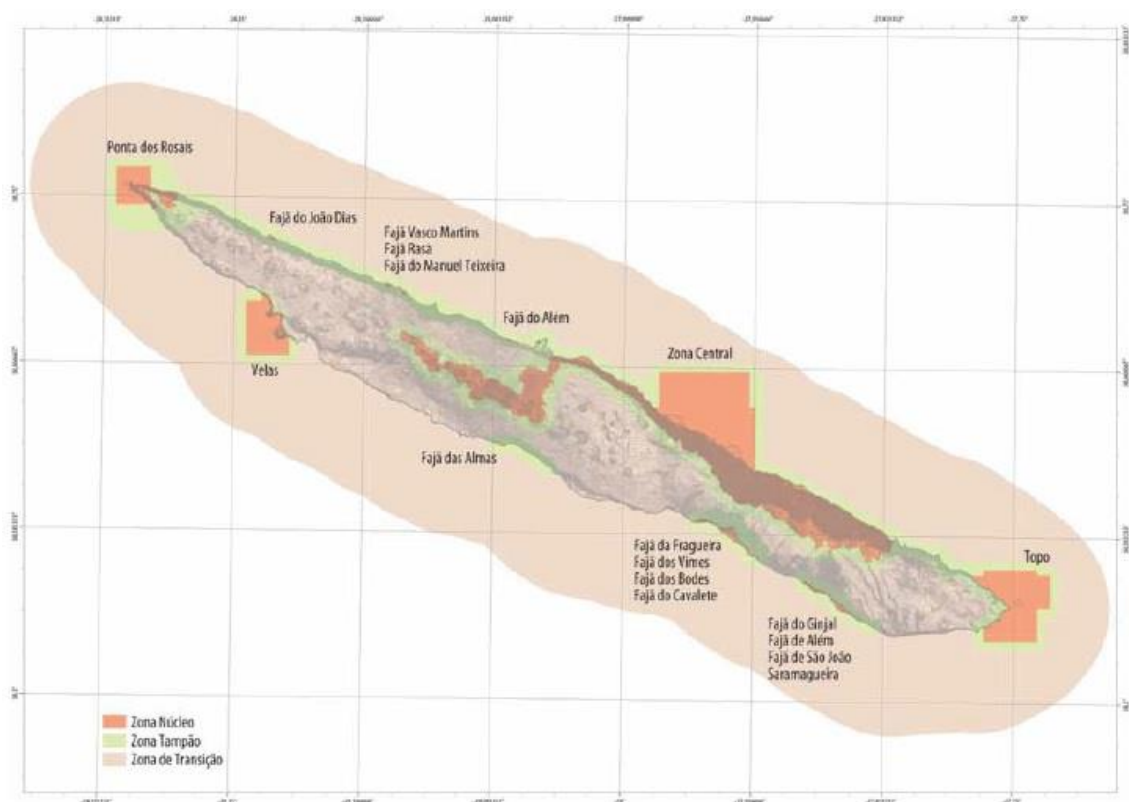
A proposta a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge corresponde à totalidade do território terrestre da ilha de São Jorge, assim como a uma área marinha envolvente relevante, na qual dá origem a um processo identificado com o desenvolvimento sustentável deste território. No que concerne às atividades económicas da ilha de São Jorge, a pecuária, a agricultura, o turismo e as pescas são as que mais se destacam, no qual todas elas têm uma forte ligação com os recursos naturais, a biodiversidade, a paisagem e com o património histórico-cultural. Assim sendo, a Reserva da Biosfera pretende assumir um papel congregador e orientador destas atividades assim como dos atores envolvidos, de modo a gerar consensos no que se refere ao planeamento territorial e no uso sustentável dos recursos naturais da ilha de São Jorge. (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

Por conseguinte, o papel da Reserva da Biosfera vem também adotar medidas de gestão participada, assim como a implementação de um Plano de Ação, com o objetivo de gerar um contributo decisivo ao nível da promoção de critérios de gestão comuns a todos os envolventes e adaptados às zonas protegidas. (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

A promoção e demonstração de ações de desenvolvimento sustentável neste território é um dos principais objetivos da candidatura a Reserva da Biosfera, sendo que o principal desafio da ilha de São Jorge enfrenta, é a sua reduzida dimensão populacional e uma forte tendência para o crescimento da faixa etária mais envelhecida. Assim sendo, este programa visa a criação de oportunidades no que diz respeito à criação de emprego, como é o turismo, a agropecuária, as pescas ou até mesmo as novas tecnologias, com o intuito de fixar população jovem e qualificada. A aplicação de boas práticas ambientais em todas as atividades económicas da ilha de São Jorge, permite captar nichos de mercado no setor do turismo, onde o respeito pela natureza é o mote para o desenvolvimento. “A ilha de São Jorge reúne todas estas particularidades e a Reserva da Biosfera posiciona-se como o catalisador duma integração que promoverá alterações na

oferta de serviços, incluindo a comunicação com base nas novas tecnologias com a criação e diversificação de oportunidades de emprego, atualmente não existentes” (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015:26).

As áreas naturais e seminaturais, correspondentes às zonas núcleo e tampão assumem a quase totalidade da Reserva da Biosfera, no qual já estão classificadas e com estatuto legal, dando o mote à continuidade do estado de conservação elevado das diversas tipologias de habitats e do seu funcionamento relativos à prestação de serviços dos ecossistemas. No que concerne às zonas de transição, tanto terrestres como marinhas, são as áreas restantes ao território no qual “(...) ao incluírem toda a população residente, garantem o seu envolvimento na aplicação e demonstração de várias formas de ocupação e uso do território e de desenvolvimento de atividades socio económicas sob uma perspetiva de sustentabilidade ambiental correspondente à motivação da própria população no apoio expresso à candidatura da Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge.” (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015:27).

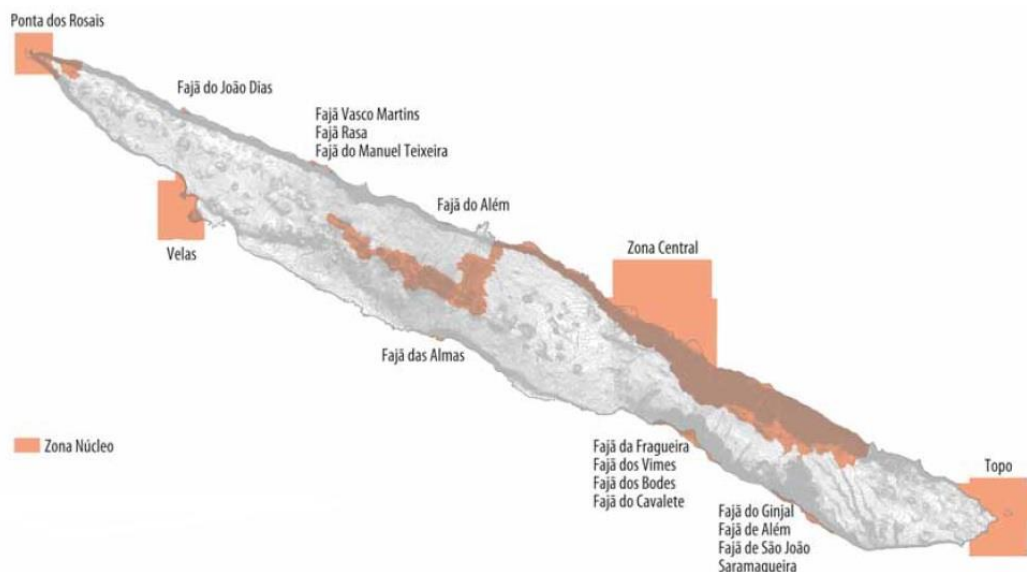


**Figura 33:** Zonas da Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge.

**Fonte:** Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015:53.

A área correspondente à Reserva da Biosfera tem na sua totalidade 98.114,17 ha da qual, a área 24.382,77 ha faz parte de zonas terrestres e 73.731,40 ha corresponde a zonas marinhas. A definição das zonas núcleo, tampão e de transição definidas para a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge tiveram em conta todas as características naturais, sociais, económicas e culturais da ilha, relativamente à suscetibilidade dos ecossistemas marinhos, costeiros e terrestres com as atividades antrópicas no território em questão. Estas zonas foram estabelecidas conforme os limites das zonas protegidas já existentes, assim como os instrumentos de gestão e ordenamento do território. (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

Assim sendo, as zonas núcleo são constituídas por dois tipos de áreas, as Zonas Núcleo Costeiras e Marinhas e as Zonas Núcleo Terrestre, conforme se pode observar na seguinte figura 34.



**Figura 34:** Zonas Núcleo Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge.

**Fonte:** Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015:55.

As Zonas Núcleo Costeiras e Marinhas coincidem com as áreas protegidas incluídas no Parque Natural de São Jorge, como a categoria de Monumento Natural, Área de Paisagem Protegida e Área Protegida de Gestão de Recursos. Além disso, estão também integrados as Áreas de Reserva para a Gestão de Capturas e um sítio RAMSAR. (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

Estão classificadas como Zonas Núcleo Costeira e Marinhas as áreas correspondentes aos Rosais, Fajãs Costeiras, Entre Morros e o Topo.

Relativamente ao Monumento Natural da Ponta dos Rosais, esta área corresponde a 170 ha, no qual estão incluídos a ponta oeste e os ilhéus circundantes a esta área. Algumas espécies de plantas endémicas podem ser observadas nesta zona, entre as quais a urze (*Erica azorica*) e a Não-me-esqueças (*Myosotis maritima*). Além disso, esta área é considerada importante para as aves (IBA “Rosais”) nidificantes como é caso o Cagarro (*Calonectris borealis*), o Garajau-comum (*Sterna hirundo*) e o Garajau-rosado (*Sterna dougallii*).

A Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Oeste, corresponde a uma área de 209,38 ha na sua totalidade, no qual a sua localização está na ponta mais oeste da ilha de São Jorge e é caracterizada por um elevado hidrodinamismo e pela presença em abundância de cirrípedes (Cracas – *Chthamalus stellatus* e *Megabalanus azoricus*). Nesta zona protegida podem encontrar-se peixes carnívoros pelágicos que procuram cardumes de pequenos peixes. No fundo do mar, podem encontrar-se várias espécies de crustáceos, equinodermes e moluscos com elevado valor comercial como é caso o Cavaco (*Scyllarides latus*), o Ouriço-do-mar (*Sphaerechinus granularis*), a Lula (*Loligo forbesi*) e o Rocaz (*Scopaena scrofa*). (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).



**Figura 35:** Ilhéu da Ponta dos Rosais.

Fonte: <http://siaram.azores.gov.pt>



**Figura 36:** Ponta dos Rosais.

Fonte: <http://siaram.azores.gov.pt>



**Figura 37:** Ponta dos Rosais.

Fonte: <http://siaram.azores.gov.pt>

Esta zona ainda está incluída nos limites da Área de Reserva para a Gestão de Capturas da Ponta dos Rosais, no qual os ilhéus presentes nesta área são constituídos por tufos ou basaltos, e representam autênticos habitats emersos e submersos para uma grande variedade de espécies de fauna e flora aqui presentes. Além disso, é de

destacar que esta zona além de Monumento Natural e Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Oeste, é também, considerada Zona de Especial Conservação (ZEC) em que estão listados 7 tipos de habitats no Anexo I da Diretiva Habitats. (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

As Fajãs Costeiras incluídas nas Zonas Núcleo da Reserva da Biosfera, estão repartidas por toda a ilha de São Jorge, sendo elas: Fajã de João Dias; Fajã Vasco Martins, Fajã Rasa e Fajã do Manuel Teixeira; Fajã d'Além; Fajãs da Costa Norte (desde a Fajã Isabel Pereira até à Fajã do Nortezinho); Fajã das Almas; Fajã da Fragueira, Fajã dos Vimes, Fajã dos Bodes e Fajã do Cavalete; Fajã do Ginjal, Fajã do Além, Fajã de São João e Saramagueira.

O principal objetivo da definição de zonas núcleo destas áreas remetem-se pelo seu destaque ao nível da conservação e proteção da paisagem, além do facto de estarem incluídas como áreas protegidas do Parque Natural de São Jorge e também classificadas como Zonas de Especial Conservação (ZEC), Zonas de Proteção Especial (ZPE) e como *Important Bird Areas* (IBA). As Fajãs Costeiras, são também, consideradas de especial interesse, pelo facto de constituírem valor pela conservação de recursos e pelo seu património natural, paisagístico e cultural.

As Fajãs dos Cubres e Caldeira de Santo Cristo, são destacadas deste conjunto por estarem incluídas nos limites de várias áreas classificadas, desde Área Protegida das Fajãs do Norte, Área Protegida de Gestão de Recursos das Costas das Fajãs, Área de Reserva para a Gestão de Capturas da Fajã dos Cubres/ Fajã da Caldeira de Santo Cristo, Zona de Especial Conservação (ZEC) da Costa Nordeste e Ponta do Topo, até à sua classificação como sitio RAMSAR. As lagoas destas duas fajãs, são na verdade um *ex-libris* de São Jorge, no entanto apesar de se situarem próximas, estas lagoas funcionam de maneira diferente, sendo que a lagoa da Fajã de Santo Cristo está ligada diretamente por um canal com o oceano, enquanto a lagoa da Fajã dos Cubres está apenas ligada por percolação. Estas duas lagoas assumem elevada relevância e valores ambientais, por oferecerem condições favoráveis a variadas espécies de fauna e flora. A Garça-real (*Ardea cinerea*), o Maçarico-galego (*Numenius phaeopus*), o Garajau-comum (*Sterna*

*hirundo*), o Cagarro (*Calonectris borealis*), são espécies de aves que encontram nestes sistemas lagunares, condições únicas para a nidificação e descanso. Além disso, na lagoa da Fajã de Santo Cristo é possível encontrar amêijoas (*Ruditapes decussatus*), que fazem parte da gastronomia local e, apesar de ser uma espécie introduzida, é necessária licença para exploração comercial. (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

Os interiores das lagoas são considerados ecossistemas únicos para uma grande diversidade de espécies que lá encontram o seu abrigo, de como é caso as macroalgas, comunidades de invertebrados, e mesmo diversas espécies de peixes juvenis que vêm naquele sistema lagunar uma zona de crescimento, como o Mero (*Epinephelus marginatus*).

No trilho pedestre (Serra do Topo/ Fajã da Caldeira de Santo Cristo / Fajã dos Cubres), é possível observar uma grande diversidade de espécies de flora. O início deste trilho começa a cerca de 700 metros de altitude e tem fim ao nível do mar, sendo que durante o percurso podem-se identificar espécies de flora como: turfeiras florestadas de Cedros (*Juniperus brevifolia*); espécies endémicas como o Polipódio (*Polypodium azoricum*), *Asplenium azoricum* e *Dryopteris azorica*; áreas de plantas lenhosas como o Queiró (*Daboecia azorica*), a Urze (*Erica azorica*), o Cedro-do-mato (*Juniperus brevifolia*); plantas costeiras endémicas como a Vidália (*Azorina vidalii*) e a *Spergularia Azorica*. (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).



Figura 38: Fajã dos Cubres.

Fonte: <http://siaram.azores.gov.pt>



Figura 39: Fajã da Caldeira de Santo Cristo.

Fonte: <http://siaram.azores.gov.pt>

No que concerne à Zona Núcleo associada a Entre os Morros, esta área está incluída nos limites de Área Protegida de Gestão de Recursos de Entre os Morros, Área

de Reserva para a Gestão de Capturas do Morro das Velas e Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Costa Sudoeste, estando integradas no Parque Natural de São Jorge.

A Área Protegida de Gestão de Recursos de Entre os Morros, é constituída por uma área marinha de 246,52 ha na sua totalidade, no qual coincide com a Área de Reserva para a Gestão de Capturas do Morro das Velas. Na área marinha pode-se encontrar um ilhéu com cerca de 30 metros de altura e com uma profundidade de cerca de 10 metros. Além disso, esta área é caracterizada pela sua importância para as aves (IBA), por ser um local propício à nidificação, reprodução e descanso das mesmas. A parte submersa desta área protegida abriga diversas espécies de fauna e flora marinha, sendo possível observar Moreias (*Gymnothorax unicolor*, *Muraena helena* e *Muraena augusti*) e Polvos (*Octopus vulgaris*), que encontram fendas para o seu abrigo. Na coluna de água, encontram-se também uma grande variedade de espécies de peixes como Salemas (*Sarpa salpa*), Sargos (*Diplodus sargus*), e Castanhetas (*Chromis limbata* e *Abudefduf luridus*).



**Figura 40:** Morro de Velas.

Fonte: <http://siaram.azores.gov.pt>



**Figura 41:** Morro de Lemos.

Fonte: <http://siaram.azores.gov.pt>

A Zona Núcleo do Topo está nos limites de Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Ilhéu do Topo, Área Protegida de Gestão de Recursos do Topo e Área de Reserva para a Gestão de Capturas da Ponta do Topo incluindo o ilhéu do Topo. Estas áreas protegidas estão integradas no Parque Natural de São Jorge. Além disso, este território tem os objetivos definidos como Zona de Especial Conservação (ZEC) da Costa Noroeste e Ponta do Topo, assim como Zona de Proteção Especial (ZPE)

do Topo e Costa Adjacente. (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

Relativamente à Área Protegida de Gestão de Recursos do Topo, esta é constituída por uma área com 609,78 ha na sua totalidade, no qual a área emersa do ilhéu tem um total de 12,1 ha. Este território protegido, coincide com a Área de Reserva para a Gestão de Capturas da Ponta do Topo.

O ilhéu do Topo é designado de Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Ilhéu do Topo. É um território de pequena dimensão e com pouca vegetação florística, contudo as aves marinhas são um elemento presente, sendo designada uma área importante para as aves (IBA). É possível encontrar aves marinhas como o Cagarro (*Calonectris borealis*), o Garajau-comum (*Sterna hirundo*) e o Garaju-rosado (*Sterna dougallii*). No que se refere ao ambiente submerso, é possível encontrar junto às zonas rochosas, variedades de espécies de peixes costeiros como a Castanheta-azul (*Abudefduf*), o Bodião-verde (*Symphodus caeruleos*), a Veja (*Sparisoma cretense*), a Garoupa (*Serranus atricauda*), entre outros. No que diz respeito às espécies de peixes pelágicos, estes encontram a norte do ilhéu do Topo blocos de rocha basáltica que caem em profundidade até aos 25 metros, onde as correntes são mais fortes. (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).



Figura 42: Topo e ilhéu do Topo.

Fonte: <http://siaram.azores.gov.pt>



Figura 43: Ilhéu do Topo.

Fonte: <http://siaram.azores.gov.pt>

É importante destacar a elevada quantidade de fauna marinha que a zona do Topo é presenciada, desde dos invertebrados: Lapa brava (*Patella áspera*), Lapa mansa (*Patella candei*), Polvo-comum (*Octopus vulgaris*), Craca (*Megabalanus azoricus*),

Amêijoa-boia (*Ruditapes decussatus*), Lagosta (*Palinurus elephas*), Santola (*Maja capensis*) e Cavaco (*Scyllarides latus*); Peixes: Mero (*Epinephelus marginatus*), Badejo (*Mycteroperca fusca*), Salmonete (*Mullus surmuletus*), Abrótea (*Phycis phycis*), Viúva (*Gaidropsarus guttatus*), Pargo (*Pagrus pagrus*), entre outros. (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

No que concerne à Zona Núcleo Terrestre da ilha de São Jorge, esta ocorre numa área protegida definida no Parque Natural de São Jorge, sendo classificada como Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Pico da Esperança e Planalto Central. Além disso, esta área está classificada como geossítio da Cordilheira Vulcânica Central e como zona húmida de importância internacional, da Convenção de RAMSAR. Esta zona de núcleo terrestre é continua com a Área de Paisagem Protegida das Fajãs do Norte, ou seja, na Zona Núcleo Costeira e Marinha de Cubres e Caldeira de Santo Cristo, assim como da Zona de Especial Conservação Costa Noroeste e Ponta do Topo. (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

Este território é dotado de uma grande diversidade de habitats, no qual estão incluídos nos Anexos da Diretiva Habitats, pela sua riqueza biológica e pelo seu estado de conservação natural. É possível encontrar espécies raras de como é o caso da *Chaerophyllum azoricum* e a *Ammi trifoliatum*, e também habitats de grande relevância como as Turfeiras de cobertura, Florestas endémicas de *Juniperus* e Prados orófilos macaronésios. (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

Relativamente à Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Pico da Esperança e Planalto Central, esta tem na sua totalidade uma área de 1.087,22 ha, localizada no centro da ilha de São Jorge. Esta área abrange o ponto mais alto da ilha, com cerca de 1053 metros, no Pico da Esperança. Neste local é possível avistar o alinhamento dos cones vulcânicos da cordilheira central, sendo um ponto de interesse para todos os que o visitam. É considerado um local bem preservado pelo seu difícil acesso, dado o acentuado relevo que, por isso, é um habitat privilegiado para a fauna e flora. (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).



**Figura 44:** Cordilheira vulcânica central.

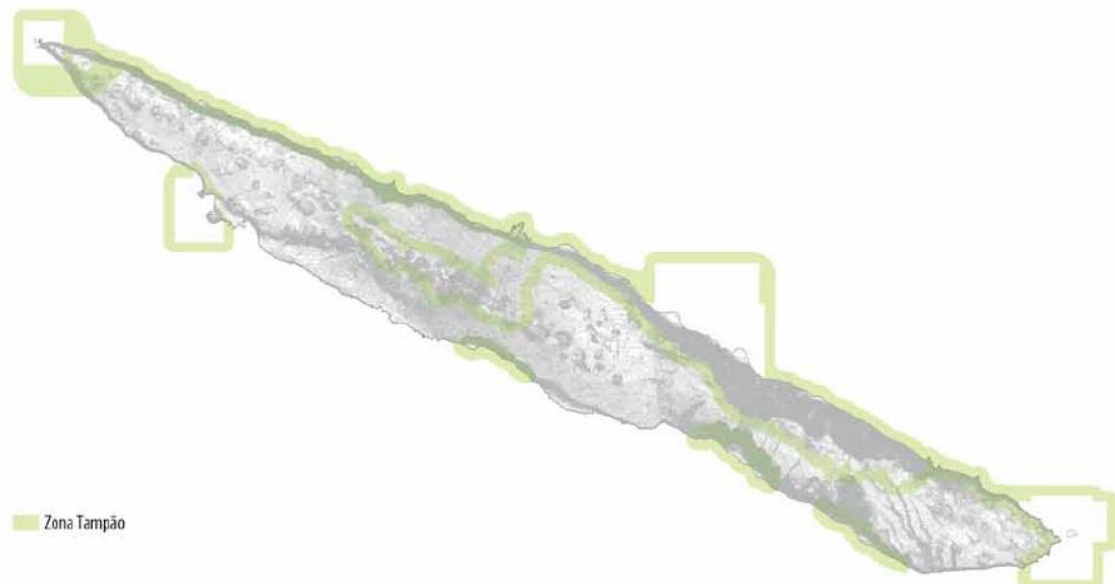
Fonte: <http://siaram.azores.gov.pt>



**Figura 45:** Cordilheira vulcânica central.

Fonte: <http://siaram.azores.gov.pt>

O Planalto central é dotado de uma grande diversidade de espécies de flora, no entanto, é de destacar as espécies nativas e endémicas como o Patalugo-maior (*Leontodon filii*), *Tolpis azorica*, a Urze (*Erica Azorica*), a Furalha (*Hypericum foliosum*), *Potentilha anglica*, *Huperzia dentata*, o Feto-real (*Osmunda regalis*), entre outras. As turfeiras são, na verdade, o grande sustento desta diversidade de flora, sendo elas o impulsor para as condições hídricas favoráveis ao desenvolvimento dessa diversidade e, também para que esta zona fosse classificada como sítio RAMSAR. (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).



**Figura 46:** Zonas Tampão Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge.

Fonte: Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015:71.z

Relativamente às Zonas Tampão, estas “(...) constituem áreas com dimensão e estatuto legal adequados para as funções complementares das zonas núcleo, em termos de conservação da natureza e biodiversidade. A sua definição teve em conta, não só o

estatuto jurídico já estabelecido como ainda os aspetos topográficos e funcionais que asseguram uma continuidade funcional entre estas zonas e as zonas núcleo e de transição.” (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015:35).

Assim sendo, as Zonas Tampão são caracterizadas pelo seu bom estado ambiental, no qual podem ser encontrados habitats de elevado valor ecológico. Nestas áreas a ocupação humana é de baixa densidade, onde podem ser encontradas atividades agrícolas e pecuárias, assim como pescas artesanais nas áreas marinhas e costeiras. Além disso, nestes territórios é possível encontrar atividades turísticas reguladas, com um impacto reduzido e com valores de responsabilidade ambiental. (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

A Zona Tampão corresponde a 11.067,29 ha do território, sendo que 5.317,29 ha são terrestres e 5.750,29 ha são marinhos, que correspondem a áreas protegidas pelo Parque Natural de São Jorge, com a classificação de Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies e para a Gestão de Recursos. (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).



**Figura 47:** Zonas de Transição Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge.

**Fonte:** Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015:73.

No que concerne às Zonas de Transição da Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, estas estão divididas em Zona de Transição Terrestre e Zona de Transição Marinha. As Zonas de Transição Terrestres representam todo o território emerso, exceto as áreas associadas às Zonas Núcleo e Zonas Tampão, com 14.686,65 ha na sua totalidade, onde são encontrados os principais aglomerados populacionais e conseqüentemente as atividades socioeconómicas. Considerando existir um aumento populacional, as atividades humanas também aumentam conseqüentemente, sendo necessário haver especial atenção para aquilo que pode constituir uma ameaça aos valores naturais e assim implementar e gerir medidas de desenvolvimento sustentável das comunidades locais. (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

No que diz respeito às Zonas de Transição marinhas, estas têm uma área circundante à ilha de São Jorge, com uma distância de 3 milhas relativamente à linha de costa. Esta área é caracterizada por ter uma extensão da plataforma insular reduzida e por deter um declive altamente acentuado, chegando mesmo aos 1.000 metros de profundidade. Nesta zona é possível encontrar uma elevada diversidade de habitats de fauna e flora marinha, sendo que nos fundos rochosos das encostas vivem os invertebrados móveis e diversos peixes demersais. Nesta área é possível encontrar diversos cetáceos como Cachalotes (*Physeter macrocephalus*), Baleias-azuis (*Baleanoptera musculus*), Baleia-comum (*Baleanoptera physalus*), Baleia-sardinheira (*Baleanoptera borealis*) e Baleia-de-bossas (*Megaptera novaeangliae*). As áreas costeiras constituem ecossistemas de grande diversidade de habitats, por isso é considerado uma zona de grande potencial para a promoção do desenvolvimento sustentável, com base naquilo que tem sido desenvolvido nas áreas classificadas. Assim sendo, a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, tem como base a valorização do património natural e cultural. (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

A Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge tem também, como objetivo promover o desenvolvimento económico e humano de modo sociocultural e ambientalmente sustentável. Assim sendo, a ilha de São Jorge fornece excelentes condições relativamente aos recursos naturais, culturais e patrimoniais, no que concerne à promoção do desenvolvimento sustentável, assim como para o

desenvolvimento da atividade turística responsável, no qual permite ao turista usufruir de paisagens únicas conjugadas com os elementos de biodiversidade e património cultural, como a gastronomia a música e as próprias tradições, que tornam a visita à ilha de São Jorge inesquecível. (Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, 2015).

### 3. ATIVIDADE TURÍSTICA NA ILHA DE SÃO JORGE

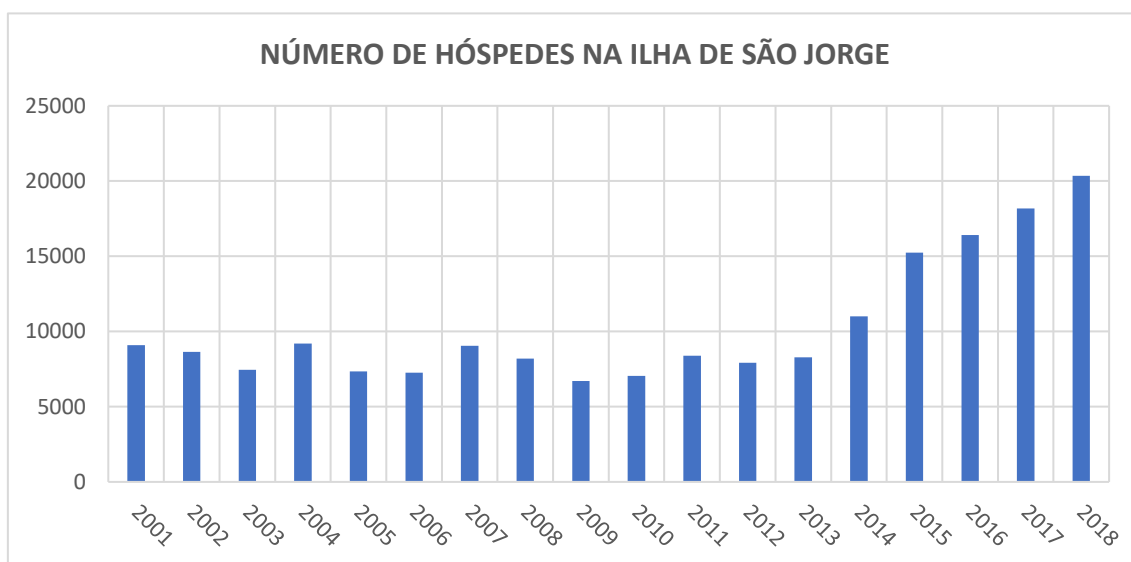
“Nos Açores o aumento do turismo tem sido sintomático particularmente na ilha de São Miguel que possui cerca de 45% das dormidas do arquipélago. Se nesta ilha se observa uma tendência para um turismo de massas com origem nos países nórdicos, nas do grupo Central observa-se uma tendência de crescimento mais sustentável e baseada num turismo de natureza. Aliás a capacidade hoteleira das ilhas do grupo Central é ainda baixa e muito dependente de um turismo sazonal com maior incidência no Verão.” (Borges *et al.*, 2009).

A atividade turística na ilha de São Jorge ainda apresenta valores residuais em relação às ilhas de maior afluência turística, no entanto tem vindo a desenvolver-se nesse setor e apresenta valores em constante crescimento. O turismo em São Jorge representa grande potencial pelas suas características únicas, no qual o turismo de natureza, a observação de aves, passeios em trilhos e outras atividades ao ar livre, são o mote para o desenvolvimento de uma atividade ambientalmente sustentável e representa grande potencial ao nível da captação de nichos de mercado. Assim sendo, como é referido na Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge “As experiências em curso baseiam-se em princípios de turismo responsável, com base na avaliação das capacidades de carga e em respeito pelas fragilidades dos ecossistemas. Este tipo de turismo tem vindo a revelar um grande potencial em termos de utilização de infraestruturas de reduzida dimensão como as casas tradicionais, em detrimento da construção de unidades hoteleiras, o que constitui uma forma importante de preservação da paisagem.” (SRAA & DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE, 2015:176).

Segundo a candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, o número de turistas em áreas protegidas não é elevado, no entanto é possível destacar a sazonalidade dos fluxos turísticos, sendo que a maior afluência tem inícios a meados de junho e atinge o seu auge nos meses de julho e agosto (SRAA & DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE, 2015).

A ilha de São Jorge apresenta capacidades e potencialidades no que diz respeito ao desenvolvimento turístico, como foi dito anteriormente. E com o que se tem vindo a constatar, o turismo de natureza representa a maior potencialidade, pois “(...) promove as paisagens e o contacto direto com o meio natural, através, por exemplo, do pedestrianismo, dos desportos de ar livre, da observação de aves e de cetáceos e do mergulho.” (SRAA & DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE, 2015:177). Além disso, a atividade turística tem sido o motor de desenvolvimento não só para os produtos locais, mas também pelo património edificado, o artesanato e pelas tradições e costumes da ilha.

Como se pode observar na figura seguinte (48), o número de hóspedes na ilha de São Jorge no espaço temporal entre 2001 e 2018 é possível identificar períodos de alguma instabilidade entre os anos de 2001 e 2012. O ano de 2009 foi o que menos número de hóspedes registou, podendo-se justificar esta variação negativa, com os impactos da crise financeira que se instalou no país que comprometeu os setores económicos, que por sua vez atingiram o setor turístico. No entanto, a partir do ano de 2012 até ao ano de 2018 foi notório um crescimento exponencial do número de hóspedes na ilha de São Jorge, atingindo números nunca antes alcançados com cerca de 20.355 hóspedes.



**Figura 48:** Número de hóspedes na ilha de São Jorge.

Fonte: Secretaria Regional de Estatística dos Açores.

Além disso, pode-se verificar, através da seguinte figura (49), que os países associados ao maior número de hóspedes que procuram a ilha de São Jorge como o seu destino turístico são os residentes em Portugal, o que evidencia a importância crescente do turismo doméstico, seguido dos mercados geográficos provenientes de alguns dos maiores emissores turísticos mundiais, como a Alemanha, França e Holanda. No entanto, nos últimos anos pode-se verificar um aumento da comunidade italiana a visitar São Jorge e também de destacar os norte americanos, que representam a diáspora e visitam as suas origens.

Anos	2003	2006	2009	2012	2015	2018
<b>Total de hóspedes</b>	8.766	7.271	6.708	7.921	15.243	20.355
<b>Portugal</b>	<b>6.126</b>	<b>4.726</b>	<b>4.761</b>	<b>5.132</b>	<b>8.641</b>	<b>9.568</b>
<b>Alemanha</b>	<b>566</b>	<b>582</b>	<b>472</b>	<b>722</b>	<b>2.184</b>	<b>2.620</b>
<b>Áustria</b>	40	58	39	45	87	298
<b>Bélgica</b>	90	27	66	99	316	465
<b>Brasil</b>	17	16	25	29	15	47
<b>Canadá</b>	27	31	25	55	120	356
<b>Dinamarca</b>	32	52	54	71	164	106
<b>Espanha</b>	103	62	91	152	335	527
<b>E.U.A</b>	244	325	173	197	346	771
<b>Finlândia</b>	1	14	26	10	15	6
<b>França</b>	<b>716</b>	<b>403</b>	<b>288</b>	<b>427</b>	<b>894</b>	<b>1.999</b>
<b>Holanda</b>	96	270	<b>348</b>	<b>313</b>	<b>579</b>	816
<b>Itália</b>	100	119	118	193	539	<b>1.040</b>
<b>Noruega</b>	16	10	6	27	6	15
<b>Reino Unido</b>	<b>368</b>	<b>358</b>	79	168	441	549
<b>Suíça</b>	64	42	50	84	211	376
<b>Suécia</b>	47	42	6	96	57	23
<b>Outros países</b>	113	134	81	101	293	773

Figura 49: Número de hóspedes na ilha de São Jorge, por país de residência.

Fonte: Secretaria Regional de Estatística dos Açores

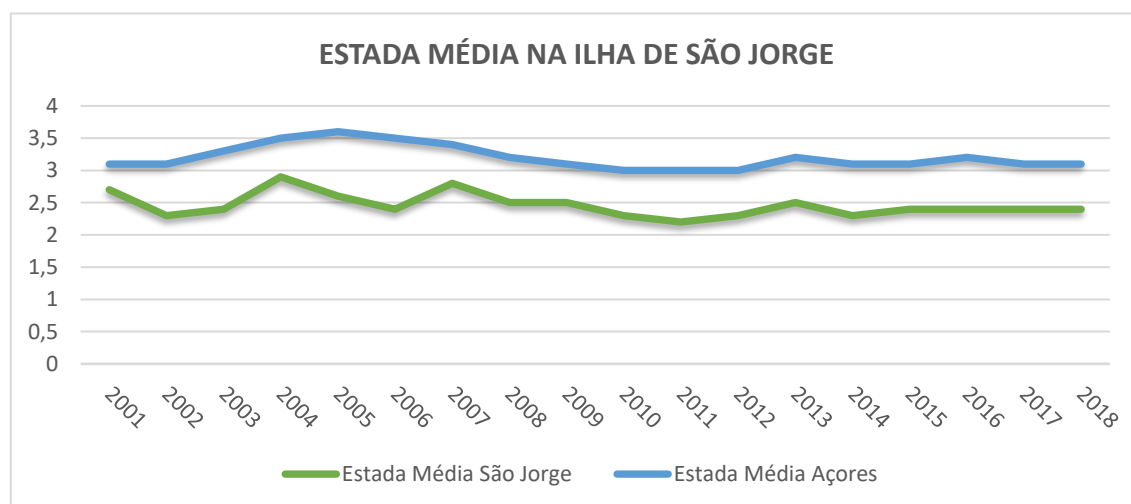
No que concerne ao número de dormidas na ilha de São Jorge no espaço temporal entre 2001 e 2018, pode observar-se a partir da figura seguinte (50), uma



**Figura 50:** Número de dormidas na ilha de São Jorge.

**Fonte:** Secretaria Regional de Estatística dos Açores.

grande instabilidade entre 2001 e 2010, no qual apresenta valores em constante acréscimo e decréscimo. O ano de 2010 foi o que apresentou valores mais baixos, no entanto é possível verificar um aumento a partir desse ano, principalmente a partir do ano de 2013 até 2018 que representa um aumento gradual, chegando mesmo a atingir o seu máximo com 49.442 dormidas na ilha de São Jorge.



**Figura 51:** Estada média na ilha de São Jorge.

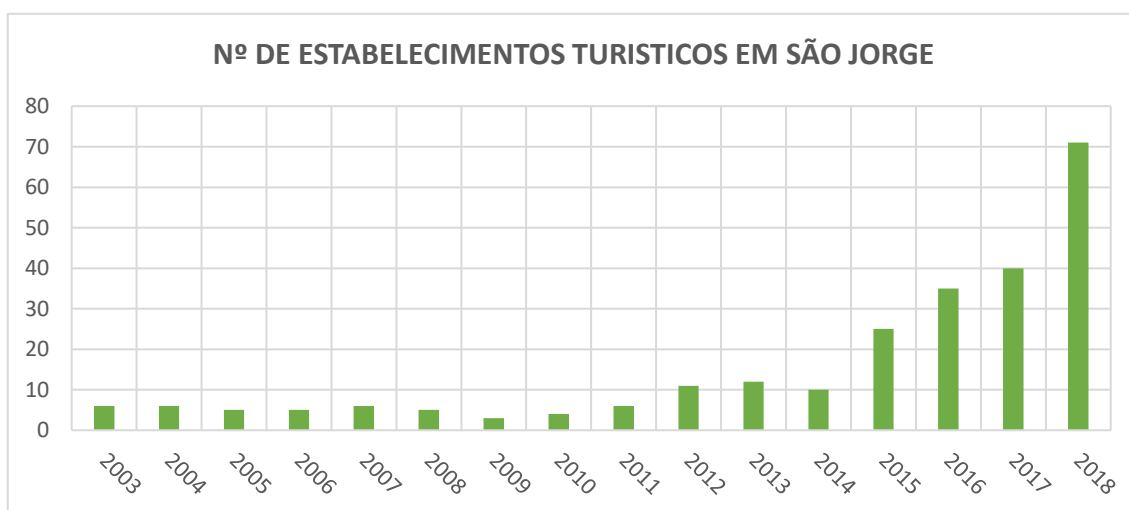
**Fonte:** Secretaria Regional de Estatística dos Açores.

Relativamente à Estada Média, este é um indicador que permite relacionar o número de hóspedes com o número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, sendo que o aumento da estada média dos hóspedes, representa um fator decisivo no que diz respeito à economia e ao ambiente da região em causa. (INE, 2018).

Assim sendo, a partir da figura 51 observa-se que a estada média da ilha de São Jorge está abaixo da estada média do arquipélago na sua generalidade, constatando-se que em São Jorge o turista tende a permanecer uma média de 2,5 dias, enquanto que a média da estada na região é de 3 dias. Relativamente à estada média na ilha de São Jorge, no espaço temporal de 2001 a 2018, observam-se variações pouco significativas, em que o máximo que se atingiu foi 2,9 dias, no ano de 2004.

Na perspetiva da economia, quanto maior for a estada média, maiores deverão ser as sinergias geradas pela atividade turística na economia local. Este fenómeno pode ser justificado pelo facto de quantos mais dias permanecer um turista no destino, mais consumos irá realizar, amplificando o efeito multiplicador do turismo.

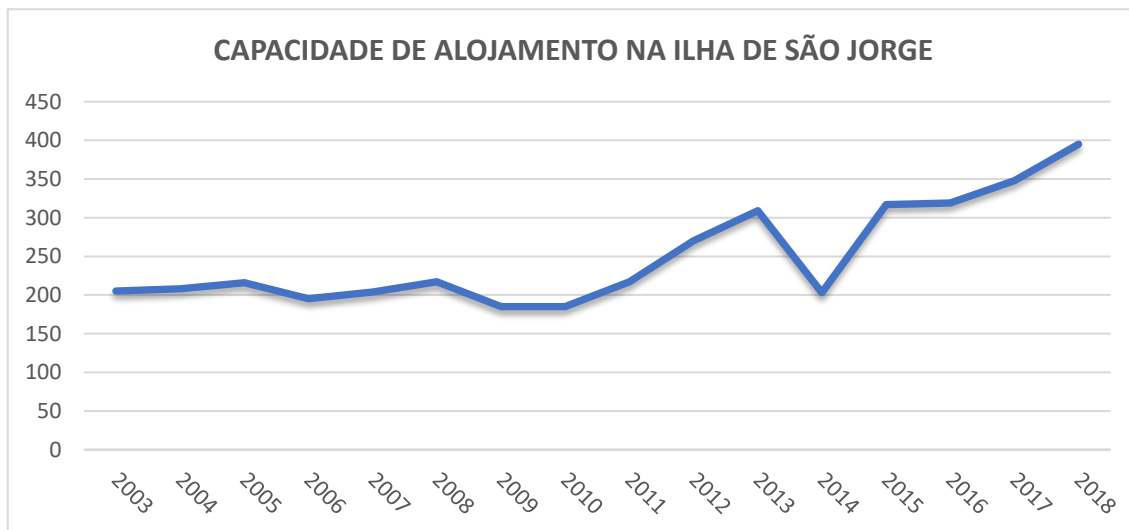
Portanto, conclui-se que a ilha de São Jorge tem de trabalhar no sentido de melhorar a capacidade de reter os turistas por mais dias, sendo esse um fator fulcral para um maior desenvolvimento desta atividade,



**Figura 52:** Número de estabelecimentos turísticos na ilha de São Jorge.

**Fonte:** Secretaria Regional de Estatística dos Açores.

Ao nível da oferta turística, a ilha de São Jorge conta com um aumento dos seus estabelecimentos turísticos, como se pode observar na figura 52, em que estão representados o número de estabelecimentos turísticos na ilha de São Jorge, no espaço temporal de 2003 a 2018. Desde o ano de 2003 até ao ano de 2014, a ilha de São Jorge apresentava pouca oferta turística ao nível dos estabelecimentos turísticos, no qual eram apenas 6 em 2003 e 10 em 2014. A partir do ano de 2015 começou a desenvolver-se a oferta turística na ilha de São Jorge, no qual eram já 25 estabelecimentos turísticos na ilha, observando-se um crescimento constante até à atualidade, sendo que no último ano registado (2018) já são 71 o número de estabelecimentos turísticos. Esse aumento deve-se muito pela aposta no Alojamento Local e também por vários incentivos e apoios do Governo Regional no que concerne ao alojamento turístico.



**Figura 53:** Capacidade de alojamento na ilha de São Jorge.

Fonte: Secretaria Regional de Estatística dos Açores.

A capacidade de alojamento é o número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período, sendo este determinado pelo número de camas existentes, considerando como duas a cama de casal e uma a cama de solteiro (INE, 2018). Este indicador é importante para a análise da oferta turística, visto que dá a noção do potencial turístico de uma região ou país.

Assim sendo, através da capacidade de alojamento na ilha de São Jorge, é possível verificar na figura 53 uma evolução constante entre os anos de 2003 e 2010, não diferindo muito nesse período. A partir do ano de 2011 nota-se uma subida até ao

ano de 2018, com apenas um pico de decréscimo no ano de 2014. Note-se que os números deste indicador duplicaram em quinze anos, e continua com capacidades para se desenvolver na oferta.

Conforme a análise realizada a partir das figuras, é possível verificar um crescimento constante, principalmente nos últimos seis anos, na ilha de São Jorge, tanto da oferta como da procura turística, sendo que da parte da oferta turística houve mais investimentos em estabelecimentos hoteleiros, assim como de empresas de turismo de natureza, e também pelo o facto do Governo Regional promover o setor do turismo através de apoios a novos projetos de empreendedorismo. Ao nível da procura, este aumento deve-se em muito ao facto da liberalização do espaço aéreo e também pela vertente do turismo de natureza, visto que é uma tendência crescente entre a procura internacional em detrimento do turismo de sol e mar.

Deste modo, comprova-se o crescimento do setor turístico na ilha de São Jorge, através dos impactos positivos na economia jorgense e pela melhoria das sinergias entre as atividades humanas que o influenciam.

#### 4. VALORIZAÇÃO DO TURISMO RESPONSÁVEL

A atividade económica associada ao setor do turismo tem vindo a sofrer alterações constantes ao longo do tempo, sendo que por muitos estudiosos do tema e até mesmo organizações mundiais, tomam o turismo como uma das principais atividades económicas a nível global. Esta atividade tem apresentado valores em constante crescimento, tanto da parte da oferta como da parte da procura, a par também, do aumento da diversificação deste setor. O setor do turismo é caracterizado pela sua multidisciplinaridade, sendo que estão ligados direta ou indiretamente inúmeros atores, como postos de trabalho, infraestruturas, assim como relações com outros setores de atividade (Brito, 2017).

“O turismo pressupõe assim uma relação entre dois grupos humanos categoriais – os que visitam e os que são visitados. Nesta relação, existe uma troca de expectativas – lazer para o que visita e trabalho para o que é visitado, verificando-se uma tentativa de rentabilização dupla – rentabilização e qualificação do tempo, das expectativas de lazer, ócio, satisfação pessoal e conhecimento para o que visita e rentabilização dos recursos disponíveis para o que é visitado”. (Joaquim 1994, apud Brito 2017).

O desenvolvimento do setor turístico pode ser causador de diversos impactos, tanto positivos como negativos, sendo que os positivos devem ser tidos em conta para a contribuição da redução das desigualdades socioeconómicas. No entanto, o conceito de turismo sustentável não assume unanimidades para os pesquisadores deste tema, visto que, até mesmo no Relatório de Brundtland, que sugere o desenvolvimento sustentável, provoca confusão entre o conceito de desenvolvimento e crescimento. Assim sendo, o turismo sustentável é muitas vezes questionado pela sua abrangência e, como refere (de Oliveira, *et al*, 2006) muitas vezes são colocados à margem das discussões, as especificidades, a identidade, as diferenças entre regiões e culturas, ou seja, de que modo é que um conceito tão abrangente pode ter em conta todas as características dos locais?

Assim, “o turismo responsável tem como característica principal o enfoque na participação efetiva do turismo nas comunidades envolvidas, quaisquer que sejam as suas características socioculturais ou localização geográfica. O que é apregoado é um elo de ligação entre os atores inseridos no processo, onde exista um equilíbrio amplo irrestrito de benefícios e responsabilidades, gerando assim uma atmosfera favorável às parcerias e a participação da comunidade no desenvolvimento turístico.” (de Oliveira, *et al*, 2006).

O turismo responsável tem por base o papel importante para a economia, ambiente e sociedade em geral, tendo como o mote para o seu desenvolvimento a melhoria da qualidade de vida das populações. Assim sendo, o conceito associado ao turismo responsável teve mais importância aquando da aprovação pela Organização Mundial do Turismo (OMT) do Código de Ética do Turismo no ano de 1999, em que se estabeleceram orientações globais, como por exemplo o respeito pela diversidade cultural e a valorização do papel dos atores promotores de formas de turismo responsáveis. (Silva, 2013).

Na Conferência da Cidade do Cabo sobre o Turismo Responsável em Destinos, estiveram presentes organizações mundiais como a OMT e as Nações Unidas, entre outras. Como refere (Silva 2013, apud ICRT 2012), o turismo responsável:

- “Minimiza os impactes negativos económicos, ambientais e sociais;
- Recorre a uma estratégia de utilização dos recursos com preocupações na sua sustentabilidade e no impacte, em especial, a nível local;
- Procura direcionar parte significativa dos benefícios económicos para a população local e contribuir para o seu bem-estar;
- Envolve os residentes e todos os *stakeholders* nos processos e decisões;
- Contribui positivamente para a conservação do património natural e cultural;
- Fornece experiências mais agradáveis aos turistas;
- Promove a interação com o respeito mútuo entre os turistas e as comunidades acolhedoras, e uma maior compreensão e valorização das questões locais a nível cultural, social e ambiental;

- Promove o turismo acessível.”

Deste modo, o turismo responsável tem a necessidade de impor os seus princípios de valorização dos seus contributos para os impactos positivos, através de benefícios económicos para a região onde se insere e atenuar e reduzir os impactos sociais e ambientais negativos do setor turístico. Assim como o turismo sustentável, apesar do nível de abrangência elevada, o turismo responsável tem também como objetivo, promover o desenvolvimento sustentável, no entanto, é relevante haver a distinção entre as várias tipologias de turismo “(...) em particular o turismo sustentável, o alternativo e o responsável, e assentar a utilização deste último em fatores diferenciadores claramente identificados, que permitam responder à evolução das tendências do turismo e das sociedades.” (Silva, 2013:132).

Como refere (Silva, 2013), a responsabilidade ambiental, social e económica pode ser traduzida em ações simples como plantar árvores, optar por produtos locais ou promover atividades acessíveis a populações especiais. Deste modo, estas ações permitem estar mais perto da problemática assim como a aproximação dos diversos atores envolvidos no território. “Acresce aqui a vantagem e visibilidade para os que promovem essas medidas, devido à imagem positiva que isso transmite, resultando tanto em satisfação pessoal, como em vantagens competitivas para as organizações promotoras. Desta forma, reforça-se o envolvimento e o benefício de todos, desde os turistas, às comunidades locais, agentes turísticos e ao próprio destino.” (Silva, 2013:133).

O autor (Silva 2013, apud Swarbrooke 1999), apresenta a descrição das responsabilidades de um turista responsável, sendo que este deve:

- “Adotar um comportamento moral e ético em consonância com o respeito das sociedades e culturas locais;
- Respeitar e cumprir as leis e regulamentos das regiões visitadas e de trânsito;
- Procurar reduzir os impactes ambientais e excluir-se de participar em atividades ou desenvolver ações que tenham impactos excessivos;

- Contribuir, tanto quanto possível, para a economia local;
- Minimizar a utilização de recursos locais escassos;
- Assumir responsabilidades extras, como colaborar em prole das sociedades ou ambiente local, por exemplo trabalho voluntário, contributos financeiros, etc.;
- Preferir destinos e serviços de empresas e organizações que promovam práticas mais sustentáveis;
- Procurar informar-se sobre os destinos, patrimónios, culturas e boas práticas.”

Como foi referido anteriormente, o turismo responsável tem uma argumentação diferente do turismo sustentável, sendo que sugere uma participação efetiva da população e essencialmente dos atores do território em questão em todos os processos do desenvolvimento turístico, fazendo com haja melhores condições para toda a comunidade envolvida (de Oliveira, *et al.*, 2006).

Assim, o autor (Brito, 2017:11) refere que o turista responsável é entendido como “o indivíduo que se desloca para visitar destinos diferentes do de residência habitual, por períodos de tempo limitados e variáveis, com o objetivo de lazer através do desenvolvimento de atividades propensas ao conhecimento e ao enriquecimento pessoal através de mecanismos de autoaprendizagem pelo contacto direto e fundamentado no respeito mútuo com povos, culturas e ambientes naturais diferentes.”

O destino Açores encontra-se ainda em fase de crescimento, e por isso, a introdução do turismo responsável qualifica-se como uma oportunidade, na medida em que os seus princípios têm por base não só a avaliação das capacidades de carga, mas também o respeito pelas fragilidades dos ecossistemas. Tendo em conta que é na fase de crescimento que são identificadas as maiores taxas de crescimento, é importante definir os valores e a identidade dos destinos. Os Açores por serem considerados uma região de pequena dimensão, caracterizados pela sua insularidade, cultura e património únicos, necessitam de uma política de desenvolvimento mais localizada, sendo que o

turismo responsável pode ser o motor para um desenvolvimento sustentável, no qual as orientações deverão relacionar uma experiência autêntica e única a quem visita, mas ao mesmo tempo garantir impactos positivos para a comunidade local.

Relativamente ao caso de estudo – a ilha de São Jorge – é necessário a implementação de ideais de turismo responsável, sendo este um destino caracterizado pelas condições excecionais dos recursos naturais, culturais e patrimoniais. A participação efetiva dos atores locais e da comunidade em geral, faz parte dos domínios do turismo responsável, e deve ser implementada em São Jorge, pois só assim se potencia e garante o desenvolvimento ambiental, social e económico equilibrado e equitativo às comunidades recetoras.

## 5. ANÁLISE DE DADOS

Conforme mencionado anteriormente, o envolvimento dos atores locais e da comunidade em geral é um ponto fulcral para o desenvolvimento equitativo e equilibrado de um território. Tendo em conta o tema abordado na presente dissertação “Turismo e recursos naturais dos Açores”, no qual o caso de estudo escolhido foi a ilha de São Jorge, foram realizadas entrevistas a vários atores locais que, envolvidos direta ou indiretamente no setor do turismo assim como da vertente ambiental, são conhecedores do território e apresentam uma mais valia para a análise da conjugação da atividade turística com os recursos naturais da ilha de São Jorge.

Assim sendo, foram entrevistados atores com uma visão própria no terreno em que trabalham sendo que as respostas dadas à entrevista vão muito ao encontro ao meio em que se inserem. Esta abordagem tem como objetivo recolher dados qualitativos, no qual se efetuaram perguntas diretas.

Os atores entrevistados foram: Técnico Superior de Turismo na Direção Regional do Turismo dos Açores; Diretor Parque Natural da ilha de São Jorge e Gestor da Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge no Serviço de Ambiente de São Jorge na Direção Regional do Ambiente; Administrador Hotel São Jorge *Garden*; Gerente São Jorge *Dive and Sail Center*; Gerente da empresa *Discovery Experience*. A escolha dos atores tem como base a experiência em variados ramos que envolvem a atividade turística, assim como o território em que estão inseridos, neste caso em específico a ilha de São Jorge.

### 5.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

As perguntas realizadas aos atores têm como objetivo, extrair o máximo de conhecimento na área em que se inserem e assim, podem dar uma visão mais em contacto com o caso de estudo. Deste modo, as questões foram:

- **Questão 1:** O setor do turismo é importante para a região? Porquê?
- **Questão 2:** Considera haver desenvolvimento da atividade turística na região?
- **Questão 3:** A ilha de São Jorge tem capacidades para continuar a desenvolver-se no setor turístico?
- **Questão 4:** Quais são as principais tipologias de turismo em que a ilha de São Jorge se deveria concentrar?
- **Questão 5:** Quais são os principais entraves ao desenvolvimento do turismo em São Jorge?
- **Questão 6:** Ao verificar-se um crescimento do turismo na ilha de São Jorge, considera que os recursos naturais podem ser postos em causa?
- **Questão 7:** Considera haver pontos fracos no crescimento do turismo em São Jorge? Quais?

### **Questão 1: O setor do turismo é importante para a região? Porquê?**

Relativamente à primeira pergunta, Rodrigo Borba Técnico Superior de Turismo da Direção Regional de Turismo afirma que o setor do turismo é sem dúvida uma atividade importante para a ilha de São Jorge, visto que o pastoreio na ilha se encontra em ponto de estagnação pela alta concorrência de grandes mercados comerciais, como a Holanda e Alemanha que conseguem escoar produtos com maior facilidade. Deste modo, o turismo acaba por garantir sustentabilidade económica na região. Além disso, afirma que as ilhas mais pequenas têm um grande potencial natural e faz todo o sentido que se desenvolva o turismo de natureza, ativo e de aventura em ilhas como São Jorge. Como refere Rodrigo *“Neste momento faz todo o sentido apostar no turismo nos Açores, até para a ilha de São Jorge, fala-se já dos problemas do turismo de massas (a população está ciente disso e preocupa-se com tal eventualidade), mas nos dias de hoje, no meu entender, São Jorge está a “morrer”*. O Técnico Superior de Turismo, assume também que não se deve ter aversão à chegada de novos turistas e garante também que o objetivo neste momento deverá ser o aumento das chegadas turísticas. Rodrigo Borba

faz uma comparação com a atualidade da ilha de São Miguel – diz que essa ilha está com muita procura, e que consegue manter a sustentabilidade e a conservação dos atrativos naturais locais, e que por isso, a ilha de São Jorge também conseguirá garantir uma atividade turística ambientalmente sustentável, mesmo que venha a receber muitos mais turistas do que tem recebido. Além disso, refere que um estudo realizado, em que calcula a capacidade de carga turística, o qual indica que a ilha de São Jorge nem tem 0,5 turistas por 1 km<sup>2</sup>, e que por isso acredita que a ilha como destino turístico uma grande margem de crescimento a nível da procura.

Rodrigo Borba

Técnico Superior de Turismo

Rui Sequeira, Diretor Parque Natural da ilha de São Jorge e Gestor da Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge no Serviço de Ambiente de São Jorge na Direção Regional do Ambiente, refere que o setor do turismo ,desde que seja controlado, é importante para a região, porque tem a potencialidade de promoção do desenvolvimento económico da região, sendo também mais uma atividade que complementa a diversidade da oferta e contribui para a fixação de população.

Rui Sequeira

Diretor do Serviço de Ambiente de São Jorge e Parque Natural de ilha

Sandro Almeida, administrador do Hotel São Jorge *Garden*, refere que o turismo em qualquer região do mundo, com o seu desenvolvimento, proporciona o desenvolvimento de outras áreas, nomeadamente através da ligação entre os transportes, a restauração, os serviços e a animação. O conjunto destas cinco áreas faz do turismo um setor fundamental no desenvolvimento de qualquer parte do mundo, e em especial na Região Autónoma dos Açores.

Sandro Almeida

Administrador Hotel São Jorge *Garden*

Pedro Soares sócio-gerente da empresa São Jorge *Dive and Sail Center*, afirma que o setor do turismo é sem dúvida um elemento muito importante para a região, visto que desenvolve sinergias que funcionam como o método de bola de neve. Refere que havendo valência para o turismo, isso provoca melhoria tanto no setor primário, secundário e terciário, pois os produtos têm mais facilidades e oportunidades para serem escoados. Para Pedro Soares, o turismo funciona como um pilar para a sociedade, pois movimenta tudo e todos. “Uma economia quanto mais diversificada for, mais preparada vai estar para enfrentar dificuldades, não vivendo apenas à base de apoios comunitários provenientes do setor agrícola e piscatório”. Além disso, Pedro Soares afirma que o turismo é uma área mais complementar, até porque necessita de mais recursos do que as áreas do setor primário.

Pedro Soares

Gerente São Jorge *Dive and Sail Center*

Aquando da pergunta realizada a Dina Nunes, Técnica Superior de Desporto e Turismo Ativo pela empresa de Turismo de Natureza *Discovery Experience*, a resposta centra-se principalmente por o setor do turismo representar um fator fulcral para o desenvolvimento económico e também por se apresentar como uma alternativa ao setor agrícola.

Dina Nunes

Gerente da empresa *Discovery Experience*

## **Questão 2: Considera haver desenvolvimento da atividade turística na região?**

No que concerne à questão 2, Rodrigo Borba considera haver esforços em prol de um desenvolvimento turístico na região e realça que a liberalização do espaço aéreo e a entrada no mercado de companhias aéreas *low cost* foi um dos principais motores de desenvolvimento da atividade nas ilhas, permitindo a oferta expandir e diversificar-se. Admite, também, que quanto mais chegadas turísticas, mais dinâmica se torna o

mercado turístico. Esta entrada de turistas, promove mais investimentos locais, no entanto destaca as diferenças entre as ilhas mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas (*Gateways*). Para concluir, Rodrigo Borba afirma que investir no turismo na ilha de São Jorge tem de ser mais regrado, até porque têm menos apoios – mas que sim faz sentido investir neste setor.

Rodrigo Borba

Técnico Superior de Turismo

Rui Sequeira considera existir um aumento do turismo na região. Refere também o crescimento do turismo à vista de todos e sem necessitar de grandes análises empíricas, mas mais importante do que isso é o trabalho que se tem vindo a desenvolver, fazer com que esse desenvolvimento e esses crescimento seja de forma sustentável e seguindo um plano estratégico desenvolvido pelo Governo Regional dos Açores.

Rui Sequeira

Diretor do Serviço de Ambiente de São Jorge e Parque Natural de ilha

Relativamente à opinião de Sandro Almeida em relação ao considerar haver desenvolvimento da atividade turística na região, refere que os Açores há cerca de quatro anos, abriram as portas para o mundo, em resultado da liberalização do espaço aéreo. Por conseguinte, o turismo foi um dos setores da região que mais beneficiou dessa alteração legal e desde então tem vindo a desenvolver-se continuamente e com taxas de crescimento significativas nos anos mais recentes. No entanto, tendo por base que a Região Autónoma dos Açores, comparativamente a outras regiões do mundo, não é de facto uma região muito desenvolvida, torna-se indispensável a fomentação do transporte aéreo de forma a que todas as ilhas se possam desenvolver.

Sandro Almeida

Administrador Hotel São Jorge *Garden*

Para Pedro Soares o desenvolvimento da atividade turística na região é um facto, no entanto é possível observar nuns sítios mais do que noutros, mas que no geral verifica-se esse desenvolvimento. Afirma também que na realidade jorgense, esse desenvolvimento tem sido muito notório, mas é possível continuar a desenvolver-se, e no que diz respeito à sua área de formação (mergulho e *sailing*), tem observado cada vez mais interesse e adesão a esta tipologia de turismo náutico e de aventura, neste caso em específico, mergulho com escafandro e passeios de barco.

Pedro Soares

Gerente São Jorge *Dive and Sail Center*

Dina Nunes em resposta à pergunta 2, afirma que sem dúvida que este setor se tem vindo a desenvolver e a aumentar a oferta de atividades turísticas na região, principalmente nos últimos 5 anos.

Dina Nunes

Gerente da empresa *Discovery Experience*

### **Questão 3: A ilha de São Jorge tem capacidades para continuar a desenvolver-se no setor turístico?**

Rodrigo Borba afirma, quando questionado acerca da capacidade de a ilha de São Jorge continuar a desenvolver-se no setor turístico, que esta tem um grande potencial natural, sendo os trilhos pedestres um dos produtos prioritários dos Açores e que esse produto tem sucesso graças à consistência de qualidade. O entrevistado fala sobre os trilhos pedestres pois garante que é um tipo de atividade turística que pode ser oferecido a qualquer altura do ano, em que independentemente das variáveis, irá sempre ser bem-sucedido e por isso satisfará as necessidades e desejos do turista que procura o turismo de natureza na ilha de São Jorge. Ou seja, para Rodrigo Borba, este é principal atrativo da ilha e o que mais pode trazer benefícios ao turista e, por conseguinte, à economia local. Além disso, afirma que São Jorge tem capacidades para

se continuar a desenvolver, principalmente no que diz respeito ao turista ativo e ao turista de aventura, que procura a conjugação da beleza cénica com a atividade em si. Afirma também que, independentemente das condições climatéricas, o tipo de turista ativo irá satisfazer as suas motivações pois o produto turismo de natureza continua a ser possível praticar, pelo que se fosse turismo de sol e mar, seria impossível em dias chuvosos.

Rodrigo Borba

Técnico Superior de Turismo

Rui Sequeira não tem dúvidas em relação à potencialidade de crescimento do setor turístico na ilha de São Jorge. O turismo de natureza afirma-se cada vez mais e por isso é importante continuar a criar condições para que este se expanda. Para o entrevistado, é claro que o turista que procura os Açores como destino de férias, tem como motivação experienciar a beleza natural dos Açores, sendo por isso a conservação e preservação dos habitats uma mais valia para a continuidade do desenvolvimento desta atividade.

Rui Sequeira

Diretor do Serviço de Ambiente de São Jorge e Parque Natural de ilha

Quando se fala na questão de a ilha ter capacidade para continuar a desenvolver a sua atividade turística, entende que sim, afirma que a ilha de São Jorge tem uma capacidade acrescida, com oferta de alojamento e restauração capaz. A qualidade do serviço é entendida por Sandro Almeida, como um fator à parte deste tema, porém reconhece que deve ser trabalhada. O diretor do Hotel São Jorge *Garden* reforça a ideia de que a ilha de São Jorge como outras ilhas, ainda tem muito por onde se desenvolver e diversificar na área do turismo.

Sandro Almeida

Administrador Hotel São Jorge *Garden*

Pedro Soares considera que a ilha de São Jorge tem capacidades para continuar a desenvolver-se no setor turístico, no qual refere que na em São Jorge existe toda a matéria prima para esse desenvolvimento, basta ser tratada, os serviços devem ser melhorados, aumentar a oferta, melhorar a qualidade da restauração, ou seja, diferenciar-se de outros destinos pela sua alta qualidade de serviços. Além disso, Pedro Soares refere que a ilha é extremamente bela, no entanto na sua opinião deve haver um investimento na formação dos colaboradores e que esse investimento deve ser feito pelas empresas, sendo que assim ambas as partes beneficiam.

Pedro Soares

Gerente São Jorge *Dive and Sail Center*

Dina Nunes afirma que São Jorge tem todas as capacidades para que a ilha de São Jorge se continue a desenvolver no setor turístico, no entanto realça que é necessário haver um controlo e monitorização, para que não se atinja um nível de massificação.

Dina Nunes

Gerente da empresa *Discovery Experience*

**Questão 4: Quais são as principais tipologias de turismo em que a ilha de São Jorge se deveria focar?**

Em resposta à pergunta 4, Rodrigo Borba afirma que as principais tipologias de turismo que a ilha de São Jorge se deveria focar é essencialmente no turismo de natureza, em atividades como o mergulho, pedestrianismo, *whale watching*, *sailing* em conjunto com as outras ilhas do triangulo e surf por ser um produto que está na moda, com algum interesse por parte de um grande leque de pessoas.

Rodrigo Borba

Técnico Superior de Turismo

Quanto às tipologias de turismo em que a ilha de São Jorge se deveria concentrar, Rui Sequeira acredita que o foco se deveria manter no turismo de natureza e de aventura. Para o Diretor do Parque Natural da Ilha de São Jorge, a fórmula deve ser a de preservar e gerir sustentavelmente os recursos naturais da região que, por si só, são motivo mais do que suficiente para o turismo se desenvolver. O entrevistado admite que o turismo está a mudar, o turista em si está a mudar. Se antes se dava valor a infraestruturas monumentais, hoje tudo o que é natural, tudo o que é simples é mais valorizado. Rui Sequeira refere que as alterações climáticas que agora estão na agenda mundial vieram trazer uma noção da importância da preservação dos ecossistemas e os Açores são protagonistas dessa preservação. Exemplo disso são os variados prémios internacionais que já receberam como sendo um dos destinos mais sustentáveis do mundo.

Rui Sequeira

Diretor do Serviço de Ambiente de São Jorge e Parque Natural de ilha

O administrador do Hotel São Jorge *Garden* declara que a sua empresa trabalha essencialmente com grupos e grandes operadores turísticos, e acrescenta que a sua operação não entra em conflito com nenhuma das outras tipologias de alojamento que existem na ilha. Sandro Almeida defende a importância de existir uma grande diversidade de tipologias de alojamento turístico, argumentando que o tipo de turista que escolhe o seu Hotel, não é o mesmo que procura Turismo em Espaço Rural ou Turismo de Habitação. O entrevistado conclui que o Turismo de Natureza é atualmente o mais procurado na ilha de São Jorge, e o que origina mais vendas, muito derivado do grande potencial dos trilhos pedestres jorgenses.

Sandro Almeida

Administrador Hotel São Jorge *Garden*

Em relação às tipologias de turismo que a ilha de São Jorge deveria apostar, Pedro Soares afirma que o turismo de massas deve ser completamente descartado, ou seja o turismo de sol e mar não deve entrar nesse leque, sendo que a ilha não apresenta características para essa prática de turismo. Pedro Soares refere que no futuro, o que definirá o turismo em São Jorge, serão umas férias que envolvam a comunidade, como o turismo ativo e de natureza.

Pedro Soares

Gerente São Jorge *Dive and Sail Center*

Dina Nunes também afirma que o turismo de natureza representa o produto com maior potencial em que a ilha de São Jorge tem capacidades para se desenvolver.

Dina Nunes

Gerente da empresa *Discovery Experience*

### **Questão 5: Quais são os principais entraves ao desenvolvimento do turismo em São Jorge?**

Os principais entraves para o desenvolvimento do turismo em São Jorge, para Rodrigo Borba são claramente as acessibilidades. Como afirma, a impossibilidade que é realizar voos diretos de Portugal continental para São Jorge traz dificuldades para a atratividade da ilha como destino de férias. Realça que a ilha vizinha Pico tem vários voos diretos semanais e por isso tem uma dinâmica muito maior. Além disso, a insularidade traz alguns entraves no que toca às más condições climatéricas que muitas vezes implicam o cancelamento de voos. Os produtos turísticos que São Jorge oferece devem ser trabalhados na medida em que sejam atrativos o suficiente para ultrapassar as barreiras que estes problemas de acessibilidade à ilha provocam, refere Rodrigo Borba. Destaca também a sazonalidade como um entrave, assim como a pouca

profissionalização do setor, que leva a uma menor qualidade do serviço e da satisfação do turista.

Rodrigo Borba

Técnico Superior de Turismo

Quanto aos principais entraves ao desenvolvimento do turismo em São Jorge, Rui Sequeira refere a falta de conhecimento da existência do arquipélago dos Açores, situação que advém de uma fraca divulgação no exterior. Além disso, o entrevistado destaca ainda as acessibilidades como um entrave ao desenvolvimento, visto estas não darem resposta à procura registada. Rui Sequeira salientou ainda a falta de formação nos serviços turísticos que acaba por obstruir a qualidade da oferta dos serviços turísticos.

Rui Sequeira

Diretor do Serviço de Ambiente de São Jorge e Parque Natural de ilha

Os principais entraves que Sandro Almeida refere estão relacionados com os transportes de turistas, ou seja, as ligações aéreas e marítimas para a própria ilha. Tendo e havendo vários constrangimentos nessa área, começa-se a notar fatores negativos que impedem ou dificultam o crescimento da atividade turística. O entrevistado realça as dificuldades que surgem na entrada e saída do arquipélago, em especial a nível do transporte aéreo, em que muitas vezes os passageiros são prejudicados pelas condições climatéricas adversas, avarias nas aeronaves e problemas técnicos que desregulam as ligações aéreas previstas para a ilha. Esta época alta que se iniciou no mês de junho, já evidencia alguns problemas nesta área em que um dos navios alugados pelo Governo dos Açores para os meses de Verão se encontra inoperacional, fazendo com que se cancelam ligações, sobrecarregando a companhia aérea *Azores Airlines* que por sua vez já estava também com distúrbios operacionais devido a atrasos e a problemas técnicos.

Sandro Almeida

Administrador Hotel São Jorge *Garden*

Em relação aos entraves ao desenvolvimento do turismo na ilha de São Jorge, Pedro Soares refere que as acessibilidades são sem dúvida a maior lacuna, pelo que muitos dos turistas que querem fazer turismo em São Jorge, não conseguem pelas acessibilidades serem escassas e muitas vezes incertas devido às condições climatéricas da região. Afirmar ainda que a liberalização do espaço aéreo fez com que o turismo sofresse um acréscimo, no entanto funcionou como um funil, no qual os turistas chegam à ilha de São Miguel e Terceira apenas. Além disso, Pedro Soares afirma que a sazonalidade ainda é um entrave ao desenvolvimento turístico em São Jorge, mas também afeta todos os negócios no geral.

Pedro Soares

Gerente São Jorge *Dive and Sail Center*

Dina Nunes refere também que o principal entrave ao desenvolvimento da atividade turística na ilha de São Jorge, está sem dúvida associada às acessibilidades assim como aos transportes dentro da ilha, que se revelam escassos.

Dina Nunes

Gerente da empresa *Discovery Experience*

**Questão 6: Ao verificar-se um crescimento do turismo na ilha de São Jorge, considera que os recursos naturais podem ser postos em causa?**

Rodrigo Borba em resposta à pergunta “ao verificar-se um crescimento do turismo na ilha de São Jorge, considera que os recursos naturais podem ser postos em causa?”, afirma que o caminho a seguir é o turismo sustentável e por isso não considera que o crescimento do turismo na ilha de São Jorge vá prejudicar os recursos naturais da mesma.

Rodrigo Borba

Técnico Superior de Turismo

Relativamente à pergunta 6, Rui Sequeira afirma que o crescimento do turismo pode pôr em causa os recursos naturais se não forem bem planeados e estruturados para que não haja um crescimento em massa que não seja sensível para com os recursos naturais e acabem por afetar/ultrapassar as capacidades de carga. No entanto, o entrevistado afirma que pode haver um crescimento positivo, principalmente no que concerne ao turismo de voluntariado que é uma ferramenta moderna e eficaz que pode ser cada vez mais aplicada à conservação e gestão da natureza e da biodiversidade, podendo esta ser potenciada pelo envolvimento consciente das pessoas. Além disso, este tipo de turismo vem ao encontro da estratégia e objetivos propostos para o desenvolvimento sustentável dos Açores.

Rui Sequeira

Diretor do Serviço de Ambiente de São Jorge e Parque Natural de ilha

O administrador do Hotel São Jorge *Garden* destaca que este é realmente um tema muito frisado pelos governantes e políticos locais, porém argumenta contra o mesmo, defendendo que existindo uma regulamentação adequada e um maior controlo efetivo da atividade turística será muito improvável que se coloque em causa o ambiente e os recursos naturais existentes. O único aspeto preocupante seria o da gestão dos resíduos urbanos, contudo mesmo esse tem sofrido progressos significativos, originários do trabalho contínuo das secretarias regionais, tendo sido recentemente instituído o primeiro sistema de reciclagem em ambos os municípios da ilha. Além disso, as infraestruturas e equipamentos da ilha de São Jorge, não estão preparados para receber voos com trezentos passageiros de uma só ligação, logo, esse aspeto também não deverá ser uma alavanca de destruição dos recursos naturais da ilha.

Sandro Almeida

Administrador Hotel São Jorge *Garden*

Pedro Soares afirma que os recursos naturais não vão ser postos em causa, no entanto poderá acontecer um aumento do investimento estrangeiro, que por sua vez

pode causar a descaracterização da paisagem da ilha. “Os percursos pedestres e caminhadas, o caminho tem desgaste claramente, mas na minha opinião esse desgaste cria até oportunidades de emprego, até por que essa utilização do trilho irá necessitar manutenção e isso implica empregar alguém. O impacto que poderá gerar essa utilização excessiva dos trilhos, será a falta de cuidados por parte dos turistas aquando das suas férias, nomeadamente em termos do lixo que produzem e a forma de como é tratado, mas a fiscalização deverá controlar essas ocorrências”. Pedro Soares realça que a educação ambiental deve ser divulgada não só pelos turistas, mas também pela comunidade em geral.

Pedro Soares

Gerente São Jorge *Dive and Sail Center*

Já Dina Nunes, considera que os recursos naturais podem ser postos em causa, “com um maior número de turistas pode causar não só impacto ambiental como também a diminuição de certos recursos como a água em que já há algumas localidades que têm dificuldade em obter esse recurso em boa qualidade. Para não falar no impacto nos trilhos que podem ser contaminados por lixo.”

Dina Nunes

Gerente da empresa *Discovery Experience*

**Questão 7: Considera haver pontos fracos no crescimento do turismo em São Jorge? Quais?**

Em resposta à pergunta “Considera haver pontos fracos no crescimento do turismo em São Jorge? Quais?”, Rodrigo Borba refere que sim é possível existirem pontos fracos. “Quando existe turismo de massas num destino, existe uma possibilidade de inflação dos preços. Apesar do turismo ser um multiplicador económico e gerador de dinâmicas económicas entre os agentes locais, podem levar, no futuro, a um aumento

dos preços dos produtos vendidos ao turista, mas também à comunidade local. O preço do imobiliário deverá subir, o preço dos restaurantes etc.”

Rodrigo Borba

Técnico Superior de Turismo

Para Rui Sequeira a falta de existência de um turismo controlado é um dos pontos fracos do crescimento do turismo. A par disso, a falta de acessibilidades inter-ilhas, a falta de formação e sensibilidade nos serviços de restauração bem como noutros serviços turísticos

Rui Sequeira

Diretor do Serviço de Ambiente de São Jorge e Parque Natural de ilha

Em seu entender, Sandro Almeida, refere que atualmente o ponto fraco do turismo na ilha de São Jorge é, efetivamente, a restauração. Entende essa fraqueza através das várias críticas provenientes dos seus hóspedes, sejam estas a nível da qualidade do prato ou do próprio serviço.

Sandro Almeida

Administrador Hotel São Jorge *Garden*

Relativamente aos pontos fracos que o turismo pode trazer para a ilha de São, Pedro Soares afirma que não vê pontos fracos, pois esse aumento até agora tem aumentado de forma gradual. “Daqui para a frente, o único ponto fraco que posso apontar, será a inflação dos preços, nos mais variados campos”.

Pedro Soares

Gerente São Jorge *Dive and Sail Center*

Dina Nunes revela que podem aparecer pontos fracos, no que concerne à fraca experiência e formação na área do turismo, ou seja, o aumento da procura poderá não acompanhar a qualidade da oferta.

Dina Nunes - Gerente da empresa *Discovery Experience*

## 5.2 MATRIZ SWOT – CRESCIMENTO DO TURISMO NA ILHA DE SÃO JORGE

A matriz SWOT, tem como objetivo analisar os fatores internos do crescimento do turismo na ilha de São Jorge, ou seja, os pontos fortes e fracos, assim como a análise dos fatores externos, oportunidades e ameaças. A presente análise é baseada nas respostas das entrevistas apresentadas no tópico anterior assim como de bibliografia referente ao tema. Deste modo, serão apresentadas as *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças).

<b><i>Strengths</i> (Forças)</b>	<b><i>Weaknesses</i> (Fraquezas)</b>
Recursos naturais e biodiversidade Destino pouco massificado Beleza paisagística Cultura e tradições Geoparque Açores Reserva da Biosfera Escoamento de produtos locais Postos de trabalho	Acessibilidades Sazonalidade Recursos humanos e formação Fragilidade dos ecossistemas Transportes
<b><i>Opportunities</i> (Oportunidades)</b>	<b><i>Threats</i> (Ameaças)</b>
Diversidade de recursos Turismo de natureza Turismo náutico Novos nichos de mercado Eventos nacionais e internacionais Parcerias entre ilhas	Turismo de massas Descaracterização do território Competitividade de destinos Inflação de preços Perda de identidade Sobre-exploração de recursos Poluição Pressão sobre a fauna e flora

Figura 54: Matriz SWOT

Fonte: Elaboração própria

Na figura 54 estão apresentadas as propostas de forças e franquezas, oportunidades e ameaças no que concerne ao crescimento do setor turístico na ilha de São Jorge.

Perante a matriz SWOT elaborada anteriormente, identificaram-se como Forças, os recursos naturais e biodiversidade, resultado do bom estado de conservação dos ecossistemas de fauna e flora assim como das paisagens jorgenses; um destino pouco massificado, que resulta na aposta de outras tipologias de turismo mais sustentáveis; a beleza paisagística é considerada um dos pontos mais atrativos para o turista que procura a ilha de São Jorge para o seu destino; a cultura e tradições representam características importantes deste território, visto serem únicas e muito apreciadas pelos visitantes, principalmente por parte dos emigrantes; o Geoparque Açores e a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, representam aquilo a ilha deve transmitir, um território com uma beleza natural única em que todos os elementos associados a este território devem estar equilibrados e serem respeitados.

Relativamente às Fraquezas, as acessibilidades representam o ponto mais fraco para o crescimento do turismo na ilha de São Jorge. Os principais fatores reconhecidos dessa insuficiência são a inexistência de voos diretos para o continente, tal como as reduzidas ligações entre ilhas, tanto aéreas como marítimas; a sazonalidade revela-se também uma limitação, principalmente ao nível da gestão dos empreendimentos turísticos e restauração local, pelo que dificulta o negócio nos meses de época baixa, resultado do reduzido número de clientes e por conseguinte a contratação de capital humano, que acaba por ser inconstante para que se possam cobrir os custos fixos; os recursos humanos e formação são hoje uma preocupação emergente, na medida em que a carência de ambos influencia negativamente a qualidade do serviço prestado, que por sua vez afeta a experiência e satisfação do turista. Além disso, a qualidade do serviço é importante visto que pode trazer um maior valor acrescentado ao destino e à região que se insere; A ilha de São Jorge, por se inserir no Geoparque Açores e na Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge alberga inúmeros ecossistemas de fauna e flora. A singularidade destes atributos naturais e insulares, presenteiam este território com uma distinção insigne a nível da preservação e conservação da natureza e das suas

particularidades endógenas. No entanto, esta qualidade está conexas a uma fragilidade dos ecossistemas e por isso, identifica-se como uma fraqueza pelo facto de serem considerados o principal argumento de visita, e caso estes venham a ser visitados com maior frequência poderão vir a sofrer alterações intemporais de forma muito rápida, desconvidando as visitas posteriores dos turistas; No que concerne aos transportes na ilha de São Jorge, este revela-se também uma fraqueza para o crescimento do setor turístico, visto que os transportes públicos não atendem às necessidades da população residente e muito menos aos turistas. Assim sendo, o turista que pretende visitar os pontos atrativos de São Jorge, tem de recorrer ao aluguer de carro ou reserva de visita turística operada por empresas privadas.

As oportunidades apresentadas na matriz SWOT, representam a análise externa do território. Assim sendo, a diversidade de recursos é apresentada neste ponto como uma oportunidade para o crescimento do turismo na ilha de São Jorge, visto que, assim é possível apresentar uma elevada qualidade no que diz respeito ao turismo de natureza e turismo náutico dada essa mesma diversidade; o turismo natureza representa uma das grandes oportunidades do crescimento do turismo em São Jorge, dada a beleza paisagística e diversidade de recursos que a ilha apresenta. Além disso, esta tipologia de turismo tem vindo cada vez mais a ser procurada, sendo por isso uma oportunidade de desenvolvimento; o turismo náutico, tal como o turismo de natureza, representa uma grande oportunidade para o desenvolvimento e crescimento da oferta turística da ilha de São Jorge, também pela sua diversidade de recursos e por apresentar qualidades e condições a essa aposta; os novos nichos de mercado aparecem como uma oportunidade visto que a procura está cada vez mais diversificada, no qual o turista procura experiências autênticas e diferentes e São Jorge tem como oportunidade a aposta nesses segmentos; os eventos nacionais e internacionais representam uma oportunidade neste setor, por representarem um carácter único e singular de uma atração. Estes eventos têm importância pelo impacto económico, na redução da taxa de sazonalidade, o aumento da captação dos turistas nesse território, o incentivo ao investimento privado e por estes já se destacarem no planeamento nacional, como por exemplo do documento Estratégia Turismo 2027. Assim, a ilha de São Jorge vê neste

panorama uma oportunidade para o aumento das receitas e notoriedade do destino; as parcerias entre ilhas representam uma oportunidade para a ilha de São Jorge, sendo por isso que as Ilhas do Triângulo: Faial, Pico e São Jorge, têm potencialidades turísticas reconhecidas que se tem vindo a desenvolver. No entanto, a par das suas diferenças, a proximidade entre as ilhas, bem como as numerosas ligações marítimas, oferecem a oportunidade de criar e promover parcerias benéficas para o crescimento do turismo nas três ilhas. Com isto, e com o apoio dos municípios das três ilhas, tem-se desenvolvido projetos, como por exemplo, a marca *Triangle the Azores* que tenciona afirmar-se como um destino autónomo e alternativo a São Miguel.

Como ameaças ao crescimento do turismo na ilha de São Jorge, foram identificados a massificação do destino, através do aumento desmesurado dos fluxos turísticos, colocando em causa a qualidade ambiental e a vida dos residentes assim como a qualidade do serviço prestado e a própria experiência turística. Deste modo, a monitorização e planeamento turístico é fulcral para o crescimento e desenvolvimento sustentável da ilha de São Jorge; a descaracterização do território é apresentada como uma ameaça, devido a investimentos que podem não ser os mais adequados ao meio envolvente, ou seja, São Jorge é caracterizado pelas casas tradicionais de pequena dimensão e se houver investimentos em grandes empreendimentos hoteleiros, acaba por descaracterizar o destino; o turismo tem se difundido pelo mundo todo e ganho relevância nas economias, sendo assim a competitividade entre destinos turísticos representa a capacidade de um destino atrair o maior número de turistas e satisfazer as suas experiências e desenvolver-se de modo sustentável sem entrar em desequilíbrios com os modos de vida das populações residentes (Fonseca, 2017). Deste modo, a competitividade de destinos turísticos é considerada uma ameaça para o crescimento do turismo na ilha de São Jorge pelo facto de outros destinos com características semelhantes, particularmente os especializados em turismo de natureza e de aventura, terem uma oferta mais desenvolvida em termos de recursos, equipamentos, infraestruturas, transportes e serviços, e por isso aparentam ser mais atrativos a este perfil de turista; De acordo com Cunha (2013), em turismo, à semelhança dos outros setores, os preços resultam dos mecanismos da oferta e da procura. É sabido que, nos

destinos recetores, sejam estes países, regiões, cidades ou localidades, o turismo provoca um aumento da procura interna. Este efeito acontece, não só pela chegada de estrangeiros que viajam em busca da satisfação das suas necessidades, mas também pelo papel que consumo interno ocupa no consumo de produtos turísticos, em que os próprios residentes se deslocam dentro do território nacional e realizam gastos excepcionais que se repercutem sobre a procura global. Cunha (2013) realça que a expansão do turismo aumenta a procura tanto de produtos locais como de bens importados, o que provoca pressões sobre os preços. Deste modo, a inflação de preços constitui uma ameaça não só porque diminui a atratividade de um destino turístico comparativamente aos concorrentes, mas também a perda de poder de compra da comunidade local; à semelhança do que já foi mencionado em relação à descaracterização do território, também o turismo poderá provocar a perda de identidade local. A identidade da destinação é constituída a partir das características que contribuem para a distinção e para a singularidade do destino por parte do turista. (Melo & de Farias, 2014). A expansão do turismo internacional está associada ao fenómeno da globalização, que permite a partilha de culturas e costumes de várias partes do mundo num só destino. A fusão destas culturas, pode constituir uma ameaça para a identidade jorgense, pois esta é única e singular pela sua gastronomia e tradições, que se podem perder pela supremacia de outras culturas; a sobre-exploração dos recursos é tema em constante discussão pelas autarquias que se esforçam para preservá-los. A insularidade e a pequena dimensão das nove ilhas dos Açores definem os recursos presentes, e por isso a necessidade de controlar e preservar é essencial. Assim sendo, o crescimento do turismo na ilha de São Jorge representa uma ameaça para os recursos da ilha, no qual o aumento a sua utilização pode levar ao esgotamento e deterioração; com o incremento dos fluxos turísticos, a população em São Jorge aumenta substancialmente durante um período de tempo, e por isso é espetável que a geração de resíduos seja maior. Portanto, é necessário haver uma gestão prudente e frequente dos resíduos. Além disso, o aumento da visitação dos locais atrativos podem ser alvo de atitudes desrespeitosas por parte de quem as visita, levando muitas vezes à poluição destes atrativos; os percursos pedestres representam um dos atrativos mais

procurados em São Jorge. Estes trilhos possibilitam o contacto direto com importantes elementos de fauna e flora, muitos dos quais considerados frágeis. O aumento da visitação destes trilhos podem constituir-se uma ameaça para estes ecossistemas, sendo necessário uma educação ambiental e cuidados especiais com os ecossistemas jorgenses.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caracterização dos Açores e em específico da ilha de São Jorge, dos seus aspetos geográficos, físicos, patrimoniais e culturais foi uma forma de apresentar ao leitor a importância deste território insular no panorama nacional e internacional. Deste modo, foram apresentados tópicos referentes ao desenvolvimento sustentável e à importância do turismo responsável, pelo facto dos Açores se apresentarem como um destino de excelência nesses panoramas e por ser uma das motivações da procura deste destino.

Perante a análise de vários artigos bibliográficos e mesmo documentos estratégicos, constatou-se que o arquipélago dos Açores pode continuar a apostar no setor do turismo conforme as estratégias e os planos lançados pelo Governo Regional, no qual apresentam programas e objetivos que devem ser tidos em conta por todos os *stakeholders* envolvidos.

Os Açores apresentam-se como um destino onde a sustentabilidade é o mote para o seu desenvolvimento. Cada vez mais procurado por forasteiros de todo o mundo que procuram nos Açores experiências em contacto com a natureza e a dicotomia entre a terra e o mar.

O documento Candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge foi fundamental para a caracterização de todo o património da ilha de São Jorge, natural e cultural. Para além disso, este documento é também fundamental para a qualidade de vida da população jorgense pelo facto de contribuir para a economia local com base na conservação e preservação de toda a biodiversidade, paisagem e identidade histórica e cultural da ilha.

Segundo o trabalho desenvolvido ao longo da presente dissertação, constatou-se que a ilha de São Jorge e até mesmo os Açores em geral, ainda representam um número residual no que diz respeito ao turismo nacional. No entanto, o aumento desse número tem sido notório ao longo dos últimos anos, e para isso é necessário que haja

um acompanhamento de monitorização eficaz de modo a não cometer erros como no passado em outras regiões.

Conforme os gráficos que foram apresentados, relativamente à procura e à oferta turística, concluiu-se que a ilha de São Jorge tem vindo a demonstrar aumentos significativos de ano para ano, no entanto ainda com valores percentuais abaixo das ilhas vizinhas do Pico e Faial. Foi a partir do ano de 2014 até aos registos mais recentes que foram notados os crescimentos mais acentuados, visto que nos anos anteriores, os valores eram baixos e com pouca margem de aumento.

No que concerne à análise de dados, foram realizadas entrevistas de modo a apresentar resultados qualitativos e mais próximos com a realidade da ilha de São Jorge. A partir das respostas das entrevistas, foi possível perceber o modo como os atores se inserem no território, ou seja, cada um de modo diferente com base na sua especialização. As respostas são maioritariamente semelhantes, pelo que todos os entrevistados referem na questão 1 que o setor do turismo é sem dúvida importante para a região por gerar desenvolvimento económico, diversificação dos setores e pelas sinergias criadas com outros setores, tanto locais como regionais. Relativamente à questão 2 os entrevistados referem que existe desenvolvimento do setor turístico, principalmente a partir dos últimos 4/5 anos, sendo que o principal motivo desse desenvolvimento foi a liberalização do espaço aéreo e a consequente entrada de companhias *low cost* a voar para os Açores. No entanto, é importante referir que esse desenvolvimento deve ser controlado e monitorizado de modo sustentável como é referido pelos entrevistados.

Os entrevistados referem na questão 3 que a ilha de São Jorge apresenta grandes potencialidades para o desenvolvimento do setor turístico, sendo que os produtos que têm para oferecer é a principal motivação. A beleza natural da ilha, os trilhos pedestres, os *spots* de mergulho, são produtos atraem turistas de todo o mundo, no entanto para muito dos atores entrevistados, é necessário haver melhorias como a formação dos colaboradores e a melhoria dos serviços prestados. Quando questionados acerca das tipologias de turismo que a ilha de São Jorge se deveria focar, todos referiram que o

turismo de natureza e de aventura deve ser o mote para o desenvolvimento, através do mergulho, pedestrianismo, *whale watching*, *sailing* em conjunto com as ilhas do Pico e Faial. Referem também que o turismo sustentável e responsável deve ser praticado em regiões como os Açores e em específico São Jorge sendo que o turismo de massas deve ser completamente posto de parte.

Relativamente aos entraves ao crescimento do setor do turismo na ilha de São Jorge, foram destacados três fatores: as acessibilidades como o principal entrave que não responde à procura desejada tanto da população local como dos turistas que pretendem visitar a ilha e não têm lugares disponíveis. O facto de São Jorge não ter aeroporto com ligações diretas com Portugal continental faz com que esse seja um entrave ao crescimento, ao contrário das ilhas vizinhas que têm ligações diretas com Portugal continental e por isso têm um fluxo de entrada e saída de bens e pessoas muito superior a São Jorge; a sazonalidade também foi um fator de entrave ao crescimento do turismo em São Jorge mencionado pelos atores entrevistados, visto que ainda se regista uma grande diferença entre os meses de verão e os meses de inverno, sendo por isso complicado para quem emprega e para quem é empregado; a formação dos colaboradores que prestam serviços turísticos (alojamentos, guias, restauração) ainda se encontra aquém daquilo que se espera para um serviço de qualidade e é por isso que os entrevistados referem esse fator como um entrave.

Quando questionados se os recursos naturais poderiam ser postos em causa pelo crescimento do turismo, os atores referem que isso poderia ser um cenário, no entanto não acreditam em tal coisa pelo facto de se estar a desenvolver uma ideologia de sustentabilidade e de conservação e preservação dos ecossistemas que pretendem não atingir capacidades de carga e degradação ambiental. Assim sendo, as estratégias e os planos devem ser cumpridos de modo a que os recursos naturais não sejam postos em causa. Os pontos fracos que os atores entrevistados apontaram na questão 7 referem-se a uma inflação dos preços, visto que maior parte dos destinos turísticos aumentam os preços, principalmente na restauração. O turismo de massas, apesar dos entrevistados não acreditarem que isso possa vir a acontecer, e por fim a qualidade do serviço prestado, como já foi referido anteriormente, poderia ser muito melhor.

Perante a análise SWOT realizada foi possível tirar conclusões relativamente ao tema abordado ao longo de toda a dissertação, sendo um tópico imprescindível. Além disso, esta análise permite abordar o tema tanto a parte externa como a interna, fazendo com que tudo se torne mais claro para quem não conhece a realidade da ilha de São Jorge assim como do tema estudado.

Em suma, o setor do turismo nos Açores e, em específico na ilha de São Jorge, é um fator fulcral para o desenvolvimento económico e social, no qual ainda apresenta capacidade para o seu crescimento, desde que bem controlado e monitorizado. Além disso, este crescimento não apresenta danos significativos para os recursos naturais, visto estar longe de atingir as capacidades de carga máximas e por ser caracterizado por turismo de natureza e sustentável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Archer, B., Cooper, C., & Ruhanen, L. (2005). The positive and negative impacts of tourism. *Global tourism*, 3, 79-102.

AZORESGEOPARK. 2019. <http://www.azoresgeopark.com/> (consultado dia 22/01/2019).

AZORESGOV. 2019. <http://www.azores.gov.pt> (consultado dia 23/01/2019).

Borges, P. A., Azevedo, E. B., Borba, A. E. S. D., Dinis, F., Gabriel, R., & Silva, E. (2009). Ilhas Oceânicas. *Portugal Millenium Ecosystem Assessment*, 463-510.

Brito, B. R. (2017, March). O turista e o viajante: contributos para a conceptualização do turismo alternativo e responsável. In *IV Congresso Português de sociologia* (pp. 1-17).

Cooper, C., Fletcher, J., Fyall, A., Gilbert, D., & Wanhill, S. (2000). *Turismo: princípios e prática*. Bookman.

Cunha, Licínio (2013). *Economia e Política do Turismo (3ª Edição)*. Lisboa: Editora Lidel.

de Oliveira, S. D., de Fátima Fontana, R., & Unidade de Rosana, S. P. (2006). *Turismo responsável: uma alternativa ao turismo sustentável?*

DRT. 2018. Direção Regional do Turismo. <https://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sreat-drturismo/?lang=pt> (consultado dia 24/09/2018).

Fonseca, A. V. D. (2017). *A competitividade dos destinos turísticos pela ótica do mercado emissor francês (Tese de doutoramento)*.

Lemos, A. (2016). *O potencial desenvolvimento do turismo em espaço rural nas ilhas do triângulo*. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Dissertação de mestrado.

Lima, E. A., Nunes, J. C., & Costa, M. P. (2009). Geoparque Açores” como motor de desenvolvimento local e regional. In *15º Congresso da Associação portuguesa de Desenvolvimento Regional/2º Congresso Lusófono de Ciência Regional/3º Congresso de*

Gestão e Conservação da Natureza/1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde (pp. 238-249).

Lima, E., Nunes, J. C., Medeiros, S., & Ponte, D. (2012). Geodiversidade e Geossítios da Ilha de São Jorge. XV Expedição Científica do Departamento de Biologia-São Jorge 2011., 40, 19-43.

Marujo, N., & Carvalho, P. (2010). Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável.

Matias, A. (2007). Economia do turismo: teoria e prática. Lisboa: Editora PIAGET.

Moniz, A. I. A. (2006). A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: o caso dos Açores.

Oliveira, E., & Manso, J. R. P. (2010). Turismo sustentável: utopia ou realidade? Tékhné-Revista de Estudos Politécnicos, (14), 235-253.

Organização Mundial do Turismo. 2019. Anual Report 2017

Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores

Ruschmann, D. (2016). Turismo e planeamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Papirus editora.

SIARAM. 2018. <http://siaram.azores.gov.pt> (consultado dia 23/09/2018).

Silva, F. A. D. S. D. (2013). Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores. Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. Universidade de Lisboa

SRAA & DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE (2015). Candidatura das Fajãs de São Jorge a Reserva da Biosfera. Disponível em <http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-natureza/conteudos/livres/CandidaturaFajasSJorgeReservaBiosfera.htm>.

Tulik, O. (1993). Recursos naturais e turismo: tendências contemporâneas. Revista Turismo Em Análise, 4(2), 26-36.

Turismo de Portugal. 2019. <http://www.turismodeportugal.pt> (consultado dia 18/02/2019).

Vieira, C. P. (2007). Estrutura ecológica em ilhas: o caso de S. Miguel. Faculdade de Ciências e Tecnologias (Tese de doutoramento).

VISITAZORES. 2019. <https://www.visitazores.com> (consultado dia 22/01/2019).

Melo, F. V. S., & de Farias, S. A. (2014). Sustentabilidade como fator de identidade de destinos turísticos em websites: o consumidor se importa? *Brazilian Business Review*, 11(2), 143.

## ANEXOS



### GUIÃO DE ENTREVISTA

Nome: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

Entidade: \_\_\_\_\_

**Pergunta 1:** O setor do turismo é importante para a região? Porquê?

**Pergunta 2:** Considera haver desenvolvimento da atividade turística na região?

**Pergunta 3:** A ilha de São Jorge tem capacidades para continuar a desenvolver-se no setor turístico?

**Pergunta 4:** Quais são as principais tipologias de turismo em que a ilha de São Jorge se deveria concentrar?

**Pergunta 5:** Quais são os principais entraves ao desenvolvimento do turismo em São Jorge?

**Pergunta 6:** Ao verificar-se um crescimento do turismo na ilha de São Jorge, considera que os recursos naturais podem ser postos em causa?

**Pergunta 7:** Considera haver pontos fracos no crescimento do turismo em São Jorge? Quais?